

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
DOUTORADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

ALCIONE LINO DE ARAÚJO

**Economia Solidária e a Autonomia Feminina na Associação de
Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança**

TESE DE DOUTORADO

**PONTA GROSSA
2017**

ALCIONE LINO DE ARAÚJO

Economia Solidária e a Autonomia Feminina na Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Ponta Grossa. Área de Concentração: Gestão da Inovação Agroindustrial - GIA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Vitória M. Bittencourt.
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helene G. Canteri.

PONTA GROSSA

2017

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento de Biblioteca
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa
n.41/17

A663 Araújo, Alcione Lino de

Economia Solidária e a Autonomia Feminina na Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança. / Alcione Lino de Araújo
Ponta Grossa, 2017.
205 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Vitória M. Bittencourt
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Helene G. Canteri

Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2017.

1. Economia Solidária. 2. Mulher – Trabalho. 3. Associação – Agricultores – Paraná. 4. Políticas públicas – Agricultura familiar. I. Bittencourt, Juliana Vitória M.. II. Canteri, Maria Helene G.. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. IV. Título.

CDD 670.42



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Ponta Grossa
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da Tese Nº 08/2017

Economia Solidária e a Autonomia Feminina na Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança

por

Alcione Lino de Araújo

Esta tese foi apresentada às (hora e data da defesa) como requisito parcial para a obtenção do título de DOUTOR EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, com área de concentração em Gestão Industrial, linha de pesquisa em Gestão da Inovação Agroindustrial, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo citados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

**Prof. Dr. Luís Maurício M. de Resende
(UTFPR)**

**Prof.^a Dr.^a Maria Helene G. Canteri
(UTFPR)– *Co-Orientadora***

Prof. Dra. Edina Schimanski (UEPG)

**Prof.^a Dr.^a Juliana Vitória M. Bittencourt
(UTFPR) – *Orientadora***

**Prof. Dr. Luciano Medina Macedo
(UTFPR)**

**Prof. Dr. Antônio Carlos de Francisco (UTFPR)
Coordenador do PPGEP**

A FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA ENCONTRA-SE NO DEPARTAMENTO DE
REGISTROS ACADÊMICOS DA UTFPR –CÂMPUS PONTA GROSSA

Dedico este trabalho à minha filha,
Ana Caroline,
que entendeu a minha opção,
tornando um objetivo comum e,
suportando a saudade dos anos que nos separamos,
brindando-me sempre com o seu carinho.

AGRADECIMENTOS

Para alcançar este mérito, passei por vários momentos marcantes, posso dizer que passei por várias conquistas que me proporcionaram amadurecimento. Momentos estes que me fizeram lutar e ter persistência diante das dificuldades e buscar sempre transcender os sentimentos negativos. Agora estou aqui e realmente posso gritar: “**CONSEGUI VENCER!**”. Contudo, esta conquista não foi só minha, e reforço à minha crença de que não consegui nada sozinho, pois ela foi composta de relações interpessoais e toda conquista é coletiva! Por este motivo agradeço:

A **DEUS**, pois foi a certeza de que ELE me permitiria viver apenas o que fosse para o meu BEM que me inspirei nas inúmeras vezes em que tive que recomeçar, especialmente, nos momentos de solidão e desespero.

Aos amigos espirituais, que me sustentaram na caminhada e me deram forças para concluí-la.

No âmbito familiar, palavras não são suficientes para agradecer toda a compreensão e paciência que recebi nestes quatro anos de caminhada. À **Ana Caroline**, meu raio de sol, que muitas vezes não tinha a minha presença física para compartilhar suas alegrias, tristeza e emoções. Ter que dividir a sua mãe com a distância durante tanto tempo não foi tarefa fácil para ela. Perdoa-me! Obrigada filha pela sua compreensão! A todo o momento caminhei pensando unicamente no teu futuro. Aos meus pais (**Zélia Lino e José Nicolau**) – Mãinha, muito obrigada por toda ajuda que me deu e que me dá. Painho, muito obrigada pelos ensinamentos que me tens proporcionado. E aos meus irmãos – **Denise, Abigail, Adolfo e Delane Lívia**, muito obrigada! Aos meus sobrinhos **Rafael e Sofia** e aos meus cunhados **Renato e Cassandra**; muito obrigada. Nunca irei esquecer o quanto me ajudaram. A vocês minha eterna gratidão!

As minhas orientadoras **Prof.^a Juliana Vitória e Prof.^a Maria Helene**, pela compreensão, amizade e incentivo que sempre demonstram desde o momento que as conheci. Seus ensinamentos deixaram marcas imprescindíveis para a minha vida pessoal e acadêmica.

Aos **professores** do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (Doutorado) que contribuíram para o meu crescimento acadêmico. Ao secretário da Pós-Graduação, **Luiz Cesar**, pela atenção, principalmente ao responder as minhas dúvidas e aos meus e-mails sempre com muita presteza.

As minhas amigas **OLIVIA MARA, CLEIDE ROCHA IDA e FRANCIELLI**, com quem dividi as saudades de casa, as (in) certezas do doutorado e, sobretudo as alegrias e tristezas do cotidiano, meu muito obrigada por todo apoio, companhia, amizade que vocês me proporcionaram.

As amigas do grupo de pesquisa GIA, **Bethânia, Mônica, e Leomara**, dividir com vocês conhecimentos foi uma experiência fantástica, principalmente quando nos reuníamos para estudar sempre tinha um bom cafezinho.

A duas amigas, **Anatatia Albuquerque** em Santa Inês - MA e **Suenya Freire** em Campina Grande – PB, pelo apoio e incentivo a cada etapa que eu vencia.

A **Associação dos Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança** na cidade de Castro – PR, por permitir que eu realizasse esta pesquisa.

Ao **IFMA** – Instituto Federal do Maranhão – Campus Santa Inês, por proporcionar-me esta oportunidade.

E a tantos e tantos amigos na Paraíba, no Maranhão e em Ponta Grossa que, ao longo desses quatro anos, me incentivaram com palavras de apoio e com votos de sucesso.

A todos vocês, o meu agradecimento.

“A história registra quanto era difícil ser mulher antigamente e quanto ainda continua sendo em inúmeras culturas que não respeitam a condição feminina, não apenas no âmbito do lar e da vida em família, mas igualmente em relação aos direitos civis e à cidadania, que a elas têm sido constantemente negados”.
(Livro Refletindo a Alma – Divaldo P. Franco)

RESUMO

ARAÚJO, Alcione Lino de. **Economia Solidária e a Autonomia Feminina na Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança**. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2017.

Os programas de políticas Públicas do Governo Federal -Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)- têm como objetivo comum incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar e assegurar a alimentação dos escolares de forma adequada e saudável. O PAA garante a compra dos produtos oriundos de agricultores familiares, desde que estes estejam engajados a associações ou cooperativas. O Projeto Cozinha Comunitária conta com a parceria da IESOL, que trabalha com as mulheres a importância da economia solidária para a agricultura familiar. A Associação das Colônias fornece produtos *in natura* e processados para a Secretaria Municipal de Educação na cidade de Castro – PR, atendendo aos requisitos desse Programas. O presente estudo objetiva investigar o papel da Associação das Colônias na construção da autonomia financeira feminina através de ações da economia solidária, através do Projeto Cozinha Comunitária, onde são fabricados produtos processados–panificação. A coleta de dados deu-se por meio da análise das respostas a um questionário aplicado na totalidade das dezessete mulheres associadas. Como resultado verificou-se que, a partir do trabalho na Associação das Colônias as mulheres estabeleceram relações importantes entre elas, levando à sua visibilidade e identidade, por meio da profissionalização e consequentes melhoria da qualidade de vida por meio de conquistas materiais. Isso promoveu sua inserção no espaço público, extrapolando o espaço privado. Ressalta-se também a importância do incentivo e produção de produtos regionais, trazendo resultados não mensuráveis de imediato, como geração de riqueza e desenvolvimento tecnológico. As fragilidades destacadas estão associadas à falta de planejamento estratégico e do conhecimento de ferramentas básicas de gestão e economia, ainda sem autonomia para gerenciar o processo completo e desconhecimento da margem de lucro e ponto de equilíbrio.

Palavras-chave: Autonomia Financeira Feminina. Mulheres. Políticas Públicas. Produtos Processados. Projeto Cozinha Comunitária.

ABSTRACT

ARAÚJO, Alcione Lino de. **Solidarity Economy and Feminine Autonomy in the Association of Family Farmers of the Colonies Iapó, Santa Clara and Neighborhood**. 2017. 205 f. Thesis (PhD in Production Engineering) - Federal Technological University of Paraná. Ponta Grossa, 2017.

The Public Policy programs of the Federal Government - Food Procurement Program (PAA) and National School Feeding Program (PNAE) has as common objective to encourage the production of food in family farming and the adequate and healthy diet of schoolchildren. The PAA guarantees the purchase Family farmers, provided that they are engaged to associations or cooperatives. The Community Kitchen Project counts on the partnership IESOL, which works with women on the importance of the solidarity economy for the family farming. The Association of Colonies provides in natura and processed for the Municipal Secretary of Education in the city of Castro - PR, meeting the requirements of such Programs. The present study aims to investigate the role of the Association of Colonies in the construction of women's financial autonomy through solidarity economy actions, through the Community Kitchen Project, where processed-baked products are manufactured. The collection of data was analysis of the responses to a questionnaire applied in all of the seventeen women. As a result, it was verified that, from work in the Association of Colonies women have established important relationships between them, leading to their visibility and identity, through professionalization and consequent improvement of the quality of life through material achievements. This promoted insertion in the public space, extrapolating the private space. It is also worth noting importance of the incentive and production of regional products, bringing results not immediately measurable, such as generation of wealth and technological development. The highlighted weaknesses are associated with the lack of strategic planning and the knowledge of basic management tools and economics, still without autonomy to manage the complete process and lack of knowledge of the profit margin and break-even point.

Keywords: Women's Financial Autonomy. Women. Public policy. Processed Products. Community Kitchen Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atlas da Economia Solidária no Brasil.....	40
Figura 2 – Recursos destinados ao PRONAF no período de 2002 a 2013	93
Figura 3 – Organização geral das etapas envolvidas desde o primeiro encontro com a IESOL e a Presidente da Associação das Colônias.....	118
Figura 3.1 – Organização geral das etapas envolvidas na Associação das Colônias desde a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Educação até a distribuição do sprodutos <i>in natura</i> e processados-panificação nas escolas da zona urbana e rural do município de Catro - PR	119
Figura 4 – Ilustração de um das Cozinhas Comunitárias da Associação das Colônias ambiente interno e externo.....	123
Figura 5 – 1º Curso de Panificação na Associação das Colônias em 2012	124
Figura 6 – Logomarca da Associação das Colônias	124
Figura 7 – Curso de processamento de alimentos (boas práticas de fabricação) – reaproveitamento de frutas para confeccionar doces, geleias, frutas cristalizadas e compotas; e também kit sopa e abóbora (embalados a vácuo)	125
Figura 8 – Seleção das mudas e cultivo de flores na Associação das Colônias	126
Figura 9 – Reunião da Associação das Colônias e aplicação do questionário desta pesquisa.....	127
Figura 10 – Etapas da análise quantitativa desta pesquisa	128
Figura 11 – Mapa de Localização da Associação das Colônicas - 2016.....	133
Figura 12 – A Função do Planejamento e Controle da Produção na Associação das Colônias	156
Figura 13 – Processo básico de produção (<i>input</i> – transformação – <i>output</i>)	158
Figura 14 – Fluxo do processo passo a passo da compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, tanto <i>in natura</i> quanto processados-panificação pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro - PR	164
Figura 15 – Fluxo da Secretaria Municipal de Educação e seus subsistemas de aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar	166

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Comparativo entre associação e cooperativa.....	50
Quadro 2 – Demonstrativo dos recursos financeiros destinados ao PNAE para atender os alunos nas escolas públicas do Brasil, no período de 1995 a 2014.....	103
Quadro 3 – Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Brasil	104
Quadro 4 – Tópicos pesquisados de fichamentos e análises de livros, artigos, teses, dissertações para compor o referencial teórico desta tese	113
Quadro 5 – Principais pontos da análise SWOT obtidos pelo diagnóstico estratégico aplicado a agricultura familiar na Associação das Colônias.....	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores investidos pela Prefeitura Municipal de Castro – PR na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para o PNAE	108
Tabela 2 – Valores transferidos do PNAE para Prefeitura Municipal de Castro – PR para aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar	135
Tabela 3 – Quantidade de produtos <i>in natura</i> e processados –panificação – solicitados a Associação das Colônias durante o ano de 2012	138
Tabela 4 – Quantidade de produtos <i>in natura</i> e processados –panificação – solicitados a Associação das Colônias durante o ano de 2013	140
Tabela 5 – Comparativo dos percentuais dos produtos <i>in natura</i> e processados – panificação – solicitados a Associação das Colônias durante o ano de 2012 e 2013	141
Tabela 6 – Perfil das Mulheres Associadas	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produtores aptos e inaptos com a documentação para cadastro nos programas do Governo Federal (PAA e PNAE)	130
Gráfico 2 – Distribuição dos produtos <i>in natura</i> e processados –panificação – nas escolas da zona urbana e rural no ano de 2012, solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR à das Colônias	139
Gráfico 3 – Distribuição dos produtos <i>in natura</i> e processados – panificação – nas escolas da zona urbana e rural no ano de 2013, solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR à das Colônias	141
Gráfico 4 – Comparação dos produtos processados – panificação – no ano de 2012 e 2013, solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR à Associação das Colônias distribuídos nas escolas da zona urbana e rural	142
Gráfico 5 – Comparação dos produtos <i>in natura</i> – Frutas – no ano de 2012 e 2013 solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR à Associação das Colônias distribuídos nas escolas da zona urbana e rural	143
Gráfico 6 – Comparação dos produtos <i>in natura</i> – Verduras – no ano de 2012 e 2013 solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR à das Colônias distribuídos nas escolas da zona urbana e rural	143

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEs	Conselhos de Alimentação Escolar
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTP	Centro de Treinamento para Pecuáristas
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DENACOOP/MAPA e SARC/MAPA	Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural e Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITR	Imposto Territorial Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASS	Mulher Associada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério Público
MPOG	Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento
ONG	Organização Não-Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Europeia
PACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDRSS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SDT/MDA	Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAES/MTE	Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizado Rural
SFCI	Secretaria Federal de Controle Interno
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	<i>Strength, Weakness, Opportunities and Threats</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Problema de Pesquisa	19
1.2 Objetivos	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Justificativa	20
1.4 Ineditismo	25
1.5 Estrutura do Trabalho	26
2. REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 Desenvolvimento Rural	27
2.2 Economia Solidária	30
2.3 Associativismo Rural	46
2.4 Agricultura Familiar	58
2.5 Gênero no Contexto da Agricultura Familiar	65
2.6 Políticas Públicas e o Contexto da Agricultura Familiar no Brasil	89
2.6.1 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	97
2.6.2 Evolução Histórica da Compra de Alimentos para a Alimentação Escolar	99
2.6.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	100
2.6.4 O PNAE como Instrumento da Agricultura Familiar	106
3. METODOLOGIA	110
3.1 Delimitação da Pesquisa	110
3.2 Método de Abordagem	111
3.3 A Seleção do Universo Teórico de Representação	111
3.4 O Uso dos Documentos	114
3.5 O Universo Empírico da Pesquisa	115
3.5.1 População e Amostra	120
3.5.2 Documentos Fotográficos	121
4. RESULTADOS PRELIMINARES	122
4.1 Tratamento dos Dados	127
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	130
5.1 Caracterização das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança	130
5.2 Fortalecimento da Associação das Colônias por meio de projetos de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar	133
5.3 Produção <i>In natura</i> e Processados na Associação das Colônias	137
5.4 Perfil das mulheres associadas e a produção de produtos processados-panificação	144
5.4.1 Bloco I – Perfil das Associadas	144
5.4.2 Bloco II – Produção das Associadas versus a Renda Familiar	146
5.4.3 Bloco III – Economia Solidária – Contribuição para Autonomia Feminina	149

6. CONTRIBUIÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO À ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA AUTONOMIA FEMININA: UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR.....	154
6.1 Contribuição do Controle da Produção	155
6.2 Importância das Ferramentas Estratégicas	168
6.2.1 Diagnóstico estratégico	170
6.2.2 A análise <i>SWOT</i>	171
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
7.1 Recomendações para Estudos Futuros	177
REFERÊNCIAS.....	178
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	193
ANEXO A – PLANILHAS DA ASSOCIAÇÃO DAS COLÔNIAS DISPONIBILIZADAS À PESQUISA	197
ANEXO B – PLANILHAS DE PRODUÇÃO E SEGREGAÇÃO DOS PRODUTOS <i>IN NATURA</i> E PROCESSADOS -PANIFICAÇÃO	199
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PLATAFORMA BRASIL.....	202

INTRODUÇÃO

Na grande área da engenharia de produção, essa tese está contemplada na área de Engenharia da Sustentabilidade e na subárea de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, a abordagem subjacente a este trabalho está vinculada a pesquisa aplicada à agricultura familiar e sua sustentabilidade econômica no planejamento estratégico para a sua manutenção familiar. A pesquisa de desenvolvimento rural pode tomar diferentes enfoques, uma delas é abordada neste trabalho na forma de pesquisa aplicada à agricultura familiar e sua sustentabilidade econômica no planejamento estratégico para sua manutenção familiar.

O desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, na qual os atores da zona rural estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes globais que podem variar significativamente entre regiões (TERLUIN, 2003).

Desenvolvimento rural é um processo multifacetado, em que propriedades, que haviam sido consideradas supérfluas no paradigma da modernização, podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os setores urbanos (SILVA; CÂNDIDO; MARTINS, 2009).

A economia solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do Século XIX, sob a forma de cooperativismo e associação, como uma das formas de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurge no final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo, nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência (SINGER, 2009).

De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Experiências coletivas de trabalho e produção que vêm se disseminando nos

espaços rurais e urbanos, por meio de cooperativas de produção, serviços e consumo, das associações de produtores, redes de produção, consumo, comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras formas de organização. Como exemplo Associação de Agricultura Ecológica Familiar Conchas Velhas na cidade de Ponta Grossa – PR.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo central investigar a autonomia feminina através da fabricação de produtos processados – panificação, que são produzidos pelas mulheres associadas à Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, doravante Associação das Colônias, na cidade de Castro – PR, onde o Projeto Cozinha Comunitária fortaleceu e agregou valor ao trabalho desenvolvido pelas mulheres em suas residências, quais sejam: pães, biscoitos, cucas, broas, entre outros.

Nesta averiguação, procurou-se enfatizar a contribuição da parceria da IESOL (Incubadora de Empreendimentos Solidários) com os conhecimentos repassados (pela equipe multidisciplinar da IESOL) na Associação das Colônias sobre economia solidária. As associadas envolvidas no projeto de gênero declaram que com os conhecimentos adquiridos, as associadas puderam se mobilizar para participar de programas federais de aquisição de para atender aos requisitos dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para que os produtos processados – panificação – fizessem parte da merenda escolar, tanto nas escolas da zona urbana quanto da zona rural na cidade já mencionada. Os programas de política pública do Governo Federal, PAA e PNAE, têm como objetivo comum: incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional.

Segundo Scott (1995), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Portanto, o termo gênero não está voltado para as diferenças físicas e biológicas, mas sim, para as distinções estipuladas socialmente (SANTOS et. al, 2010).

Considera-se, portanto, necessário reconhecer o papel do feminismo e do processo de auto-organização das mulheres, que tem como um de seus resultados a

incorporação da questão de gênero na pauta dos diversos movimentos e organizações.

A conquista de uma maior independência financeira para as mulheres do meio rural, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres do ambiente urbano, é uma das questões importantes discutidas há alguns anos. A organização em grupos produtivos é uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização.

Nas unidades produtivas familiares que praticam a pluriatividade, as mulheres atuam como atores centrais, combinando atividades tanto agrícolas como não agrícolas, pois essa associação advém da necessidade de diversificação das fontes de renda familiar (RÖHNELT, 2010). Isso significa que a combinação dessas atividades contribui para o aumento das famílias e da atividade agrícola, já que proporciona um incremento na renda (SILVA, 2009).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Poucos trabalhos realizam uma análise científica sobre a participação feminina no universo agrícola, dominado pelo trabalho masculino, que enfrenta dificuldades climáticas clássicas desta realidade, cujos trabalhos são remunerados de forma unilateral.

Contrapondo a realidade dos trabalhos domésticos destinados às mulheres e negligenciados de remuneração, esta pesquisa realizou um levantamento neste ambiente, nas cozinhas comunitárias nas quais produzem produtos processados de maior valor agregado a partir de seus produtos *in natura* orgânicos e que assim poderão contribuir para melhoria de renda por meio de sua comercialização. Neste contexto, é proposta a seguinte questão de pesquisa: **Qual o papel da Associação das Colônias na construção da autonomia financeira feminina?**

Contudo, observa-se que na agricultura familiar existe desigualdade de gênero; e essa desigualdade, ao longo do tempo, é bastante evidenciada, mesmo hoje tendo alcançado vários direitos, as mulheres agricultoras se encontram em uma luta incansável pela igualdade e pela verdadeira efetivação de seus direitos de cidadania. É possível notar que, ainda prevalece o conservadorismo patriarcal, no qual as mulheres recebem um percentual de trabalho maior do que os homens, sendo

responsáveis não somente das tarefas domésticas, como também pelos afazeres da lavoura (PAULILO, 1987).

No entanto, observa-se que na agricultura familiar existe desigualdade de gênero; e esta desigualdade ao longo do tempo é bastante evidenciada, mesmo hoje tendo alcançado vários direitos, as mulheres agricultoras se encontram numa luta incansável pela igualdade e pela verdadeira efetivação de seus direitos de cidadania. É possível notar que, ainda prevalece o conservadorismo patriarcal, onde as mulheres recebem um percentual de trabalho maior do que os homens, sendo responsáveis não somente das tarefas domésticas, como também pelos afazeres da lavoura (ALTAFIN 2007).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral: Investigar o papel da Associação das Colônias para autonomia financeira feminina através de ações da economia solidária.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- ✓ Realizar uma análise documental apreciando as planilhas de produção que a Associação das Colônias dispõe, tanto dos produtos *in natura* quanto dos processados-panificação no período de abril de 2012 a dezembro de 2013.

- ✓ Compreender a comercialização dos produtos *in natura* e processados – panificação da Associação das Colônias para os programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE.

- ✓ Identificar as estratégias de inserção e manutenção das mulheres na Associação das Colônias na cidade de Castro – PR e seus reflexos na produção produtos processados – panificação.

- ✓ Avaliar o impacto e as limitações das ações da economia solidária para autonomia financeira das mulheres associadas

1.3 JUSTIFICATIVA

Um fenômeno importante refere-se à significativa participação das mulheres nas ocupações rurais não-agrícolas, encontrando, nas novas atividades, uma forma

de inserção remunerada de forma regular. No entanto, ao refletir em que medida essas novas ocupações significam uma melhora da inserção feminina no mercado de trabalho, quando comparadas àquelas tradicionais geradas pela agricultura, retomase o debate sobre os problemas que as mulheres residentes nas áreas rurais enfrentam para garantir a sobrevivência individual e familiar (SCOTT; CORDEIRO, 2006).

Cotidianamente, as mulheres recebem um tratamento desigual em relação aos homens. Na agricultura, essas desigualdades parecem acentuar-se ainda mais, devido às diferenças no mundo do trabalho através da divisão sexual, em que o trabalho masculino ainda é, na sua maioria, mais valorizado que o feminino; isso porque os homens são considerados os responsáveis pelo sustento da família, trabalhando, portanto, na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado, seja na política, na religião, ou no serviço militar; enquanto que as mulheres são excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução (PAULILO, 1987). Por toda parte e sempre, o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução; produção masculina “vale” mais que produção feminina, mesmo quando uma e outra são idênticas, em um processo no qual o valor induz a uma hierarquia social (SCOTT; CORDEIRO, 2006).

A agricultura familiar é hoje uma importante força para a economia brasileira, sendo uma categoria social do meio rural brasileiro que sempre despertou o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. De forma geral, pode-se considerar que a agricultura familiar está relacionada a diversos aspectos ligados à família, ao trabalho, à terra e ao ambiente, que extrapolam limites numéricos, associados a matrizes culturais e dificultam uma definição precisa e ampla para todo um país.

Entre os temas emergentes, acerca da agricultura familiar, destaca-se a comercialização vinculada ao associativismo. Embora não seja inédita, esta temática retorna em novo cenário, caracterizado pelo crescimento da expressão dos movimentos sociais e das experiências conjuntas de produção e comercialização na economia, tanto no meio rural quanto no urbano. No que se refere, especificamente, à agricultura familiar, enfatizam-se as potencialidades de comercialização conjunta, a agregação de valor, a certificação social, a necessidade de políticas públicas adequadas e de fortalecimento de mercados locais, a criação de redes de trocas, o

crédito solidário, entre outras ideias e projetos, visando apoio e fomento à agricultura familiar.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, de associações, de clubes de troca, de empresas autogestionárias, de redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Embora os estudos recentes sobre a economia solidária ressaltem a importância de mudanças nas relações de trabalho e nos valores individualistas das sociedades capitalistas, o principal argumento em defesa dessa prática alternativa de economia refere-se à possibilidade de ganhos econômicos para seus participantes. Por outro lado, nem sempre é a melhoria em renda para as populações envolvidas o principal resultado dessas experiências conjuntas. Muitas vezes, os ganhos abstratos, tais como aumento da autoestima do grupo, de conhecimentos técnicos, do exercício da cidadania e da participação política são benefícios advindos dessas experiências.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável junto com a agricultura familiar para geração de trabalho e distribuição de renda.

A conquista de uma maior independência financeira para as mulheres do meio rural, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres do ambiente urbano, é uma das questões importantes discutida já há alguns anos. A organização em grupos produtivos é uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização. Muitos grupos iniciam com a proposta de potencializar atividades cotidianas, tais como: artesanato, o processamento e/ou comercialização de produtos oriundos dos quintais e arredores da casa. Essas atividades podem ser realizadas nos intervalos de outras obrigações domésticas e não exigem, de imediato, investimentos ou novos conhecimentos. No entanto, na medida em que esses grupos se consolidam, trazem às mulheres novos desafios, entre eles os relacionados às atividades de comercialização.

A professora e pesquisadora Maria Ignêz Paulilo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos seus vários trabalhos que abordam a questão de gênero,

apresenta que o termo sexo é utilizado para definir as diferenças anatômicas e fisiológicas entre masculino e feminino, o gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres (PAULILO, 2000). Giddens (2005) relata que o gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidades e feminilidades e que há três abordagens principais demonstrando as diferenças entre sexo e gênero.

A primeira, que se sustenta na biologia, afirma que são os fatores biológicos que geram as diferenças entre os gêneros. A segunda abordagem é a de socialização do gênero, segundo a qual a criança ao nascer tem apenas o sexo biológico, mas seu desenvolvimento se dará através do gênero social. A terceira abordagem vê o sexo e o gênero como produtos socialmente construídos. “Não somente o gênero é uma criação puramente social, que carece de uma ‘essência’ estabelecida, mas o próprio corpo humano está sujeito a forças sociais que o moldam e alteram de várias formas”. (GIDDENS, 2005, p.106).

Para Giddens (2005), embora os papéis de homens e mulheres variem nas diferentes culturas, não há nenhuma instância conhecida da sociedade em que as mulheres são mais poderosas que os homens. Os papéis dos homens geralmente são mais valorizados e recompensados que os das mulheres. Também em quase todas as culturas as mulheres são responsáveis pelas crianças e pelo trabalho doméstico. Essa divisão do trabalho levou à desigualdade na distribuição de poder, prestígio e riqueza entre homens e mulheres.

Gênero não é sinônimo de mulheres. As relações de gênero se constroem com homens e mulheres e afeta toda a sociedade. A compreensão das desigualdades de gênero e suas consequências no meio rural são imprescindíveis se quisermos construir um desenvolvimento rural (PUALILO, 2003).

A análise das relações de gênero que nos interessa no momento parte da premissa que a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, mas é um produto social que legitima as relações de poder. Segundo Scott (1995), gênero é uma construção social, logo, pode ser desconstruída. A primeira desconstrução deve ser em torno da oposição binária dos gêneros masculino-feminino. Louro (1997) diz que essa oposição binária dos gêneros faz surgir outros conceitos dicotômicos como, por exemplo, “produção-reprodução”, “razão-sentimento” e “público-privado”. Esta lógica torna possível naturalizar e tornar fixo um lugar para cada gênero. A ideia de desconstrução

trabalha contra essa lógica dicotômica ao mostrar que a oposição é construída e não inerente e fixa. Para Abramovay e Silva (2000), gênero é uma categoria social, que nos permite analisar papéis, responsabilidades, limitações e oportunidades. Estas se dão de forma distinta, para homens e mulheres, no interior da unidade de produção, da família, da comunidade e da sociedade.

A divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, “chefe da família”, muito embora o entendimento “de quem deve fazer o quê” seja passada de geração para geração, tornando-se naturalizado. É o habitus, como coloca o autor Bourdieu, onde a visão dominante da divisão sexual está incorporada aos ditados, provérbios, enigmas, cantos, poemas, representações artísticas, comportamentos, posturas, práticas, organização do espaço referente ao masculino e ao feminino, cultura, enfim; se encontra no habitus de cada indivíduo, desenvolvendo-se “como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU 1995, p.137). Há neste processo de divisão posições distintas para cada membro da família, homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. A naturalidade com que é construída a divisão social entre os sexos a torna legítima.

Também na propriedade, o trabalho do homem está ligado à produção e o da mulher, à reprodução. Os homens se dedicam ao trabalho na lavoura e às atividades que se destinam ao comércio e ao relacionamento com cooperativas, empresas, bancos, etc. O trabalho da mulher está “mais próximo” da casa: as pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcos); a horta; o cuidado e educação dos filhos, ou seja, as tarefas rotineiras e mais desgastantes, segundo as próprias mulheres. Esses são os trabalhos considerados “leves”. Além disso, muitas mulheres trabalham também na lavoura. Neste espaço, porém, seu trabalho é considerado “ajuda” (PAULILO, 1987).

A partir das leituras, fichamentos e análises realizadas sobre a economia solidária, foi gerada uma ideia geral sobre o assunto, e com as informações adquiridas, realizou-se uma definição do que vem a ser desenvolvimento rural, a agricultura familiar, o associativismo e caracterização de gênero¹. A revisão da

¹Gênero pode ser definido como aquilo que **identifica e diferencia os homens e as mulheres**, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino. De acordo com a definição “tradicional” de gênero, este pode ser usado como sinônimo de “sexo”, referindo-se ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino. No entanto, a partir do ponto de vista das ciências sociais e da psicologia, principalmente, o **gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas**, levando

literatura sobre agricultura familiar e sobre as estratégias de produção e políticas públicas possibilita o levantamento e posterior compreensão de características sobre a vivência e a produção das famílias pesquisadas na Associação das Colônias.

Em relação ao trabalho feminino no meio rural, a busca por literatura foi mais trabalhosa, uma vez que há poucos trabalhos que abordam este tema, sobretudo na área da Engenharia de Produção. Todavia, as informações adquiridas através de leitura científica favorecem para entendimento destas e contribuíram para o estudo da realidade na Associação das Colônias. Portanto, considera-se que o universo sobre a mulher ainda é muito focado para as questões sociais, que retratam, na sua maioria, a violência nos mais diversos aspectos.

As informações sobre a relação de gênero foram buscadas nas áreas da Engenharia de Produção, como também entre sociólogos (as), historiadores (as) e psicólogos (as), que apresentaram uma importante análise sobre o tema trabalhado, com contribuições para o desenvolvimento tanto do corpo teórico conceitual como também da pesquisa empírica.

A participação crescente de mulheres brasileiras no mercado de trabalho é uma das mudanças sociais mais notáveis no país desde os anos 60; na agricultura familiar não é diferente. O trabalho feminino permite que a mulher possa alcançar sua independência econômica, além de contribuir no orçamento familiar, aumentando suas expectativas de consumo (ROSSINI, 2002). Então, diante dessa observação do autor, verificou-se *in loco*, quando estava sendo aplicado o questionário para essa pesquisa, no período de setembro e outubro de 2015, que as mulheres as quais fazem parte da Associação das Colônias estão cada vez mais buscando alcançar sua independência econômica, elas contribuem significativamente no orçamento familiar, e suas expectativas de consumo aumentam cada vez mais, conforme relato na análise dos resultados.

1.4 INEDITISMO

em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres (<http://www.significados.com.br/genero/>).

Conforme Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e [...] é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 14).

O ineditismo desta pesquisa foi verificado e constatado a partir da revisão sistemática na literatura sobre AUTONOMIA FEMININA na Associação das Colônias. Não foram localizados trabalhos neste cunho acadêmico. Foram também realizadas buscas em teses e dissertações no portal da CAPES, no período de 2000 a 2014, para confirmar a inexistência de trabalhos nesta área.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado em sete capítulos, indicados a seguir:

✓ Neste primeiro capítulo, é apresentado a introdução, o problema da pesquisa, os objetivos e a justificativa da pesquisa;

✓ No segundo capítulo, visualiza-se a revisão bibliográfica de forma gradativa, quanto ao desenvolvimento rural, à economia solidária, o associativismo rural, à agricultura familiar, políticas públicas e o contexto da agricultura familiar no Brasil, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), evolução histórica da compra de alimentos para a alimentação escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o PNAE como instrumento da agricultura familiar, e gênero no contexto da agricultura familiar;

✓ No terceiro capítulo, identifica-se a metodologia da pesquisa com sua delimitação, o método de abordagem, a seleção do universo teórico de representação, o universo empírico da pesquisa, população e amostra, os documentos fotográficos e o tratamento dos dados;

✓ No quarto capítulo, os resultados preliminares – tratamento de dados - sob a forma de figuras para uma reflexão analítica para explicar o comportamento, o viver e o modo de produção dos agricultores familiares da Associação das Colônias;

✓ No quinto capítulo, encontram-se os dados coletados adquiridos na pesquisa quantitativa e qualitativa, por meio do questionário aplicado (Apêndice 1) e planilhas (Anexos 1, 2, e 3);

✓ No sexto capítulo, apresenta-se uma discussão preliminar sobre a contribuição do planejamento e controle da produção à economia solidária para autonomia feminina;

✓ No sétimo e último capítulo, apresentam-se reflexões para possíveis considerações finais e recomendação para estudos futuros.

2. Referencial Teórico

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

A definição do que seja exatamente desenvolvimento rural, em tais ações, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais. As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos, prioridades e nas ênfases metodológicas.

Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras e interpretações de realidades distintas, apontando objetivos igualmente marcados, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras e projetos correspondentes de desenvolvimento rural. Apenas como arquétipo: desenvolvimento rural, nos anos 1970, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, com objetivo final, a elevação da renda dos produtores (SACCO DOS ANJOS, 2003; DA VEIGA, 2007).

O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais. O termo desenvolvimento está associado à ideia de crescimento; contudo, é um processo que extrapola os aspectos econômicos, entrando na dimensão humana, que tem “como requisitos o bem-estar e a qualidade de vida através da democratização das oportunidades; e ampliação da participação nos processos de decisão em todos os níveis de governo” (SILVA; CÂNDIDO; MARTINS, 2009, p. 47).

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim “uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que

ele impõe” (VAN DER PLOEG et al., 2000, p. 395). Por isso, para esses autores, o desenvolvimento rural é um processo:

a) multi-nível (deve-se considerar o desenvolvimento rural em um nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade);

b) multi-atores (como novo modelo para o setor agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais) e;

c) multifacetado (é a firma individual, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade).

A complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural é que faz com que dependa de múltiplos atores, envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global (redes). Portanto, as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agro turismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, entre outros aspectos, fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado, em que propriedades que haviam sido consideradas “supérfluas”, no paradigma da modernização, podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os setores urbanos. Dentro dessa perspectiva, observa-se que a Associação das Colônias soube aglutinar os novos papéis implantando juntos aos associados o cultivo de produtos orgânicos e também inserindo o Projeto Cozinha Comunitária² que envolve as mulheres associadas, a fim de que pudessem atender a um dos requisitos dos programas de políticas públicas do Governo Federal – PAA e PNAE, para venderem seus produtos a Merenda Escolar do município de Castro – PR.

Os novos “projetos” de desenvolvimento rural erguem-se sobre duas estratégias ou proposições fundamentais: diversificar e aglutinar. O primeiro diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por sua vez, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirva para garantir um nível de vida socialmente aceitável. “O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma

² O Projeto Cozinha Comunitária foi implantado na Associação das Colônias pela Presidente Rita Goltz no início de 2012, com o intuito de capacitar as mulheres associadas para fabricação de produtos processados-panificação e fornecer esses produtos a merenda escolar.

única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.76).

Ao usar o termo desenvolvimento rural se está supondo que o desenvolvimento não somente é desigual, mas que essa desigualdade, defasagem, ou descompasso, manifesta-se de forma acentuada entre os espaços urbanos e rurais. Para testar sua hipótese, o autor, examina dados de “países desenvolvidos”, buscando comprovar a existência de significativas discrepâncias entre as realidades urbana e rural. O autor comparou indicadores sociais e econômicos do Canadá e dos Estados Unidos e constatou que as discrepâncias que apresentam são pequenas, não permitindo afirmar que o desenvolvimento naqueles países não tenha alcançado de maneira mais intensa os espaços rurais:

“ou seja, essa comparação sugere que o desenvolvimento rural é parte integrante de uma única dinâmica – sistêmica – de desenvolvimento. Não fazia sentido pensar o desenvolvimento rural como algo separado ou autônomo. E agora, com a abordagem mais global do desenvolvimento sustentável, esta separação entre rural e urbano ficou ainda mais temerária” (DA VEIGA, 2007, p.39).

Para Souza et al. (2003), o fenômeno do desenvolvimento, analisado somente sob o aspecto econômico torna-se insuficiente, considerando que, o principal interessado do desenvolvimento é o indivíduo comum e, para esse, o principal desenvolvimento é o social, entendendo desenvolvimento social em suas várias dimensões: econômica, política (no sentido amplo das relações de poder) e cultural. Entretanto, ao se falar em desenvolvimento, é necessário ter a noção da dimensão espacial da sociedade. O espaço social é um produto das relações sociais que as condiciona. Desta forma, é a organização espacial e as formas espaciais que refletem o tipo de sociedade que as produziu. Contudo, o espaço não pode ser considerado apenas na sua dimensão material enquanto condicionante das relações sociais, existem também as relações de poder projetadas no espaço, bem como seus valores e símbolos culturais inscritos neste espaço (SOUZA et al. 2003). Portanto, não há desenvolvimento rural sem agricultura, não há agricultura sem agricultor, uma vez que, crescentemente, o agricultor, por necessidade ou opção, trilha o caminho da diversificação produtiva e de estratégias.

Assim sendo, Da Veiga (2000) apresenta que não existe o desenvolvimento rural como fato concreto e apartado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um procedimento complexo, por isto muitas vezes se recorre ao recurso mental de

simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento econômico” ou, como propõe o autor citado, pode-se estudar isoladamente o “lado rural do desenvolvimento”.

Finalmente, não sendo possível, nesse espaço, maior aprofundamento sobre desenvolvimento rural, até porque o objetivo central dessa tese é a autonomia feminina, é importante, pelo menos, ressaltar que as mudanças das últimas décadas também instituíram outros limites, que certamente fazem parte do rol de premissas fundantes de uma estratégia nacional de desenvolvimento rural. Alguns deles, apenas para exemplificar: o fato de ter sido completada a “colagem” entre produção de alimentos e matérias primas agrícolas e a demanda agregada, não existindo concretamente problemas de oferta de tais mercadorias em nosso país. Isto significa que qualquer estratégia de aumento da área plantada, da ocupação de novas áreas e de expansão da produção somente poderia ser arquitetada se igualmente concretizado um aumento expressivo nas exportações ou um processo de distribuição da renda pessoal (ou ambos, o que seria o ideal). Mesmo aqui, contudo, as barreiras são imensas: nos anos 1990, verificou-se a crescente formalização de acordos que, na prática, têm basicamente significado o fechamento dos mercados agrícolas para os países grandes exportadores do Terceiro Mundo, como o Brasil, impedindo notavelmente as tentativas de aumento das exportações agrícolas.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária tem sua origem na Revolução Industrial, uma vez que esta trouxe uma realidade dura de trabalho, com longas jornadas, condições insalubres e atividades repetitivas. Quem lutou por mudanças neste cenário foram os operários, os sindicatos de classe e alguns chefes fabris como Robert Owen (SINGER, 2002).

Contudo, no início do Século XX, os operários de fábrica começaram a usufruir de diversos direitos trabalhistas, o que caracterizou um período de diminuição da luta contra o assalariamento. Os sindicatos passaram a se preocupar em defender tais direitos de seus associados e não mais lutar contra o capitalismo. Em 1970, começou um movimento de demissão em massa e transferência de empresas para países nos quais a história sindical não tinha força.

Então, o número de contribuintes dos sindicatos diminuiu e esses enfraqueceram devido a essas demissões. O poder de negociação destes também reduziu consideravelmente, pois agora existia um excedente considerável de mão de obra que forçava os operários, que ainda se encontravam contratados, a aceitarem as condições dos empregadores, pois caso contrário estavam arriscados a serem substituídos por um de muitos desempregados (GALLO, 2003).

Em virtude deste cenário, a realidade de lutas contra o sistema vigente – o capitalismo – se fez novamente presente. Só que, desta vez, mais estruturado em princípios já existentes, que buscavam a democracia, a autogestão e o repúdio ao assalariamento.

Nessa mesma época, acontecia a Perestroika e Glasnot, movimentos os quais culminaram com o fim do socialismo soviético e que levaram muitas pessoas a se reconciliar com o capitalismo, mas também despertou em muitos a vontade de buscar uma forma alternativa ao capitalismo, que não necessariamente passasse pela “pseudo-revolução do proletariado”, que não levou ao socialismo e comunismo descritos originalmente. Além disso, também houve, na Europa, o fracasso dos partidos social democratas, que não conseguiram manter as instituições de base de ajuda social e nem deter os avanços neoliberais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Devido a estes fatos, os praticantes do cooperativismo e associativismo entenderam que a sua existência não dependia da tomada do Estado e, com isso, passaram a buscar a emancipação voltada para a sociedade civil. É neste contexto que se estrutura uma nova concepção de cooperativismo e associativismo, que, para existir, não depende tão somente da vontade do Estado, mas da decisão das pessoas que constituem a camada empobrecida de aprender sobre esta economia e de se dispor a seguir os seus princípios no dia a dia.

Vale ressaltar que no Brasil, a estruturação e o surgimento do cooperativismo e associativismo não se devem somente aos esforços de pessoas desempregadas e marginalizadas, mas à ação de alguns agentes sociais como: Igreja Católica, Sindicatos e Universidades. Singer (2009) enfoca que é necessário analisar sempre as perspectivas que se apresentam para a economia solidária, nesse contexto. No caso da Associação das Colônias, objeto dessa Tese, quanto à adesão a economia solidária, iniciou-se através da parceria com a IESOL, por meio do Projeto de Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais, com o apoio da

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); esse Projeto foi financiado pela PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A) e pelo Governo Federal Pátria Educadora.

Se a Economia Solidária fosse limitada a ser uma solução para as lacunas deixadas pelo capitalismo, ela estaria condicionada a ser somente um apêndice desse e só cresceria se o capitalismo entrasse numa grande crise ou se a economia crescesse mais que os postos produtivos. Entretanto, muitos se referem a ela como uma contraproposta ao modo de produção capitalista, que daria lugar a uma sociedade mais igualitária, capaz de proporcionar melhores condições de vida aos marginalizados do sistema vigente, não só no sentido de conseguir adquirir mais bens comerciais sem tanto esforço produtivo, melhorando as relações sociais com família, amigos, vizinhos, no direito de escolher o trabalho que lhe dá prazer (SINGER, 2002).

A economia solidária surge no Brasil na década de 1980 e toma impulso na segunda metade dos anos 1990, como resultado da luta dos movimentos sociais, os quais tinham como objetivo reagir à crise do desemprego decorrente das transformações no mundo do trabalho que aconteciam naquela época. Em relação ao seu surgimento, Singer; Souza (2000) esclarecem que ela nasce como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Nesse sentido, a economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios.

Assim, o mercado de trabalho tornou-se muito seletivo, passando a exigir trabalhadores altamente qualificados, capazes de operar simultaneamente máquinas modernas, e solucionar os mais diversos tipos de problemas provenientes do processo produtivo. Essa nova situação na realização do trabalho retirou do mercado formal uma grande massa de trabalhadores. Poucos puderam desfrutar dessa situação, a grande maioria foi buscar novas formas de alternativas para sobreviver.

Nesse cenário, a economia solidária surge como uma proposta alternativa a massa trabalhadora, viabilizando o desenvolvimento local e o fortalecimento com redes da cadeia produtiva espalhadas pelo mundo, com base em princípios éticos, solidário e sustentável (BECKER et al., 2004). A economia solidária se constitui no fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da terra seguindo um caminho internacional de desenvolvimento sustentável na qualidade de vida (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006).

Esse modo de atividade econômica vem se desenvolvendo no mundo como uma poderosa ferramenta de combate à exclusão social, e de integração das redes de produção e consumo, através de alternativas de trabalho e renda, gerando benefícios e promovendo o bem-estar comum na sociedade na qual os indivíduos integrantes desta cadeia, estão inseridos. Ainda sobre ser a economia solidária um instrumento de combate à exclusão social, autores como França Filho; Laville (2006) a consideram como alternativa viável para a geração de trabalho e renda, como também para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Além disso, pode-se afirmar que a economia solidária é um conjunto de atividades econômicas que visa organizar e realizar solidariamente um trabalho de forma coletiva, autogestora e centrada no ser humano, que por sua vez, nos os últimos anos, tem ocupado espaços crescentes na atividade econômica, nas diversas esferas institucionais em diversos países do mundo.

Visando a essa nova dinâmica, bem como as transformações que ocorrem no cenário econômico atual, nota-se que os trabalhadores menos favorecidos, associados em cooperativas e/ou associações, buscam fôlego para sobreviver em meio à competitividade, com isso surgem as “novas formas de organização” que demanda uma nova engenharia de ação coletiva, novas formas de ações políticas e de gestão. É neste contexto que a economia solidária vem fazendo a diferença na atuação das cooperativas e associações que estão inseridas no mercado internacional ou que buscam consolidação em novos mercados. Nesse cenário, destacam-se os pequenos produtores rurais, que através de cooperativas e associações são assistidos pelos programas de fomento ao setor, buscam se manter no mercado, cada vez mais concorrido com consumidores cada vez mais exigentes.

A economia solidária é um fenômeno recente que tem obtido crescente visibilidade econômica, social e política. Ela diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente pelos grupos populares. Essas organizações destacam-se pela disseminação de valores solidários e práticas de autogestão, a não exploração dos trabalhadores, a divisão equitativa de benefícios, a produção ética e ambientalmente correta e a criação de uma rede local, regional e internacional solidária.

Essas práticas permitem a geração de trabalho para aqueles que estão à margem dos circuitos formais da economia, constituídos principalmente pelas esferas do Estado e do Mercado. Entretanto, os níveis de renda que se obtêm são bastante frágeis, garantindo, na maioria dos casos, apenas a sobrevivência dos grupos envolvidos nesse processo.

No que se refere, especialmente, à agricultura familiar, enfatizam-se as potencialidades de produção e comercialização conjunta, a agregação de valor, a necessidade de políticas públicas adequadas e de fortalecimento de mercados locais, a criação de redes de trocas, o crédito solidário e outras ideias e projetos, visando apoio e fomento à agricultura familiar (SANTOS, 2011). Investigar essas práticas e normas de gestão significa introduzir um tema de profundidade, uma vez que por trás de práticas e normas estabelecidas encontram-se valores, lógicas e características das relações sociais que interagem em diversas dimensões culturais, sociais, econômicas, religiosas e políticas. Essas práticas são particulares de cada grupo social, influenciando na dinâmica interna e na sua maneira de relacionar-se com as organizações da sociedade, do Estado ou do Mercado.

A questão da economia solidária está presente de forma sistemática nas pesquisas em várias partes do mundo, nas últimas décadas. Esse interesse, por parte de pesquisadores e estudiosos, vem refletir a própria dinâmica que se passa na realidade. Contudo, as iniciativas e inovações dão início à concepção de um novo campo de práticas que se complexifica rumo ao seu próprio desenvolvimento. Na busca de respostas à velocidade das transformações que agem na realidade, a inquietação primeira dos pesquisadores volta-se para a conceituação do fenômeno referente à economia solidária, no sentido de compreender a sua urgência enquanto prática de democracia econômica.

Assim, a necessidade de construção, coletiva, de espaços de participação e de cidadania está no seio da crítica e ação social. Razeto (1997) colocou em evidência a presença de valores como a cooperação e a solidariedade nos grupos populares, práticas de ajuda mútua para responder a necessidades básicas. Emergindo enquanto filhas da necessidade, as iniciativas da economia solidária prolongam as práticas da economia popular se inserindo em uma crítica social e afirmando explicitamente esses valores. A economia solidária revela a importância da construção coletiva de espaços de cidadania face à exclusão econômica, social e política dos participantes.

Se a economia solidária desenvolve uma diversidade de práticas e carrega um conjunto de valores, nos parece que, em função dos contextos de inserção das práticas, os focos são colocados diferentemente. No Brasil, por exemplo, o foco nos parece menos colocado sobre a não-lucratividade das práticas de economia solidária como é caso na Europa e mais sobre o caráter de democracia direta nas práticas econômicas, tendo muitas vezes a procura da autogestão como um dos horizontes das práticas e se colocando enquanto alternativas à relação assalariada de subordinação e exploração dos trabalhadores nas empresas capitalistas. As iniciativas, sobre formas muito diversas, tentam desenvolver a democracia econômica, ou seja, de igualdade de direitos dos membros-trabalhadores sobre o empreendimento, através de práticas de autogestão, isto é, de gestão coletiva, participativa e democrática da atividade econômica empreendida e da alocação dos resultados dessa atividade. Como apresenta Albuquerque (2003, p. 20), é o “conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática da tomada de decisão, que favorece a autonomia de um coletivo. E um exercício de poder compartilhado, que qualifica relações sociais [...] que exprimem intencionalmente relações sociais mais horizontais”.

A economia solidária é uma forma de produção, comercialização, consumo e distribuição de riquezas, voltada para a valorização do ser humano e não do capital. A igualdade de direitos de produção, a posse coletiva dos cooperados e associados, a solidariedade e a autogestão são consideradas, segundo Singer (2002), como as principais características dessa outra economia. Para Mance (2000), o termo economia solidária está associado a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento, em particular) em que se defendem, em graus variados, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, autossustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio dos autores Singer (2002) e Mance (2000), onde enfatizam a valorização do ser humano e a participação coletiva; na Associação das Colônias foi observado nas respostas do questionário aplicado (apêndice 1) que ao se indagar sobre: O que a senhora entende por Economia Solidária? Constituiu as seguintes respostas: *colaboração entre as partes; pessoas unidas num só objetivo; economia onde todos se ajudam e crescem juntos;– um bem comum; ajuda para pequenos produtores; entendo que seria um grupo de pessoas*

fazer de um projeto e ter uma renda parecida e sempre compartilhando saber e dificuldades; entendo a economia solidária a reunião de agricultores buscando troca de experiência uns aos outros, havendo comércio entre os próprios produtores, e conseguindo matéria prima mais barata.

Nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), a autogestão proporciona aos seus integrantes a participação direta e coletiva nas tomadas de decisões. Desta forma, constatamos que os EES são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento, tem direito a um voto (SINGER, 2009).

Os princípios da economia solidária, propriedade coletiva e liberdade individual, têm por objeto unir seus integrantes, tornando-os uma classe única de trabalhadores que produzem em conjunto. Com isto, será possível reverter à lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano, na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica (MTE, 2015).

Com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios aos processos de formulação de políticas públicas, a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) realizou o primeiro mapeamento dos EES no ano de 2005 e encontrou 14.954 Empreendimentos de Economia Solidária em 2.274 municípios do país. Em 2010, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária catalogou 21.579 EES em todo o território brasileiro; esse dado aumentou em 2013 para 21.859 EES. Tal crescimento deve-se ao desemprego e a precarização do trabalho que excluem milhões de pessoas do mercado formal de trabalho (FBES, 2016).

O crescimento da Economia Solidária deu-se, sobretudo no Século XX, devido à abertura dos mercados e conseqüente geração de um contingente significativo de pessoas desempregadas; a partir disto, a discussão da sua abrangência para esta nova economia é baseada na solidariedade, no novo modo de produção, oposto do vigente, em uma nova forma de organização dos trabalhadores que atuam e, por vezes, são dependentes da economia vigente, a Capitalista. Para tentar esclarecer esta questão, contextualizar-se-á a economia solidária em um conjunto econômico mais amplo, apresentando uma definição de economia, que pode ser entendida como um processo sócio histórico, resultante do agir humano e não de um processo natural como defendia Adam Smith; França Filho; Laville (2004) apresentam uma visão mais

ampla da economia, retomando o trabalho de Polanyi em 1983³, que destaca quatro princípios do comportamento econômico:

- Domesticidade: prover necessidades de um grupo, como a família;
- Reciprocidade: relação estabelecida por doações duráveis entre pessoas, como processo inerente ao ser humano;
- Redistribuição: feita por autoridade responsável pela divisão de bens; e
- Mercado: lugar de oferta e demanda com intuito de troca.

Os mesmos autores destacam que os três primeiros comportamentos conduziram a economia até o século XIX, que logo após passou então a ser guiado pelo último princípio, o de mercado. França Filho; Laville (2004) apresentam a partir destes princípios de comportamento, três formas distintas de economia, associadas a tais princípios:

- Mercantil, relacionado ao interesse individual;
- Não-mercantil, ligado à obrigação da redistribuição;
- Não-monetária, associada à reciprocidade, abrangendo a autoprodução, o voluntariado e o trabalho doméstico.

A partir dessa classificação, pode-se categorizar a Economia Solidária como uma economia plural, à medida que ela busca unir as três economias: mercantil – produtos/serviços ofertados a uma demanda existente por moeda corrente; não-mercantil – por meio dos órgãos públicos como fomentadores e, por vezes, como subsidiários; e não-monetária estabelecida nas doações e trocas solidárias. Assim sendo, a economia solidária fica submetida ao capitalismo na medida em que oferta produtos a consumidores com padrões de comportamento e exigência ligados ao modelo econômico predominante (NARDINI, 2007). Contudo, há outros autores que entendem a economia solidária como uma forma alternativa de economia, como é o caso de Singer (2002) que afirma tratar-se de um modo de produzir e distribuir alternativo ao Capitalismo, realizado por pessoas à margem do mercado.

A economia solidária tem caráter revolucionário, trata-se de uma economia completamente oposta à capitalista em todos os aspectos relevantes, sobretudo no

³ França Filho; Santana Júnior (2007) descrevem o trabalho de Polanyi sob diferentes princípios do comportamento econômico: o mercado autorregulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade. Essa compreensão substantiva da economia pode, em resumo, associar a ideia de economia a toda forma de produção e de distribuição de riqueza – o que significa assumir o pressuposto básico de uma definição de economia como economia plural. Como as formas de “fazer economia”, de produzir e distribuir riquezas variaram historicamente nas diferentes culturas humanas, pode-se reconhecer diferentes economias.

fato de o capital está unido ao trabalho, o que não acontece no capitalismo. Acrescenta-se ainda que

“o assalariado é um trabalhador sem poder nem responsabilidade, por definição legal. Se a empresa vai mal, ele não sofre nada. Se vai bem, tampouco. Tem direito ao salário. Na economia solidária é ao revés, o trabalhador tem responsabilidade total, não individual, mas coletiva, pela empresa. Ele é, por todos os pontos de vista, um participante ativo, com poder e responsabilidade. Há uma emancipação, uma desalienação (SINGER, 2006, p.87).

Apesar de este mesmo autor manter o discurso em favor da Economia Solidária como uma alternativa ao Capitalismo, mudou sua opinião a respeito da existência de um ou mais modos de produção. Nos anos 1980, o mesmo autor afirma que a sociedade teria de ter apenas um modo de produção, um socialismo em que as pessoas tenham mais chances de escolha. Reitera ainda que está (...)

“recusando a história de que o mundo vai mudar com o novo homem que quer ser socialista. Excluo, porque é muito favorável ao que quero, mas é um sonho. No fundo, estou apreciando cada vez mais a diversidade. O mundo é mais interessante com várias lógicas e opções” (SINGER, 2006, p. 98).

Para defender a economia solidária como um modo de produção alternativo, é necessária cautela, segundo Gaiger (2003) e Nardini (2007), pois o período de transição para um novo modo de produção demanda tempo, além do fato de que para ocorrer esta transição é necessária uma conjectura alicerçada em deficiências estruturais críticas, insolúveis no quadro do sistema existente, capaz de impor uma nova lógica reprodutiva. Ainda de acordo com Singer (2006) a economia solidária se constitui como uma alternativa ao capitalismo, não se sustenta, frente ao estágio de desenvolvimento deste novo agir econômico.

Sendo ou não um novo modo de produzir, com certeza é um novo modo de agir, que busca, sobretudo diminuir a precarização do trabalho oriunda da diminuição dos trabalhadores celetistas e aumento da economia informal e da terceirização; esta tem sido adotada como meio para as indústrias manterem um número de colaboradores (empregados) o mais próximo possível de sua demanda, diminuindo assim o número de trabalhadores contratados ociosos (NARDINI, 2007 e SINGER, 2002). Contudo, é consenso entre Gallo (2003) e Eid (2003) que a economia solidária possibilita a reinserção social de parte da população excluída do mercado de trabalho e é um processo em construção, diferente do atual modelo econômico. É importante destacar que esse novo modo de pensar a economia resgata o importante papel do trabalho na vida do homem.

A base da economia solidária é a construção coletiva a partir de experiências inovadoras que vêm se traduzindo não somente por uma transformação na estrutura econômica, mas especificamente na forma de produzir e organizar a produção em todos os aspectos da vida social. Desse modo, na economia solidária, além da garantia do exercício da autogestão coletiva dos trabalhadores livremente associados, há uma dimensão social que ultrapassa o econômico, abrangendo a cultura, a política e as relações sociais. Trata-se de ações coletivas geradoras de novos atores sociais e econômicos. E em termos macroeconômicos, vai além, passando pela melhoria da qualidade de vida.

Para Guèrin (2005), a economia solidária é o agrupamento de um conjunto de iniciativas econômicas autônomas em relação ao Estado, por entender que a prática social dos atores tem dimensões políticas, econômicas e culturais que entrelaçam no cotidiano e na construção de novas possibilidades. Nesse contexto, trata-se de iniciativas privadas, as quais confiam mais na solidariedade em busca do interesse coletivo, do que no aspecto econômico em seu sentido restrito.

Vale ressaltar que a economia solidária, ou seja, o conjunto de cooperativas, grupos de produção, associações, empreendimentos coletivos, empreendimentos econômicos ou empreendimentos solidários com base na autogestão, orienta-se por princípios de solidariedade e do cooperativismo. A economia solidária converge, portanto, para a construção de novos valores que suscitam uma prática social transformadora. Dessa forma, essa transformação transcende os aspectos estritamente econômicos, pois requer uma ação “convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico, envolvendo Organização Não Governamental (ONG), sindicatos, universidades, órgãos governamentais, entre outros” (KRAYCHETE, 2002, p.5).

Assim, para compreender a organização da economia solidária, é preciso observar os elementos que compõem a realidade concreta de seus atores, haja vista os desafios para criar e estimular alternativas de convivência e diálogo, a fim de favorecer a construção de uma forma diferenciada de produção, em que a geração de renda e trabalho é associada ao bem-estar da coletividade. O Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009) apresenta cinco categorias de atores que compõem esta modalidade de Economia, a saber: 1) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES); 2) Fórum Brasileiro de Economia; 3) Gestores Públicos; 4) Entidades de Apoio

e Fomento; e 5) Ligas ou Uniões. Esses atores estão representados na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Atores da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009)

A forma mais comum de organização econômica de EES é a cooperativa ou associação popular, embora não seja a única, em particular considerando, no Brasil, a exigência de um mínimo de 20 sócios para constituir uma cooperativa. Todos os formatos assumidos por tais empreendimentos, contudo, orientam seu funcionamento por um mesmo conjunto de princípios, quais sejam: cooperação, autogestão, viabilidade econômica, solidariedade, cidadania entre outros.

Dentre as entidades de apoio e fomento, existem as seguintes ONGs: a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE); o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); o Instituto Marista de Solidariedade (IMS); a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e o Movimento Sindical. As Cáritas do Brasil e pastorais da Igreja Católica também apoiam e fomentam o movimento (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009).

Outro grupo de entidades de apoio e fomento são as Incubadoras Universitárias e as próprias universidades que oferecem assessoria para EES. As incubadoras capacitam para o cooperativismo, associativismo, autogestão, e serviços qualificados da atividade econômica escolhida pelos EES. Realiza ainda estudos

derivados do processo de intervenção e participa de eventos e instâncias do movimento de economia solidária. A Associação das Colônias, objeto dessa Tese, é incubada pela IESOL em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). As agências de fomento, também caracterizadas como entidades de apoio e fomento, financiam pesquisa Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Conselho Nacional de Pesquisa, (CNPq) em Economia Solidária e sobre EES (CNPq, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

As três esferas do governo compõem os gestores públicos. No Governo Federal, existe a Secretaria Nacional de Apoio a Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/DAS), o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural e Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DENACOOOP/MAPA e SARC/MAPA) e; a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Existem secretarias e departamentos em alguns Governos Estaduais e em vários Governos Municipais. A economia solidária trata-se da valorização social do trabalho humano, que busca a satisfação das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, reconhecendo, assim, o lugar fundamental da mulher e do feminismo em uma economia fundada na solidariedade, que busca uma relação de intercambio respeitosa com a natureza, e com os valores da cooperação e da solidariedade (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003).

A organização social, que precedeu a organização econômica, está estabelecida com a fixação do homem na terra através da produção e da distribuição de bens e serviços para suprir as necessidades do consumo coletivo. Com o passar dos anos, especialmente a partir da década de 1990, devido à globalização, a evolução tecnológica intensifica-se a proposta de que o mundo deve ser solidário, na esfera governamental, no mercado e nas relações humanas. O autor Irion (1997) classifica como princípios gerais da economia solidária, os principais pontos: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todo o eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminismo em uma economia fundada na solidariedade; a busca de intercâmbio respeitosa com a natureza; os valores da cooperação e da solidariedade. Portanto, quanto ao trabalho das mulheres; a Associação das Colônias procurou-se promovê-las com o Projeto da Cozinha

Comunitária, a qual as mulheres passaram a fabricar produtos processados – panificação para serem comercializados à Merenda Escolar, atendendo as especificações dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE.

Nesse cenário, surge a ideia de que o assistencialismo deve ser voltado para o outro, promovendo o bem-estar social, objetivando garantir a competitividade diante da atual concorrência mercadológica. Assim, a competitividade passa ser uma das principais questões do mundo empresarial, especialmente para aquelas empresas inseridas na economia solidária, baseada na vantagem competitiva sustentável.

Para Porter (1989), a vantagem competitiva surge fundamentalmente do valor que uma empresa consegue criar para seus compradores e que ultrapassa o custo de fabricação pela empresa. Nesse contexto, existem dois tipos de vantagens competitivas: liderança de custos e diferenciação.

Nos empreendimentos de economia solidária, a vantagem competitiva pode se configurar tanto no custo da produção, relativamente baixos, como na diferenciação do produto, pois, na maioria dos casos, “ela” se desenvolve nos empreendimentos que realizam trabalhos artesanais tendo como base a autogestão e o desenvolvimento sustentável. Na Associação das Colônias em estudo, busca-se entender autogestão e o desenvolvimento sustentável através da criação do Projeto Cozinha Comunitária destinado a fabricação de produtos processados–panificação pelas mulheres associadas, e os produtos *in natura* orgânicos que os homens plantam e colhem.

Segundo Irion (1997), a economia existe como instrumento para prover a população de bens e serviços de que necessita. Por tanto, nada mais justo que o foco de organização econômica se desloque para quem tem direito de usufruir dos benefícios por ela gerados, como no caso as pessoas. Surgiu assim, uma alternativa cuja base da organização econômica é a pessoa, proposta esboçada em meados do século XIX, com a prática do associativismo, do cooperativismo e do mutualismo, conjunto de organizações que reunidas formam a economia social e solidária cujo objetivo é desenvolver empreendimentos que envolvam pessoas, proporcionando melhores oportunidades de ocupação e realização como ser humano, como produtores e consumidores.

A lógica dessa economia alternativa se fundamenta na crítica operária e socialista ao capitalismo, período marcado pela extrema exploração da classe trabalhadora, que cumpria longas jornadas de trabalho em troca de salários baixíssimos e viviam em condições sub-humanas no local de trabalho, indústrias

instaladas nos países que vivenciavam a revolução industrial. Assim compreendida, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, que envolve diversas dimensões, como por exemplo, a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (SINGER, 2002).

Nessa perspectiva, uma das formas de se humanizar o sistema capitalista se dará através do sistema de economias solidárias, que é um modo específico de organização das atividades econômicas, caracterizadas pela autogestão e autonomia de cada unidade de produção e conseqüentemente pela igualdade pura de competição nos mercados (ARRUDA, 2006). A situação social, política, econômica e cultural do mundo rural brasileiro remonta à colonização e à ocupação do espaço do território e traz certas transformações de ordem hierárquica e de desigualdade. O poder político e social encontrava-se nas mãos daqueles que possuíam grandes plantações (monocultura) destinadas ao mercado internacional. As formas de sociabilidade características do mundo rural se encontram em mutações em seu estilo de vida, as concepções do mundo, os processos de decisão e modalidades de trabalho se modificam.

Para Tedesco (2001), a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. A agricultura familiar apresenta característica essencialmente distributiva, além de possuir traços socioculturais que possibilitam sua adequação ao processo de economia solidária, ao mesmo tempo em que possibilita uma melhor adequação à sustentabilidade no que diz respeito à estabilidade, à diversificação e à durabilidade dos recursos naturais. Todas essas estruturas são características que permitem um desenvolvimento da organização familiar na produção e no manejo dos espaços rurais.

A economia solidária pode ser considerada parte da economia social. Esse é um termo relativamente novo (BELLUCCI et al., 2012), do qual as suas definições ainda estão sendo discutidas, com concepções diferentes dependendo do país e dos autores, mas possuem alguns elementos básicos em comum, como democracia, benefício coletivo e solidariedade.

Na concepção de Graterol; Alizo; Molero (2010), quando se fala em economia social, pode-se relacionar com dois problemas básicos: a pobreza e a exclusão social. Dessa forma, a economia social tem se tornado um meio efetivo de luta contra a exclusão social, busca do bem-estar do cidadão, solidariedade social e sustentabilidade ambiental.

Para Bagnoli; Megali (2011), empresas sociais são organizações que desenvolvem suas atividades e operações com uma finalidade social, como a integração de pessoas desfavorecidas através do trabalho, a prestação de serviços sociais, coletivos e ambientais, como também comércio ético. Essas entidades sociais surgiram na década de 1990, em diferentes partes da Espanha e da Europa, como instrumento de combate à exclusão social e com intuito de diminuir os problemas sociais (DIÁZ-FONCEA; MARCUELLO, 2012).

A economia solidária por sua vez, é definida por Bellucci et al. (2012) como o conjunto de ações de sensibilização, produção, distribuição e atividades de consumo que contribuem (juntamente com o compromisso local e global dos cidadãos) para a democratização da economia em uma dinâmica que combina interesses individuais e coletivos. Para Singer (2002, p. 9), “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”. Ou seja, a economia solidária busca uma forma democrática e igualitária de organizar as mais diversas atividades econômicas.

No Brasil, o cooperativismo popular abre espaço para as primeiras iniciativas de Economia Solidária, a partir da crise econômica e social da década de 1970 (RIBEIRO; DE MÜYLDER, 2014), contudo, percebeu-se um crescimento acentuado a partir da década de 1990 (PINHEIRO, 2013; GAIGER, 2013). Por sua vez, a partir do ano de 2000, no Brasil, com a chegada de forças da esquerda ao poder, a percepção de que as experiências de economia solidária seriam viáveis e da sua capacidade de trazer benefícios aos seus integrantes e entornos sociais, além de outros fatores próximos aos protagonistas dos acontecimentos, instaurou-se um clima estimulante para a promoção da economia solidária. A economia solidária pode ser entendida como forma de economia tornando-se objeto de políticas públicas e programas transversais, com vistas a promovê-la como instrumento de geração de renda e de coesão social (GAIGER, 2013).

Entre os anos de 2000 e 2015, muitas ações e políticas públicas governamentais foram instituídas para o fomento da economia solidária. Em 2003, por

exemplo, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que tem sido responsável por ações como a realização de um mapeamento da economia solidária em todo território nacional e a formação em economia solidária. Além disso, criou-se também o Brasil Local e reviveu-se, em 2003, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). A partir do Decreto nº 8.163 de 20 de dezembro de 2013, instituiu-se o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (PRONACOOOP SOCIAL), com a finalidade de planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais (SINGER, 2009).

Dessa forma, a SENAES destaca-se como instrumento de apoio e ampliação de ações que já haviam sido tentadas ou ao menos esboçadas anteriormente por movimentos sociais ou ONGs ligadas à economia solidária. Para Gaiger (2013), o campo da economia solidária atualmente é constituído de quatro principais segmentos: (a) os empreendimentos de economia solidária, que desenvolvem atividade de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo; (b) as organizações civis de apoio à economia solidária, ONGs, universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social com atuação pioneira desde os anos de 1980; (c) os órgãos de representação e articulação política dos diversos segmentos e atores, principalmente Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), além dos movimentos sindicais, incubadoras, gestores públicos, entidades de crédito solidário, dentre outros; e, (d) os organismos estatais à frente de programas públicos de economia solidária, com destaque o Conselho Nacional de Economia Solidária, criado em 2006, que sinaliza o nível de institucionalização alcançado, com representações de setores do Estado e da sociedade civil.

Para uma organização se classificar como de economia solidária, ela precisa ir além da realização de objetivos sociais e trabalhar para a resolução de formas específicas de injustiça, exploração ou discriminação (BELLUCCI et al., 2012). Dessa forma, nem toda organização sem fins lucrativos é classificada como economia solidária.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2015), Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações coletivas e supra familiares, em que os participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural, que exercem a gestão democrática das atividades e da distribuição dos resultados e que tenham foco na

realização de atividades econômicas, de modo permanente, ou que tenham esse objetivo quando estiverem em implantação. Esses empreendimentos geralmente organizam-se em cooperativas, associações, grupos informais ou, até mesmo, em sociedades mercantis.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2016), são princípios gerais da economia solidária: 1) a valorização social do trabalho humano; 2) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; 3) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade; 4) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e, 5) os valores da cooperação e da solidariedade.

Singer (2002) cita que os principais fundamentos da economia solidária são a solidariedade, a divisão igualitária dos ganhos e a autogestão e, para o FBES (2016a), a economia solidária busca a globalização humanizada, um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra. Portanto, a economia solidária, através da produção, comercialização e prestação de serviços por meio de organizações autogestionadas, formais ou informais, busca promover sustentabilidade econômica dos envolvidos e produzir transformação social.

2.3 ASSOCIATIVISMO RURAL

A organização de associações de produtores familiares é um fenômeno que adquiriu expressividade a partir dos anos 1980. Nesse sentido, essa modalidade de associativismo rural vem suscitando debates no mundo acadêmico devido a expressividade alcançada em escala nacional, sobretudo dentre àqueles pesquisadores que têm se preocupado com a formulação de políticas públicas voltadas ao universo da produção familiar do campo, na perspectiva do desenvolvimento rural.

A abertura política, ocorrida na década de 1980, trouxe grandes mudanças na conjuntura social e política nacional. Atreladas à crise estrutural da economia brasileira, essas mudanças suscitaram a organização da sociedade civil por meio de grandes mobilizações populares, como a campanha pelas eleições diretas para a

Presidência da República e a intensificação de greves na cidade e no campo como destacam (COSTA; RIBEIRO, 2001; PINHEIRO, 2001).

No ambiente acadêmico, as interpretações acerca do protagonismo da sociedade civil em torno dessas transformações são paradoxais. De um lado, existem aqueles que compreendem esse processo de transição como um “pacto de elites, que marcou o fim do regime autoritário [...]” e que, “[...] seria definido como sendo a “transação transada”, indicando, com isso, a preservação dos interesses dos grupos dominantes mesmo com as mudanças institucionais e políticas em curso naquele momento” (PINHEIRO, 2001, p. 340).

Por outro lado, outros autores compreendem esse processo de mobilização popular como uma retomada de um processo de organização que tinha sido gestado no período dos governos populistas que precederam a ditadura militar e que permaneceram engessados durante o regime e ressurgiram com força mediante a abertura democrática, trazendo à cena novos atores sociais (SADER, 1988). Na verdade, a análise das transformações desse período não pode ser restrita a enfoques isolados desses processos, porque são fenômenos que ocorreram sobrepostamente e que possuem como elemento central a crise estrutural da economia que afetou a sociedade brasileira como um todo, mas que trouxe resultados drásticos para a classe trabalhadora, historicamente fragilizada (COSTA; RIBEIRO, 2001; PINHEIRO, 2001).

Nesse período, esse segmento da sociedade pode expressar abertamente a situação de penúria a qual foi submetida no decorrer da ditadura militar. Pinheiro (2001, p. 340) salienta que mais do que conceder o direito a voz ativa, houve uma “eclosão de demandas”, “[...] à medida que aumentava a capacidade de expressão dos grupos excluídos, novas demandas eram colocadas no cenário político”.

Se fossem analisadas as dimensões do processo de exclusão de forma segmentada, poderíamos dizer que no decorrer da ditadura, “a exclusão social era muito maior do que a exclusão política” (PINHEIRO, 2001, p. 340). Contudo, nesse período, o processo de exclusão aniquilou a sociedade em suas múltiplas dimensões: econômica, social, política e cultural.

No tocante ao espaço rural, são diversas as interpretações acerca dos motivos que levaram ao crescimento da organização dos produtores rurais em associações agrícolas. Dentre a diversidade de compreensões, Pinheiro (2001) destaca que, via de regra, a organização de produtores está relacionada a temas como: obtenção de crédito agrícola, melhoria das condições de produção e comercialização, problemas

que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país. A IESOL, no projeto que desenvolve na Associação das Colônias, já proporcionou aos associados em forma de palestra, cursos e encontros mensais debates sobre: obtenção de crédito agrícola solidário, melhoria das condições de produção e comercialização dos produtos *in natura* orgânicos e processados-panificação.

Visando acalmar os ânimos e controlar os rumos da sociedade civil, o Estado passou a incentivar a participação do produtor rural, estimulando-o a se organizar em associações que permitissem integrá-lo de forma competitiva ao mercado. Assim, seguindo os postulados do Banco Mundial (principal financiador do Estado brasileiro), as políticas públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculadas a sua participação em associações.

Desse modo, as associações de produtores rurais foram adquirindo cada vez mais relevância no espaço rural brasileiro, tanto pela possibilidade de obtenção de recursos provenientes das políticas públicas, quando pela necessidade de organizar pautas reivindicatórias perante as instâncias governamentais. As associações, bem como as cooperativas que ainda permanecem organizando a produção familiar – sobretudo nos assentamentos rurais, vêm se articulando como importante estratégia de reprodução. A reprodução dos produtores familiares pode ser entendida em suas múltiplas dimensões, que abrangem desde a economia, a política, o social até a cultura.

Sendo assim, necessário se faz apresentar a distinção entre cooperativismo e associativismo. As informações, desse modo, apresentadas no Quadro 01 permitem comparar as características legais das competências das associações e cooperativas. Dentre os principais elementos que impulsionam os produtores familiares a optarem pelas associações, como via institucional mais adequada às suas organizações, podem ser destacados em duas prerrogativas, quais sejam:

1) Responsabilidade da condução administrativa recai sobre a diretoria: no caso de endividamento e/ou falência da associação, cabe aos dirigentes a busca de soluções para sanar tais problemas, ao contrário das cooperativas em que todos os cooperados são co-responsabilizados conforme a cota-parte. Tal prerrogativa, a priori, inviabiliza a ascensão de dirigentes “oportunistas e/ou mal-intencionados” que eventualmente possam desviar recursos da entidade.

II) Inexistência de cargos remunerados aos dirigentes: desonera a entidade da criação de estruturas orçamentárias mensais para pagamento de salários aos dirigentes, bem como evita a profissionalização nos moldes das cooperativas e sindicatos.

Quadro 01: Comparativo entre associação e cooperativa

Critérios/Organização	Associação	Cooperativa
Conceito	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade civil sem fins lucrativos e com especificidade de atuação produtiva/comercial.
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e para a vida em comunidade.
Legislação	Constituição (artigo 5º, XVII a XXI, e artigo 174, § 2º). Código Civil – Lei nº 10.406/2002 artigos 51 a 63.	Lei nº 5.764/71. Constituição (artigo 5º, XVII a XXI, e artigo 174, par 2º). Código civil – Lei nº 10.406/2002.
Constituição	Mínimo de 2 (duas) pessoas.	Mínimo de 20 (vinte) pessoas.
Legalização	Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS e no Ministério do trabalho.	Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura.
Patrimônio / capital	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência deste dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. É representada por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas do seu interesse. Pode constituir federações e confederações para a sua representação.
Forma de gestão	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.
Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse.
Abrangência e área de atuação	Área de atuação limita-se aos seus objetivos, podendo ter abrangência nacional. Área de atuação limita-se aos seus objetivos e possibilidade de reuniões, podendo ter abrangência nacional.	Área de atuação limita-se aos seus objetivos e possibilidade de reuniões, podendo ter abrangência nacional.
Responsabilidades	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela associação. A sua diretoria só pode	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa, a não ser no limite de

	ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	suas quotas-partes e a não ser também nos casos em que decidem que a sua responsabilidade é ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.
Remuneração dos dirigentes	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas.
Contabilidade	Escrituração contábil simplificada.	A escrituração contábil é mais complexa em função do volume de negócios e em função da necessidade de ter contabilidades separadas para as operações com os sócios e com não sócios.
Distribuição dos resultados financeiros	As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembleia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o Fundo Educacional (FATES)
Tributação	Deve fazer, anualmente, uma declaração de isenção do Imposto de Renda.	Não paga Imposto de Renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.
Fiscalização	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual, pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual (nas operações de comércio), pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.
Dissolução	Definida em assembleia geral ou mediante intervenção judicial, realizada pelo Ministério Público.	Definida em assembleia geral e, neste caso, ocorre a dissolução. No caso de intervenção judicial, ocorre a liquidação, não podendo ser proposta a falência.

Fonte: SEBRAE (2014).

Tanto o cooperativismo quanto o associativismo podem ser entendidos como mecanismos de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Ao possibilitarem crescimento da renda e, por conseguinte, uma série de efeitos de encadeamento diretos e indiretos, em diversas atividades, ambos podem contribuir com a dinamização do sistema econômico, fenômeno essencial ao desenvolvimento (DALFOVO et al. 2010).

Dessa forma, com relação ao associativismo, a essência reside na melhoria das condições econômicas dos produtores, principalmente aqueles em que o nível de produção se caracteriza por escala reduzida. Nesse contexto, Neto (2006, p. 236) salienta que a missão fundamental da associação “[...] é servir como intermediária entre o mercado e as economias dos associados, para promover o seu incremento, podendo promover a integração do produtor à cadeia produtiva”.

Ainda, o autor (2006) explica que, em determinadas situações de imperfeição do mercado, a associação tende a resultar em uma forma eficiente de coordenação, podendo propiciar o bem-estar dos seus diversos associados. Entre as funções da associação, Cook; Chaddad (2004) destacam a melhoria do retorno de capital do agricultor, a diminuição dos custos de transação e a redução dos riscos de renda.

O associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. Ele representa uma maneira de sobrevivência no ambiente concorrencial. A finalidade de uma associação, portanto, consiste em relacionar, de maneira democrática, os agentes com objetivos em comum (MARASCHIN, 2004).

Além disso, o associativismo cria um ambiente flexível, caracterizado pelo fato de que distintos atores interagem, o que resulta em um produto harmônico no estabelecimento de uma comunidade de interesses. Em complemento, Canterle (2004) ressalta que o associativismo produz uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, de inter-relações e de cooperação, o que reforça a identidade dos associados e, portanto, a dimensão humana. Corroborando com o autor acima, nas respostas obtidas nessa pesquisa, observou-se essa linha de pensamento dos associados quando os mesmos afirmam que participar da Associação das Colônias, é um bem comum a todos, pois todos se ajudam mutuamente.

No contexto rural, a ideia do associativismo aparece relacionada ao processo de formação de uma classe trabalhadora. Para Dalfovo et al. (2010), o associativismo rural surgiu para integrar pessoas, com a finalidade de melhorar as condições de vida e os direitos dos cidadãos, propondo soluções para fortalecimento dos projetos a fim de que os associados se vejam como sujeitos coletivos ativos. Dessa forma, as estratégias associativas estarão coligadas aos pressupostos de uma ordenação social de mercado, pois apresentam-se aos produtores como instrumento estratégico importante para o fortalecimento econômico e político. Assim, pode favorecer a superação do isolamento e, também, mediar relações de interesse (comercial, político e outras) com os outros agentes econômicos e institucionais (BONASSI; LISBOA, 2011).

As associações, bem como as cooperativas, contribuem com a organização da produção familiar. Nos assentamentos rurais, essas formas associativas têm se estabelecido de forma expressiva, o que reflete uma melhora do nível de produção dos agricultores familiares. Essa contribuição pode ocorrer de forma econômica, política, social e cultural (OLIVEIRA, 2010).

Partindo desse princípio de organização da produção familiar, observou-se que esse processo ocorreu na Associação das Colônias, que antes a produção não tinha um destino certo para vender o que era produzido. Depois que foi criada a Associação, a mesma conseguiu participar dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE e sua produção é destinada a merenda escolar na cidade de Castro-PR.

É importante enfatizar a existência de fatores que interferem no desenvolvimento de assentamentos e, portanto, exercem influência nas práticas associativas. Em assentamentos rurais com maior nível de desenvolvimento, as associações locais (e/ou os movimentos sociais) encaminham as reivindicações dos moradores, o que caracteriza representatividade e atuação (INGRA/FAO, 1998).

Não se pode deixar de destacar que, nos assentamentos rurais, o associativismo e a cooperação enfrentam barreiras centradas em questões individuais, além de prejuízos marcados por tendências pessoais à autonomia. Em indivíduos com histórico de dependência, tanto paterna, quanto de ligação patronal (ou em relação a outros agentes), o ato da conquista de um lote tende a ser visualizado como o rompimento dessa relação rumo à autonomia (TERRA, 2009).

Acrescentam-se, ainda, as aspirações do assentado, baseadas no espírito individualista que marca sua trajetória em torno da propriedade, do patrimônio familiar e do trabalho personalizado (WANDERLEY, 1999). Ademais, caso o assentado tenha sido um trabalhador urbano, existe a tendência na reprodução da forma de propriedade individual, marcada pela posse caracterizada pelos padrões tradicionais de exploração produtiva (SABOURIN; OLIVEIRA; XAVIER, 2013).

Por outro lado, as associações em assentamentos de reforma agrária são quase compulsórias, o que significa que não contribuem relevantemente com a vontade dos assentados em cooperar, como também com o desejo destes de atuarem de forma coletiva, de forma estratégica (BANDEIRA, 2007). É importante destacar o entendimento acerca do conceito de estratégia, tendo em vista a multiplicidade de compreensões que o cercam. Nesse sentido, apoia-se na concepção de Antuniassi et al. (1993, p. 126) que parte do: “[...] pressuposto que existe um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais por mais descontraídas que pareçam aos olhos do observador. Entende-se que essa linha condutora se refere à dimensão racional das pessoas e não se reduz à racionalidade econômica”. As referidas autoras salientam a relevância de se considerar na análise a dimensão temporal das ações dos agentes sociais em questão, conhecendo o seu passado e as suas raízes sociais.

A multidimensionalidade das estratégias das associações pode ser atingida objetivamente a partir do momento em que o nível de participação for organizado em uma perspectiva estrutural que garanta um determinado grau de autonomia e/ou empoderamento do aparelho estatal, na perspectiva do que alguns autores compreendem como controle democrático da sociedade sobre o Estado. Nesse patamar, as associações não se restringem meramente a ter acesso ao crédito ou a tecnologias, mas sim à busca e à garantia de direitos do grupo na correlação de forças e poder perante outros segmentos da sociedade.

Sabe-se que a sociedade está organizada por grupos sociais que pertencem e representam diferentes interesses de classe. Assim, na correlação de forças intrínsecas a dinâmica da sociedade existe acesso à tecnologia, dentre outros, para aqueles que se empenham em transformar ou manter posições em relação ao investimento de capital, acesso à tecnologia, dentre outros (DALLARI, 1984).

Assim sendo, o acesso às benfeitorias e direitos não são garantidos como concessões, mas sim enquanto conquistas, pois [...] “a participação não é algo que é concedido, como alguns parecem vangloriar: simplesmente é o direito de ter uma palavra a dizer, para decidir seu próprio destino” (LISBOA, 2001 p. 188). Nesse ínterim, as associações na medida em que permitem a identidade coletiva do grupo em torno de uma ou várias reivindicações podem fazer:

[...] ressurgir como campos de força, também chamados de campo político ou “espaço público”, o que não implica numa homogeneização de valores e perspectivas. Esses espaços de interação possibilitam o debate, a pluralidade de ideias e pessoas e a identidade grupal. Associações e cooperativas exercem paradoxalmente esse poder. Tanto elas podem constituir um campo de força em favor dos interesses do trabalhador, como um ambiente de alienação. Para entendê-las é preciso enxergar como elas elaboram e exprimem seus interesses coletivos, o modo como se integram no processo político e na correlação de forças sociais. (LISBOA, 2001, p. 209).

Esse paradoxo que o associativismo representa, vincula-se à forma como vem sendo induzido pelo Estado, na perspectiva de controlar as ações dos grupos sociais. Portanto, a clareza de objetivos do grupo deve ser considerada quando se analisa uma dada realidade de organização coletiva via associações. Assim quando a

[...] sociedade reavalia suas possibilidades de conquistas e começa a desempenhar função de personagem no processo de estrutura e de poder reconhece-se como ameaçada. Há por fim um confronto constante entre quem se liberta da dominação e quem quer sempre dominar. É o entendimento desses pólos que define os adversos caminhos a serem percorridos por dominados e dominadores. [...] Em síntese, é no cotidiano de cada organização que se subtrai a probabilidade de criação do espírito crítico do associado. [...] (LISBOA, 2001, p. 214).

A capacidade crítica da associação é fundamental para que ela possa resistir às adversidades. Via de regra, quando não são supridas as necessidades imediatas, como acesso a recursos financeiros ou melhoria da comunidade local, o grupo tende a se dispersar, aumentando a sua debilidade face ao aparelho de Estado e/ou grupos de poder que consideram a organização popular uma ameaça.

Assim, a capacitação permanente atrelada ao processo de conscientização política são elementos fundamentais para sedimentar o pertencimento do indivíduo ao grupo no qual está circunscrito. Portanto,

[...] as reuniões, os encontros, as propostas e os enfrentamentos ou confrontos dos grupos com outros grupos são constitutivos de uma identidade coletiva. Neles, os trabalhadores começam a se dar conta do estado de injustiça em que se encontram e de que enfrentam problemas afins. No grupo encontra força e resistência e o indivíduo se fortalece e reconhece que seus direitos se tornam as suas próprias leis (LISBOA, 2001, p. 278).

A relevância da identidade coletiva deve ser uma constante, pois a “[...] força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo. Isso tem sido demonstrado através da história, nos mais diversos lugares e nas mais diferentes situações” (DALLARI, 1984, p. 44). Diante do processo de descentralização das responsabilidades do Estado, as associações acabam assumindo um lugar exponencial na intermediação deste com a sociedade civil local. Assim, por meio de um associativismo autônomo, é possível que o grupo social exerça o papel de fiscalizador e reivindicador perante as instâncias governamentais. Foi o que aconteceu com a Associação das Colônias, que fez reivindicações a Prefeitura de Castro-PR quanto à aquisição de produtos orgânicos para a merenda escolar, baseando-se na Lei 11.326/2006, que considera o agricultor familiar como um empreendedor rural. Os associados se organizaram para estarem todos aptos quanto às políticas de financiamento para o cadastro nos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE (ver Gráfico 1).

Nesses termos, Lisboa (2001, p. 319) salienta que é no “[...] embate entre o Estado e os atores, que concretamente produz o espaço, que preenche o cenário de adversidades, refletindo-se na força do lugar. A força do lugar é tanto maior quanto mais coesa esteja a comunidade. [...]”. Por sua vez, Pinheiro (2001, p. 348) ressalta que as associações se configuram em um tipo de organização ideal da sociedade civil, pois combinam, “[...] a possibilidade de participação democrática de todos os membros com as vantagens de uma coletividade organizada, pensada em termos de uma maior capacidade de pressão por benefícios para o grupo”.

A base de atuação na escala local consiste em um dos principais aspectos que tem suscitado controvérsias dentre àqueles que defendem a capacidade transformadora do associativismo e àqueles que o renegam. Para Araújo (2005, p.8), a ênfase no local não tira da associação a sua possibilidade de articulação externa, “[...] uma vez que este é um processo essencialmente dialético”.

A autora Warren (2006) procura compreender as articulações da sociedade civil organizada a partir de vários níveis de interesses que inclui desde reivindicações por políticas públicas até protestos, manifestações e pressões políticas. Ademais propõe a compreensão dessas articulações mediante três níveis de ação, quais sejam:

- 1) O associativismo local entendido a partir das associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou

culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas ONGs que constituem o chamado terceiro setor.

2) Formas de articulação inter-organizacionais que são constituídas pelos fóruns organizados pela sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, “[...] que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local”. (WARREN, 2006, p. 111)

3) Mobilização na esfera pública que são o resultado da articulação das ações dos atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns, entre outros, que buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (WARREN, 2006).

A alteração das ações da sociedade civil organizada resulta no que busca elaborar teórico-conceitualmente como rede de movimento social, que:

[...] pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (WARREN, 2006, p. 113).

Conforme saliente Lisboa (2001), é relevante esse esforço de compreensão dos níveis de ação, articulação e organização da sociedade civil como uma rede, sobretudo no que concerne a capacidade de fortalecimento da identidade coletiva do grupo, que no processo de interação tende a fortalecer a territorialidade das associações, a partir do reconhecimento da realidade social e das necessidades locais. A visão estrutural e conjuntural da sociedade é fundamental para conferir autonomia à organização coletiva, sobretudo quando se considera o perfil político-ideológico da figura do líder.

No que tange a realidade do associativismo rural organizado por produtores familiares, Araújo (2005) defende a atuação mais autônoma e protagonista dos

agricultores, através do conjunto de elementos primordiais para garantir a sustentabilidade a esses sistemas de organização, como: a) tecnologia adequada e apropriada aos pequenos produtores, b) capacitação permanente e, c) organização contínua para a atuação de forma coletiva.

Na prática associativa, esses conjuntos de elementos devem ser conduzidos articuladamente, especialmente quando se pensa na dimensão da participação dos agentes componentes do grupo. De acordo com Bordenave (1986), a participação incita a organização e essa promove, mas também conduz à participação, de modo que à medida que a participação é promovida, pode ocorrer uma transformação das pessoas. Isso quer dizer que pessoas as quais antes eram passivas e resignadas, depois de um processo participativo, muitas vezes, podem se tornar ativas e críticas.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Na verdade, os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal a qual, supostamente, caracterizaria o ser humano. Por esse motivo, a importância de identificar os principais tipos de produtores (ALTAFIN, 2007). A escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou a definição de um critério para separar os estabelecimentos familiares dos patronais não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é preciso compatibilizar esta definição com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sabidamente não elaborado para este fim (IBGE, 2006).

O termo agricultura familiar propõe várias nuances de sentido em sua definição. Segundo Altafin (2007), a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas e ligadas à produção camponesa tradicional, na qual as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não

representam ruptura definitiva com as formas de produção anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Para Guerra et al. (2007), a agricultura familiar não é uma categoria social recente nem uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, dada sua utilização significativo e abrangência, assume ares de novidade e renovação nos últimos anos no Brasil, até pelas mudanças que vem ocorrendo no país, tanto na área macroeconômica (estabilidade dos preços, aumento dos investimentos, por exemplo) como no contexto político.

O sistema de produção da agricultura familiar combina a posse dos meios de produção e a realização do trabalho. Não há separação entre gestão da propriedade e execução do trabalho, estando ambos sob responsabilidade do produtor e sua família. Muitas terminologias têm sido empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por essa categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social (GUERRA et al., 2007).

A agricultura familiar ganha relevância no cenário brasileiro a partir dos anos 1990, quando é reconhecida como setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável (BITTENCOURT; SABATO, 2000). A agricultura familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante. É preciso garantir a eles acesso ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não (LIMA; WILKINSON, 2002).

Autores como Melo; Vieira (2012) afirmam que definir a agricultura familiar, pelo tamanho de terra e número de trabalhadores contratados na unidade rural foi uma forma utilizada pelos órgãos de planejamento, reforma agrária e desenvolvimento rural do Brasil, principalmente para fins de estatísticas e financiamento. Porém, a agricultura familiar está relacionada a outros aspectos ligados à família, ao trabalho, à terra e ao ambiente, que extrapolam limites numéricos, pois são associados a matrizes culturais e dificultam uma definição precisa e ampla.

Segundo Lourenzani (2008), a agricultura familiar não deve ser definida a partir do tamanho do estabelecimento, devendo a direção dos trabalhos ser exercida pelo produtor e o trabalho da família ser superior ao trabalho de terceiros, incluindo como agricultores familiares, os arrendatários, os parceiros e os posseiros. Para Lima; Wilkinson (2002), a agricultura familiar abriga um número importante de famílias que não teriam outra opção de sobrevivência fora do mundo rural, apoiá-la evitará o agravamento de tensões sociais não apenas no campo, mas também na cidade.

Os agricultores familiares até a década de 1970 produziam alimentos para o consumo e comercializavam apenas os excedentes, para aquisição de itens não produzidos na propriedade, visando apenas a subsistência, sendo todo o trabalho na propriedade realizado pelos integrantes da família. Para garantir a reprodução do núcleo familiar, passaram a ter, paralelamente com o trabalho da propriedade rural, algum tipo de indústria caseira para suprir as necessidades doméstica e/ou da comunidade (NAZZARI et al, 2007). Na Associação das Colônias, a indústria caseira surgiu com o Projeto Cozinha Comunitária para fabricação de pães, bolos, broa, doces, geleias, entre outros produtos; vale ressaltar que a participação das Mulheres Associadas, nesse ambiente, é de cem por cento.

A agricultura familiar apresenta sistemas de produção diversificados, garantindo melhores indicadores de sustentabilidade. Essa maior diversidade de cultivos se deve a diferentes fatores, entre eles, diversas fontes de renda distribuídas ao longo do ano e à busca de redução de riscos (DESER/FETRAF-SUL/CUT, 2008).

Segundo Lima; Wilkinson (2002), a economia familiar costuma ser diversificada e pluriativa, proporcionando uma maior dinâmica ao mundo rural. A agricultura familiar brasileira apresenta também uma grande diversidade em relação ao meio ambiente, à situação dos produtores, à disponibilidade de infraestrutura, inclusive dentro de uma mesma região. As unidades familiares são produtivas, economicamente viáveis e asseguram melhor a preservação ambiental. Por essa razão, a importância econômica e não apenas social dessa categoria de produtores.

A agricultura familiar é, também, um setor bastante antigo no mundo e nas relações comerciais que, ao longo dos anos, foi ganhando destaque devido à sua importância para a economia de uma nação através da geração de emprego, renda e alimento, além de favorecer o emprego de práticas produtivas mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, a preservação do patrimônio genético e a conservação do

meio ambiente. Historicamente, as principais dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil são: baixa capitalização, acesso a linhas de crédito oficiais, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados modernos. Além do que, são comuns a um grande universo de pequenos agricultores familiares (BIANCHINI, 2005), características como: multisetorialidade rural; diversidade produtiva (através de sistemas integrados de produção animal, vegetal, e manejo florestal); e tipo de mão de obra utilizada na produção.

Em meio a constante modificação produtiva e mercadológica, principalmente na agricultura familiar, surge uma economia alternativa, fundamentada no cooperativismo ou no associativismo, que valoriza o ser humano, o trabalho, e o desenvolvimento sustentável. Para Sousa (2009), a agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação da gestão com o trabalho, cujo processo produtivo é dirigido pelos agricultores familiares, enfatizando a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementada pelo trabalho assalariado.

De acordo com o relatório do Projeto de Cooperação Técnica do INCRA/FAO (2000) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (2000), no Brasil havia 4,9 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 35,6 milhões de hectares. Calcula-se que 4,1 milhões (85,2%) são estabelecimentos familiares, ocupando 30,5% da área total e sendo responsáveis por 38% do Valor Bruto da Produção da Agropecuária (VBPA) nacional. O último censo agropecuário de 2006 revela que o número de agricultura familiar, estimado pela metodologia, cresceu no decênio entre os censos – passou de 4,1 milhões para 4,5 milhões (87,95%) do total de estabelecimentos agropecuários do País. Em 2006, os familiares ocupavam 106 milhões de hectares (32,3% da área total dos estabelecimentos) e respondiam por 40% da produção agropecuária total, com Valor Bruto da Produção de R\$ 57,5 bilhões. O fato de a área ser proporcionalmente menor que a participação na produção revela a maior intensidade no uso do fator terra dos familiares. Em termos de emprego (incluindo os membros da família e seus empregados), a agricultura familiar absorvia, em 2006, 13 milhões de pessoas (78,8% do total da mão de obra no campo), um crescimento de 2,3% - significativo diante da queda geral registrada pelo censo (INCRA/FAO, 2012).

Desse modo, pode-se considerar a agricultura familiar brasileira, como grande precursora do desenvolvimento do país, tanto pelo seu expressivo potencial econômico, como pela sua atuação sociocultural e ambiental na comunidade na qual está inserida. Apesar dos avanços alcançados, nas últimas décadas, pelo setor, ainda há muito que melhorar; é notória a expressiva participação da agricultura familiar na economia do Brasil, no entanto, os elevados custos bancários, falta de assistência técnica-educacional, dificuldade no acesso ao crédito bloqueiam a sustentabilidade de algumas ações, impedindo a integração e alimentando as disparidades existentes nesse universo (ALTAFIN, 2007).

No Brasil, 84% dos estabelecimentos agrícolas são de agricultura familiar. Estima-se que os agricultores familiares produzem cerca de 70% do consumo total de alimentos no mercado interno com menos de 25% das terras agrícolas. Os agricultores familiares são orientados principalmente para o cultivo direcionado ao consumo doméstico (mandioca, feijão, hortaliças, carne suína, leite e aves), enquanto o setor agrícola não familiar concentra-se em culturas orientadas para a exportação (soja, cana de açúcar, carne bovina e laranja) (IBGE, 2006; PNDRSS, 2013). Segundo o artigo 3º da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que, na prática das atividades do meio rural, atende aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar, de maneira geral, se caracteriza pela estreita relação entre o trabalho e a propriedade da terra, dos equipamentos, das habitações, entre outros, sendo que o processo de produção se baseia na força de trabalho da família, não apresentando divisão do trabalho ou entre as atividades administrativas e executivas. Nesse caso, há uma participação solidária de todos os membros da família na organização e funcionamento da unidade de produção (INCRA/FAO, 2012).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015) define que a agricultura familiar é uma forma de produção a qual predomina a interação entre gestão e trabalho; são agricultores familiares que dirigem o processo

produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. Sua importância está diretamente relacionada com a segurança alimentar do país, bem como para fixar o homem ao campo.

A agricultura familiar, nesse sentido, desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento rural, local e sustentável; permitindo uma lógica de produção e distribuição de riquezas e, para a segurança alimentar, na produção de alimentos básicos para a população e na integração de uma parcela da população no campo, que antes migrou para a cidade. Contudo, apesar da importância da agricultura familiar em termos de Produto Interno Bruto (PIB), de emprego rural, de desenvolvimento e de produção de alimentos para consumo interno, esta recebe níveis significativamente mais baixos de apoio governamental quando comparado ao setor do agronegócio orientado para a exportação (WITTMAN; BLESCH, 2015; INCRA/FAO, 2012). Sobre isso, a autora Grisa (2012), em seu trabalho sobre Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil⁴, cita que o debate sobre a importância da existência de políticas diferenciadas para os pequenos produtores iniciou na década de 80, a partir da discussão da nova Constituição Federal de 1988; e em 1991, a Lei Agrícola 8.171/1991 reconheceu a diversidade dos agricultores brasileiros e previu a construção de uma política diferenciada para pequenos produtores, contudo, institucionalizou os interesses dos grandes produtores.

A referida autora apresenta várias mobilizações e documentos de reivindicação que foram organizados com a participação de diversas organizações populares com vistas ao atendimento das demandas dos agricultores familiares. Através da Resolução nº 2.191 de 24 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (CMN), foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), depois instituído pelo Governo Federal em 1996, através do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, que vem a ser uma das principais políticas para a agricultura familiar.

O PRONAF nada mais é do que um programa do Governo Federal que apoia o desenvolvimento rural sustentável e busca a garantia da segurança alimentar, através do fortalecimento da agricultura por meio do financiamento para os

⁴ Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias (2012) – Tese de Doutorado – UFRRJ - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

agricultores, bem como para as suas associações e cooperativas. Como destaca Grisa (2012), assim como todo o programa público, o PRONAF gerou uma série de discussões sobre sua qualidade e de como realmente funcionava. Uma série de dúvidas foi posta em questão, tais como: desvio de recursos, desenvolvimento da produção do agricultor, entre outras que não vêm ao caso nessa pesquisa. Mais do que isso, o PRONAF incluiu os agricultores familiares como agentes da política econômica, fazendo com que estes se identifiquem como entes capazes de influenciar as ações do governo por fazer parte do desenvolvimento rural. Com a discussão iniciada nos anos 1990, podemos identificar um marco no desenvolvimento da sociedade brasileira, pois a agricultura familiar passa a ter um papel fundamental na questão estrutural e das políticas sociais no país, passando a possuir ação forte por parte do governo, inclusive através da inclusão dos movimentos sociais.

Contudo, a grande mudança na agricultura familiar tem ocorrido a partir do ano de 2000, em que o PRONAF sofreu grandes alterações e outros programas foram criados. No início de 2016, o Brasil contava diversos programas e políticas públicas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, como, por exemplo, PRONAF, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), Programa Terra Legal, Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, Terra Forte, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e Garantia-Safra.

Para Wittman; Blesh (2015), todos os programas de políticas públicas do Governo Federal demonstram importância, em especial o PAA e PNAE, para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável, como um modelo de inovação (dentro de uma matriz agrícola altamente insustentável) que pode impulsionar a expansão da soberania alimentar. Nessa Tese, particularmente, esses dois programas (PAA e PNAE) fazem parte do objeto de estudo; uma vez que a Associação das Colônias vende os produtos oriundos da agricultura familiar para a Prefeitura de Castro – PR, por meio dos procedimentos estabelecidos pelos programas.

Os programas de políticas públicas têm suas diretrizes determinadas pela Lei nº 11.326/2006 e têm como princípios norteadores: a descentralização; a

sustentabilidade ambiental, social e econômica; a equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; e, a participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006). Diante disso, tem-se a agricultura familiar como importante fator para o desenvolvimento rural sustentável, tornando-se indispensável “fortalecer a integração entre campo e cidade baseada na solidariedade, sustentabilidade e cooperação, a exemplo das associações, cooperativas solidárias, feiras, mercado justo e solidário, entre outros” (GRISA, 2012, p. 37). Para corroborar, Christoffoli et al. (2013) citam que com o crescente abandono da zona rural, as unidades de produção da agricultura familiar buscam alternativas de sobrevivência, como a constituição de empreendimentos da economia solidária. Portanto, empreendimentos de economia solidária despontam como uma alternativa de manutenção e fortalecimento da agricultura familiar e de perspectiva de um desenvolvimento rural realmente sustentável.

2.4 GÊNERO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR⁵

A agricultura familiar corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família (MESQUITA; MENDES, 2012). A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país pode ser representada nas estatísticas do último Censo Agropecuário realizado em 2006 (IBGE, 2006), no qual se constatou que a agricultura familiar brasileira representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, correspondente a 4,3 milhões de estabelecimentos. Além disso, a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros IBGE (2006). Reforçando sua importância, Melo; Vieira (2012) citam o fato de a agricultura familiar permanecer como a principal geradora de postos de trabalho no setor agrícola, representando 78,8% do total.

A agricultura familiar é indispensável para a estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável do Brasil, pois é reconhecida por alimentar o país. Além

⁵Esse título - GÊNERO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – foi contemplado com um capítulo do I Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas - Tema: Desenvolvimento, Gênero e Condição de Pobreza, realizado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no período de 07 a 09 de novembro de 2016.

disso, o ambiente rural é visto como um ambiente de vida e produção (SALOMÃO, 2014).

Apesar de desempenharem várias atividades (agrícolas e não agrícolas), as mulheres ainda são minoria no mercado de trabalho. Constatou-se que, dentre os estabelecimentos onde se pratica a agricultura familiar, os homens são responsáveis por 87,32% do total, enquanto as mulheres são responsáveis por 12,68% do total (IBGE, 2006). Desses estabelecimentos, 22% (vinte e dois por cento) dos gerenciados por homens contam com algum tipo de assistência técnica, contra apenas 11% (onze por cento) dos gerenciados por mulheres (MELO; VIEIRA, 2012). Isso indica indiretamente que, quando se trata do homem ser o responsável, existe maior acesso à assistência técnica, bem como a programas de financiamento.

Apesar de as mulheres representarem a minoria no que se refere à responsabilidade pelos estabelecimentos, participam dos serviços não agrícolas, atividades denominadas de pluriatividades. Silva (2009) exemplifica essas atividades não agrícolas como o artesanato e o turismo, responsáveis pela atribuição de novas funções no meio rural. Nas unidades produtivas familiares que praticam a pluriatividade, as mulheres atuam como atores centrais, combinando atividades tanto agrícolas quanto não agrícolas, pois essa associação decorre da necessidade de diversificação das fontes de renda familiar (RÖHNELT, 2010). Isso significa que a combinação dessas atividades contribui para a manutenção das famílias e da atividade agrícola, visto proporcionar um incremento na renda (SILVA, 2009).

Dentro do contexto da agricultura familiar, pouco se discursa sobre a participação das mulheres, com seu trabalho definido, principalmente, como atividades domésticas e como auxiliares em relação ao papel desempenhado pelo homem. Diante dessa realidade, torna-se relevante analisar a participação da mulher na agricultura familiar.

O termo gênero⁶ não está voltado apenas para as diferenças físicas e biológicas, mas sim, para as distinções estipuladas socialmente (SANTOS et al, 2010). Portanto, pode-se afirmar que as relações de gênero são relações de poder,

⁶Gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino. De acordo com a definição “tradicional” de gênero, este pode ser usado como sinônimo de “sexo”, referindo-se ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino. No entanto, a partir do ponto de vista das ciências sociais e da psicologia, principalmente, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres (CAMURÇA e GOUVEIA, 2004).

sendo que, na maioria das vezes, o homem é mais valorizado, em geral com mais autoridade que as mulheres (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004).

Nessa dominação da mulher pelo homem, está embutido o conceito de patriarcado, uma expressão antiga que representa essa distinção entre homens e mulheres. Esse conceito é uma elaboração feita socialmente, na qual os homens têm o controle de tudo, ocupando uma posição central (HIRATA et al, 2009).

Nessa situação, a mulher é visualizada em função de seu trabalho reprodutivo, enquanto o homem é considerado por seu trabalho produtivo prevalecendo o conceito de patriarcado. Mesmo sendo responsáveis pelo processo reprodutivo e ainda se dedicarem às atividades auxiliares da produção, o trabalho feminino termina sendo compreendido apenas como uma ajuda (SILVA, 2007). Para Scott (1989, p.02), “o objetivo da utilização do termo gênero é para descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achando seu sentido e como funcionaram para manter a ordem social e para mudá-la”.

Nos últimos anos, a palavra gênero traz consigo uma proposta de desconstrução da ordem dos poderes cotidianos naturalizados, das relações e dos papéis da mulher e do homem. Segundo Scott; Cordeiro (2006, p.16), o conceito de gênero integra duas proposições, quais sejam: “Primeira: o gênero é um elemento constituído de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Segunda: o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Assim, os anos 80 se caracterizaram pela procura de legitimidade acadêmica dos estudos feministas a partir da abordagem de gênero desde uma perspectiva análoga à classe e raça. “A utilização do termo gênero praticamente substituiu em seus títulos o termo mulheres, visando indicar mais erudição e seriedade ao trabalho, uma vez que ‘gênero’ possui uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (SCOTT, 1989, p.04). Parecia poder assim distanciar-se da política pretensamente escandalosa do feminismo, já que o uso da noção de gênero não implica explicitamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder. À medida que a “história das mulheres” revelaria sua posição política enquanto sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, parecendo não se constituir em ameaça crítica.

Essa substituição de “mulher” por “gênero” em um princípio levou a usos descritivos da noção desse termo. Para os (as) historiadores (as) em seus estudos, o gênero dizia respeito apenas a temas como mulheres, crianças, famílias e ideologias; em outros termos, tudo que implica relações entre os sexos. Na aparência, a guerra, a diplomacia e a alta política não teriam explicitamente a ver com estas relações. Assim, o gênero continuaria irrelevante em estudos como o da política e do poder. Esse processo resulta de uma visão funcionalista baseada na separação de esferas, por exemplo: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens.

Através dessa leitura, o gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. Passa a ser uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Seu uso permitiu distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens⁷.

O conceito de gênero ajuda a diferenciar homens e mulheres à luz de práticas sociais específicas em diferentes esferas, como por exemplo, na família, na política, nas relações de trabalho, isto é, nos espaços da produção e da reprodução, articulando-os. A utilização desse conceito denuncia ainda a oposição entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que lhe dá sentido, ao considerar como elemento constituinte e significativa as relações de poder.

A categoria gênero é uma categoria relacional que busca explicar a construção de um tipo de diferença entre os seres humanos e não pode ser reduzida à mulher. Lançar o olhar através da perspectiva de gênero, possibilita nomear de outras maneiras as coisas conhecidas e lhes outorgar outros significados. Inclui o propósito de desconstruir a ordem das relações de poder entre os gêneros e, concomitantemente, a vida cotidiana, os papéis e os estatutos da mulher e do homem (LISBOA, 2002).

O estudo das relações de gênero passa por um processo de construção, no qual as relações entre homens e mulheres não estão postas, definida, como se não

⁷ Tradicionalmente, apesar de os sociólogos reconhecerem as relações entre sexo e “papel sexual”, eles não colocavam entre os dois uma relação direta. “O uso do gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1989, p.05).

houvesse nenhuma forma de alteração por parte dos sujeitos. São sujeitos concretos, que mantêm suas diferenças e singularidades e que, ao mesmo tempo, estão vivendo no mesmo espaço-tempo de outros indivíduos, mantendo suas particularidades, diferenciando-se dos demais. Segundo Possas (2004, p. 265), percebe-se a categoria gênero a partir de uma “[...] análise histórica de natureza relacional, a fim de se entender a construção dos perfis e dos comportamentos masculino e feminino em função do outro e construídos social, cultural e historicamente [...]” não são imutáveis para os homens e as mulheres.

É preciso perceber os sinais, os levantes das mulheres, ainda que pareçam invisíveis aos olhos dos outros. É no silêncio, entre seus afazeres, em seu dia a dia, em seu cotidiano, que as mulheres mostram a força que têm para inverter essa relação de dominação masculina. Se não puderam ter diferentes modos de agir enquanto residiam com seus pais, a vida conjugal lhes permite romper com tais práticas sociais.

As mulheres sempre desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural. Sua importância não se limita a participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, está intimamente ligada aos costumes, tradições e valores (CARNEIRO, 2001).

São as mulheres as detentoras de muitas das facetas do patrimônio cultural do território rural, do artesanato e culinária, as cantigas, brincadeiras e festas tradicionais; das ervas medicinais às crendices e superstições. De fato, a própria paisagem rural, que permeia nosso imaginário como um território bucólico, tem sua origem e manutenção no papel que a mulher cumpre no universo do rural. A paisagem rural é uma construção natural, mas também histórica e cultural e um produto dinâmico presente nas representações sociais dos atores deste território. Além disso, apresenta-se com forte apelo ambiental e traz consigo uma carga cultural e psicológica, que nos remete a uma memória de paraíso idílico que ainda habita o universo representacional das sociedades. Porém, essa paisagem vem sofrendo grandes transformações e perdendo-se, na medida em que a agricultura se atrela, cada vez mais, ao capitalismo.

A participação crescente de mulheres brasileiras no mercado de trabalho é uma das mudanças sociais mais notáveis no país, desde os anos 1960. Com essa transformação, padrões e valores relacionados ao papel social da mulher têm passado por mudanças, ou seja, reformulação de conceitos e atribuições tradicionalmente

instituídos pela sociedade. O trabalho feminino permite que a mulher possa alcançar sua independência econômica, além de contribuir no orçamento familiar; na complementação da renda familiar e no aumento de suas expectativas de consumo (ROSSINI, 2002). Esse relato do autor foi verificado *in loco* na Associação das Colônias, quando as mulheres relataram que contribuem de forma significativa no orçamento familiar.

Dessa forma, entender a representação social da mulher possibilitará que se avalie como esta inserção no mercado vem se processando, tanto em relação ao trabalho assalariado ou empreendedor no meio rural ou urbano. As representações coletivas trarão à tona como o grupo se avalia nas relações com objetos que o afetam, ou seja, quais fatores ou aspectos traduzem suas expectativas e valores sociais dentro do setor no qual estão inseridos. Graças a uma revolução que ocorreu no recém-terminado século XX, foi possível que a situação e o papel da mulher na sociedade fossem reavaliados. Entretanto, essa transformação ocorreu em parte devido a uma luta reivindicatória semelhante à empreendida pelas minorias sociais e como consequência de todos os avanços do conhecimento humano. Mesmo com a reavaliação do papel da mulher na sociedade, é importante frisar que muitas das injustas diferenças de tratamento entre homem e mulher, principalmente a remuneração do trabalho, ainda não foram superadas.

No decorrer da história, são encontradas muitas mulheres que sempre trabalharam no campo. E apesar de trabalharem mais, obtinham menos privilégios e direitos legais que os cedidos aos homens, mesmo sendo consideradas “o esteio sobre o qual repousava a sociedade inteira” (MURARO, 1995, p.127). Ainda hoje, o trabalho é em maior quantidade para a mulher do que para o homem. Observa-se que:

“[...] as mulheres trabalham mais do que os homens. Na verdade, o uso do tempo da mulher é muito diferente do homem. O tempo remunerado é maior entre os homens e o não remunerado é maior entre as mulheres. A mulher gasta em média, mais de 30 horas de trabalho por semana com afazeres domésticos. Em certos ciclos da vida, o trabalho se torna extremamente intenso. Isto ocorre quando se combinam o trabalho fora de casa, com os afazeres domésticos e o cuidado das crianças pequenas” [...] (PASTORE, 2002, p. 92).

Quanto às horas trabalhadas por homens e mulheres na Associação das Colônias, foi diagnosticado, na coleta dos dados, que se o dia tivesse mais de 24 horas, as mulheres teriam trabalho a fazer; e que o seu tempo de trabalho é muito diferente do tempo do trabalho realizado pelo marido; ou seja, elas além de trabalhar

no Projeto Cozinha Comunitária também trabalham em casa. Um aspecto importante a ser trabalhado diz respeito à questão de classe social, que interfere nas diferenças do modo de vida e até mesmo na concepção que a mulher tem sobre o trabalho a ser executado. É possível afirmar que a condição social da mulher varia muito de acordo com a classe social a que pertence. As mulheres que pertencem à classe média, na maioria dos casos, possuem condição financeira e recebem incentivos por parte da família para estudar. Tais estímulos possibilitam que estudem e cursem uma universidade, ao passo que para a mulher de classe social mais baixa, isso se torna bem mais difícil. Geralmente na classe média “a presença feminina no sistema formal de educação praticamente equipara-se à masculina, chegando mesmo a superá-la no segundo e terceiro graus” (AMMANN, 1997, p.101). Na universidade, as mulheres correspondem a mais da metade dos estudantes e, junto com as operárias e camponesas, somam quase 40% da força de trabalho (MURARO, 1995).

Ainda hoje, a mulher pode ser encontrada em muitos redutos anteriormente considerados tipicamente masculinos, ou seja, ela “vem conseguindo derrubar clichês que apresentam seu gênero como intelectualmente limitado” e demonstra “capacidades e aptidões para ocupar espaços que lhe eram vedados” (AMMANN, 1997, p.101). Muitas mulheres já ocupam posições de destaque em todos os meios e campos de atividade, quer seja “na pesquisa científica, na administração empresarial, na vida acadêmica, na medicina, na política, na magistratura, na comunicação, na cultura, nas artes” (MAERKER, 2000, p.09).

No Brasil, as mulheres são a maioria da população, passaram a viver mais, têm menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias (IBGE, 2006).

Um outro fenômeno importante refere-se à significativa participação das mulheres nestas ocupações rurais não-agrícolas, encontrando, nas novas atividades uma forma de inserção remunerada de maneira regular, diversamente do que ocorre com aquelas que atuam nas atividades destinadas ao consumo próprio e as que permanecem no trabalho familiar sem remuneração, segmentos em que as mulheres também se constituem maioria. No entanto, a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicou que também para este contingente feminino, predominava o trabalho nos serviços domésticos, porta de ingresso e provavelmente de permanência na atividade econômica de mulheres de famílias cujos

membros passam a combinar atividades agrícolas e não-agrícolas e também daquelas que, permanecendo na área rural, já não exercem qualquer atividade agropecuária. Ao refletir em que medida essas novas ocupações significaram uma melhora da inserção feminina no mercado de trabalho, comparadas às aquelas tradicionais geradas pela agricultura, retoma-se o debate sobre os problemas que as mulheres residentes nas áreas rurais enfrentam para garantir a sobrevivência individual e familiar (MAERKER, 2000).

A Sociologia do Trabalho, quando se propôs a inserir a dimensão “gênero” em suas pesquisas, abordou a questão, de maneira geral, dentro da chamada “divisão sexual do trabalho”. Em boa parte dos estudos mais recentes sobre economia solidária, por exemplo, tem-se observado uma concepção generalizante da categoria “mulheres”, uma associação do feminino com o trabalho doméstico e com a maternidade, um entendimento de uma continuidade natural entre sexo (no sentido biológico) e gênero nas análises. Esse tipo de visão exibe como a economia solidária pode se constituir em uma via importante de acesso das mulheres ao trabalho, o que é de inquestionável importância, mas através de uma perspectiva que enfatiza como a economia solidária pode propiciar que essas mulheres conciliem a maternidade, os afazeres domésticos e o casamento com o trabalho, isto é, a mulher harmonizando seu “papel tradicional como mulher” com o trabalho, no caso um trabalho autogestionário. No entanto, ao se discutir sobre gênero, existe a necessidade, justamente, de se questionar esse “papel”, tentando observar que mudanças têm ocorrido nesse e procurando não reforçar as hierarquias de gênero.

Os autores Maruani; Hirata (2003) reconhecem que a introdução de uma perspectiva comparativa entre homens e mulheres na Sociologia do Trabalho começou a questionar os fundamentos dessa área e suas correntes hegemônicas, que encerravam como base o modelo masculino do trabalhador. Muitos estudos, nas últimas décadas e em função das transformações advindas da reestruturação produtiva, têm procurado mostrar como tem aumentado a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, como tal inserção tem se dado, em sua maioria, em trabalhos precários e desvalorizados socialmente.

Destaca-se a forte progressão da atividade feminina, tanto no setor formal quanto no informal da economia, indicando-se que, se certas mulheres conseguem agora ter acesso a posições profissionais de prestígio e bem remuneradas, como

engenheiras, médicas, professoras universitárias, advogadas, entre outros; por outro lado, a grande maioria delas são trabalhadoras ditas “não qualificadas”, tendo empregos mal remunerados e de pouca valorização social, como os serviços pessoais (faxineiras, empregadas domésticas), os serviços de saúde (como as atendentes de enfermagem), a educação (professoras primárias) ou a agricultora (Maruani; Hirata, 2003). O autor Araújo (2005) destaca ainda alguns outros nichos ocupacionais nos quais sempre predominou a mão de obra feminina, quais sejam as ocupações, administrativas ou burocráticas (secretárias, recepcionistas, auxiliares de escritório), ocupações relacionadas à alimentação (cozinheiras) e costura, não se podendo esquecer o setor de beleza e vestuário.

Segundo Butler (2003), não há uma base universal para o feminismo, e nem uma opressão única de gênero. A categoria “mulheres” é algo construído a partir do masculino, de uma sociedade androcêntrica; aliás, a dificuldade das identidades de uma forma geral é que são colocadas nos mesmos termos do poder. O gênero depende dos contextos e das intersecções políticas e culturais.

Já Bonet (2005) afirma que a inclusão de não-discriminação de gênero entre os princípios cooperativos é recente, uma demanda que tem se colocado desde 1995. Este autor destaca que se a Economia Social prega a igualdade e a não discriminação entre as pessoas, homens e/ou mulheres. No entanto, deve-se considerar que o autor analisou a realidade espanhola e que “Economia Social” e “Economia Solidária” não são sinônimas. Assim, podem ser discutidos alguns aspectos em relação ao Brasil: se a mulher envolvida no movimento da economia solidária é menos discriminada que a do mercado de trabalho convencional; se está mais livre dos estereótipos e das opressões a que foram submetidas historicamente; quais são as mulheres que estão no movimento e como se posicionam, além de outras questões relacionadas. Para tanto, não se deve concentrar apenas nas relações de gênero no ambiente de trabalho, mas também como se refletem na esfera doméstica.

A contribuição da Economia Solidária para as mulheres no atual cenário econômico e social brasileiro está associada às relações que vêm sendo pautadas cada vez mais pela escassez de trabalho, e conseqüentemente pela distribuição desigual de renda. Entre os indivíduos que se encontram nessa situação, as mulheres ocupam um papel de destaque, sobretudo por questões históricas (HIRATA 2009).

Para Maruani; Hirata (2003), os homens e as mulheres vivem em condições diferentes, não ocasionadas por suas diferenças biológicas, mas sim, pelas construções sociais e econômicas, que ocasionaram uma relação social de sexo. Essas diferentes condições podem ser observadas nos ambientes de trabalho, através das suas divisões sexuais, em que as relações de gênero são sustentadas e estruturadas por uma divisão rígida do trabalho, uma vez que o trabalho masculino é, na grande maioria das vezes, mais valorizado que o feminino. O conceito de relações sociais de sexo, definido por Kergoat (2003), apresenta a tensão permanente que atravessa o campo social entre os grupos de interesses antagônicos, representados pelo grupo social dos homens e o grupo social das mulheres, em torno do trabalho e suas divisões.

A própria conceituação de gênero demonstra as perspectivas de diferenciação das relações sociais e econômicas intrínsecas na temática e vem de encontro à crescente feminilização⁸ da pobreza e à persistência da desigualdade entre os sexos, demonstrando a emergência de novas formas de solidariedade. É importante destacar que essas novas formas de solidariedade precisam, sobretudo, levar em consideração novas práticas de trabalho, que estimem relações mais homogêneas, principalmente no que diz respeito ao gênero (HIRATA, 2009; HIRATA, KERGOAT, 2003).

Nesse contexto, há que se destacar o trabalho de Guèrin (2005), que afirma que cada vez mais, diante das carências do Estado e do mercado, o recurso à economia solidária aparece como a solução para reinserir o econômico no social e no político. A economia solidária surge como uma possibilidade real de inserção, econômica, social e política, das pessoas que se veem excluídas do mercado de trabalho, e devido à sua premissa de igualdade, apresenta-se como uma proposta real para as mulheres.

Isso pode ser comprovado ainda pelos estudos de Guèrin (2005), o qual se constata que, tanto no Norte como no Sul, a grande maioria das experiências de economia solidária são animadas e destinadas a mulheres. Estas se encontram inseridas em diferentes atividades produtivas e de prestação de serviços, na grande

⁸ No dicionário Houaiss; Villar (2001), as expressões “feminização” e “feminilização” são tratadas como sinônimas. Entretanto, para efeitos da nossa abordagem, prefere-se os dicionários especializados da área dos estudos de gênero, como o Dicionário Crítico do Feminismo organizado por Hirata et al. (2009), onde, utiliza-se “feminilização” como termo derivado de feminilidade, no sentido de destacar o sexo ou características anatômico-fisiológicas das pessoas contabilizadas na análise quantitativa da composição de uma profissão ou ocupação.

maioria das vezes, não pelas oportunidades que podem ter surgido, mas, sobretudo, por suas necessidades.

Essas evidências confrontam-se à própria tendência das mulheres, as primeiras a se organizarem de forma coletiva, especialmente em função da sua escassez de acesso à propriedade, à terra e ao crédito (HIRATA, 2009; HIRATA; KERGOAT, 2003). Principalmente ocasionada por essa carência histórica de acessibilidade, as mulheres enxergam as possibilidades pessoais de geração de trabalho e renda como uma libertação da dependência econômica dos homens. As mulheres da Associação das Colônias relataram que quando o Projeto Cozinha Comunitária começou a dá “fruto” como o salário, elas deixaram de depender do marido. Elas mesmas relataram que o seu salário passou a contribuir nas despesas da casa, na compra de um eletrodoméstico, na aquisição de uma máquina para melhorar a produção de pães; e até mesmo a conseguir com essa renda a carteira de motorista. E é neste contexto que a Economia Solidária pode se apresentar como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros (GUÉRIN, 2005).

Para Toledo (2007, p. 15), “a proposta da Economia Solidária surge da experiência prática de trabalhadores que ao longo da história, em diversos países, vêm procurando alternativas frente à desigualdade e à exclusão social produzidas pela competição e relações de subordinação”. Para isso, vale ainda ressaltar, que dois fatores contribuíram para seu surgimento: os altos índices de desemprego e a necessidade de novos e alternativos modelos de gestão.

Por sua vez, para Singer; Souza (2000, p. 13), “Economia Solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado e trabalho”. É bem verdade que o próprio movimento de economia solidária constantemente entra em debate acerca de sua compreensão. Isso se justifica no sentido em que está em constante construção e, portanto, desponta de reflexões que se desenvolvem a partir das experiências concretas e das investigações empíricas.

No contraponto dessa perspectiva aparecem autores como: Singer (2002), Candeias; MacDonald (2005), França Filho; Laville (2004), Mance (1999) e Toledo (2007), que defendem a economia solidária como um contra projeto político, de resistência ao sistema capitalista. Destaca-se, portanto, nesta perspectiva, uma outra

forma de se organizar, que prima pela organização coletiva da produção, da tomada de decisão e que possibilite, assim, a ressignificação do trabalho e do trabalhador.

A economia solidária, por se tratar de um processo de organização coletiva, pode servir como instrumento de transformação do papel das mulheres na sociedade, mesmo não sendo concebido como um movimento feito e destinado apenas às mulheres. Prova disso, é a grande e expressiva participação das mulheres nas organizações, sobretudo ocupando cargos de dirigentes de muitos empreendimentos econômicos solidários⁹ (SINGER, 2009).

As experiências coletivas, em funções de liderança ou não, são possibilitadas do reconhecimento e da visibilidade das atividades das mulheres e a sua atuação ultrapassa a ação comumente a elas atribuída, isto é, de reivindicações sociais. Assim, quebra-se a ideia de que as atividades na Economia Solidária são muito próximas do trabalho comunitário, apresentado como território das mulheres, sendo atividades de trabalho coletivo e solidário, mas não forte presença das mulheres (CULTI, 2004).

Entretanto, a melhoria da facilidade do acesso das mulheres a atividades geradoras de renda é insuficiente para garantir uma igualdade real. Para Guèrin (2005), as mulheres enfrentam três obstáculos principais: o caráter multidisciplinar da pobreza, a inadequação das instituições e a desigualdade na divisão das obrigações familiares.

Na grande maioria dos países, as mulheres ocupam o papel de genitoras do lar, onde além de desempenhar as funções historicamente destinadas a elas, passam a ocupar também a função de provedoras financeiras (SINGER, 2009). A partir dessas constatações, e, principalmente, ao se realizar uma avaliação geral, a partir da ótica das relações de gênero e autonomia feminina, para Nobre (2003), a Economia Solidária pode contribuir das seguintes formas:

a) aliviam o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas “obrigações”, contribuindo para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional;

b) ajudam no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas; no contexto de trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussão privilegiados para expressar

⁹ Associação das Colônias teve uma mulher como Presidente no período de 2012 a 2016.

reivindicações e pressionar efetivamente as autoridades públicas para a construção de políticas públicas de gênero;

c) viabilizam o acesso ao crédito; e,

d) proporcionam a autonomia financeira da mulher.

Essas mutações são importantes e ao mesmo tempo difíceis, uma vez que a relação entre os direitos formais, definidos por lei, e a autonomia real de cada mulher, é tanto delicada quanto fonte de desigualdade. Isso ocorre, principalmente, devido à capacidade das mulheres de conhecerem seus direitos e de fazê-los valer. E, esta pode ser mais uma das perspectivas de inserção das mulheres, através da economia solidária. Não só uma inserção que se paute apenas pelo econômico, mas uma que demonstre a elas as verdadeiras possibilidades de atuação, principalmente no que se refere aos seus direitos. Conforme destaca Oliveira (2010), a participação das mulheres na produção é elemento condicionante para a construção de uma sociedade mais equânime, democrática e de um modelo de desenvolvimento social que extrapole o enfoque meramente econômico, que seja primordial a sustentabilidade social, política, cultural, ambiental e econômica.

Assim, a atuação das mulheres na Economia Solidária a partir das atividades de geração de renda cria a possibilidade de que estas se tornem proprietárias dos meios de produção (agrícolas ou não agrícolas) com as mesmas chances que os homens, mediante a propriedade coletiva (GUÉRIN, 2005). Outro fator beneficiado por esse tipo de propriedade é a renda, mais bem equacionada, entre homens e mulheres, uma vez que a distribuição das sobras parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados e/ou associados, no caso das cooperativas e/ou associações, independentemente do sexo. Nesse sentido, a Economia Solidária funciona como crítica à Economia Capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração frente ao sexo (CULTI, 2004).

Desde o início da história da luta feminista, a inserção das mulheres no mercado de trabalho aconteceu de maneira desigual e, apesar de todas as conquistas obtidas no decorrer desses anos, tais desigualdades continuam a persistir. A economia capitalista destinou às mulheres empregos mais precarizados, geralmente informais ou em tempo parcial, com salários mais baixos, menor cobertura dos serviços de seguridade social e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas.

Para Singer (2002, p. 17) a economia solidária, conforme os princípios de “propriedade coletiva ou associada do capital, o direito à liberdade individual, cooperação, solidariedade e justiça social”, defende a igualdade de gêneros e direitos, desconstruindo o individualismo e a competição encontrados na cultura patriarcal. Encontramos essa visão de modo similar em Santos (2009, p. 76), para qual afirma que:

A visão predominante e hegemônica da economia é androcêntrica e patriarcal e está fundamentada nos princípios da economia capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, na extração de mais valia (o trabalho não pago, o lucro), alienação do trabalho, exploração do trabalho e dos corpos das mulheres. Só considera como trabalho aquele que produz lucro. Sendo assim, não valoriza nem visibiliza o trabalho reprodutivo, responsável pelo cuidado com as pessoas e a reprodução da vida, este sim realizado pelas mulheres.

O desejo das mulheres pela conquista da sua autonomia, de uma maior inserção social e econômica na sociedade, une-se com a economia solidária pela proposta de organização socioeconômica e pela perspectiva de integração na produção coletiva. Pode-se dizer que a economia solidária é um modo de organizar a vida econômica, social e política de uma sociedade, a partir dos princípios da cooperação, solidariedade e justiça social, tendo como encontro a valorização do ser humano, nas relações de trabalho, produção, comercialização e consumo (SANTOS et al, 2010).

Portanto, a Economia Popular e Solidária reúnem um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política (GUÉRIN, 2005). Para que isso ocorra efetivamente, isto é, para estabelecer a coesão necessária para que a economia solidária, de fato, aconteça, é fundamental o estabelecimento de relações de confiança entre os membros, além de muitas reuniões, conversas, debates e discussões.

As mulheres, no decorrer da história, têm dedicado muito de sua vida a manter as relações de reciprocidade que proporcionam coesão à família e à sociedade, expressas nas práticas de se reunir em grupos, seja no clube de mães, na igreja ou comunidade, nas relações familiares e comunitárias; o que facilita seu engajamento em um movimento. Tendencialmente, as mulheres são as primeiras a se auto

organizarem também devido às dificuldades materiais que o mundo feminino apresenta, como o acesso à propriedade, à terra e ao crédito.

O trabalho assalariado das mulheres, produzido na sociedade capitalista, pode representar para elas a libertação da dependência econômica dos homens (CRUZ, 2013, p.59). Porém, facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de renda, não garante a igualdade real entre homens e mulheres.

Assim sendo, a tomada de consciência de que as mulheres têm mais dificuldades de fazer valer seus direitos, pode ocasionar um engajamento conjunto entre elas e/ou juntamente com os homens para superar desigualdades sociais e transformá-las em direitos reais. Embora os grupos de Economia Popular e Solidária se reúnam por necessidades imediatas e cotidianas, é preciso superar este imediatismo e incidir também sobre a elaboração de políticas públicas que contribuam para a ruptura da divisão sexual do trabalho, inclusive nos empreendimentos de Economia Popular e Solidária. Outro desafio importante do Movimento da Economia Solidária, em relação às questões de gênero, é debater e proporcionar a mudança cultural não só nas relações de trabalho, mas também partilhar entre mulheres e homens as necessidades do cuidado com o outro, deixando de ser esta uma “obrigação” familiar naturalizada do sexo feminino e passando a ser encarada como uma responsabilidade da família, das autoridades públicas, do mercado e da sociedade civil, ultrapassando assim, as fronteiras entre o domínio monetário e não-monetário e dos interesses particulares e gerais (GUÉRIN, 2005, p.81).

A personalidade do ser humano desde criança é moldada de acordo com os padrões culturais impostos pela sociedade que intitula papéis de comportamentos diferentes para homens e mulheres, os quais, conseqüentemente, devem agir seguindo os ensinamentos do socialmente correto, ou seja, desenvolver o papel que a sociedade impõe a cada indivíduo. Deste modo, foi estabelecido o conceito de gênero, que criado a partir da análise das diferenças biológicas, define o homem e a mulher, em outras palavras, o que é gênero masculino e gênero feminino. No decurso do tempo, as diferenças biológicas foram se tornando motivos de desigualdade nas relações de gênero, aprofundadas pela organização patriarcal da família e da sociedade. Assim, a naturalização da situação de opressão vivenciada pelas mulheres foi uma construção eficiente, no decorrer dos milênios, desenvolvida também através

dos costumes e mitos, que reforçam o papel de submissão imposto às mulheres (ANGELIN; MADERS, 2010).

Mesmo diante de um contexto de submissão, a investigação por autonomia e do empoderamento das mulheres tem avançado muito nas últimas décadas. A busca por dignidade feminina e por direitos de cidadania ecoou no Brasil, através de Movimentos Feministas e Movimentos de Mulheres. Este último surge embasado por demandas concernentes, principalmente, aos direitos de pequenos grupos de áreas específicas, como, por exemplo, o movimento de mulheres rurais, indígenas, negras e empregadas domésticas. Esses grupos, mesmo lutando por demandas e ações muitas vezes distintas, juntaram-se ao Movimento Feminista, “[...] no final da década de 1970, para lutar por bandeiras comuns envolvendo a busca de direitos para as mulheres” (ANGELIN; MADERS, 2010, p. 92).

Na agricultura familiar, essa desigualdade ao longo do tempo é bastante evidenciada. Ainda que tenham alcançado vários direitos, as mulheres agricultoras encontram-se em uma luta incansável pela igualdade e pela verdadeira efetivação de seus direitos de cidadania. É possível notar que ainda prevalece o conservadorismo patriarcal, no qual as mulheres recebem um percentual de trabalho maior do que os homens, sendo responsáveis não somente das tarefas domésticas, como também pelos afazeres da lavoura. Estruturada com base em relações hierárquicas entre homens e mulheres e adultos e jovens, tendo na figura do pai o centro das decisões e do poder, a agricultura familiar, contudo, é vivenciada de modo naturalizado, como se derivada das relações consanguíneas e completamente afastada do universo do trabalho (SCOTT; CORDEIRO, 2006).

Na trajetória da convivência humana, as desigualdades entre homens e mulheres foram sustentadas pela divisão e hierarquização do trabalho através do sexo. Historicamente essa divisão sexual do trabalho foi separada entre produtivo para os homens e reprodutivo para as mulheres (PAULILO, 1987).

Por toda parte e sempre, o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução; produção masculina “vale” mais que produção feminina, mesmo quando uma e outra são idênticas, em um processo no qual o valor induz a uma hierarquia social (SCOTT; CORDEIRO, 2006). Terminar com a desigualdade na divisão sexual do trabalho sempre foi uma luta do movimento feminista, pois o sexo feminino evidentemente foi o mais prejudicado com esta

separação, derivada de relações sociais contraditórias e antagônica, reflexo de vínculos de exploração e dominação dos homens sobre as mulheres.

As relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e de exploração produzem-se e reproduzem-se por meio de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades (HOFFMANN, LEONE, 2004). A invisibilidade das mulheres nas análises como sujeito da produção e da reprodução na agricultura familiar é um mecanismo útil para perpetuar as desigualdades de gênero. As mulheres não são invisíveis, elas são “invisibilizadas” pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos (SCOTT; CORDEIRO, 2006). Portanto, nesse aspecto pode-se enfatizar que as mulheres da Associação das Colônias são visíveis, ou seja, essa visibilidade começou com a criação e inserção do Projeto Cozinha Comunitária em 2012; com esse projeto as mulheres colocaram em prática o que já produziam em casa, como: bolos, pães, bolachas, entre outros produtos, numa escala de produção maior, elas começaram a serem vistas, a terem um empoderamento; pode-se dizer que elas conquistaram sua autonomia na concepção e implantação desse projeto.

Ao se referir à família rural, percebe-se que a figura de chefe de família é quase sempre exercida pelo homem. Desta forma, “[...] o trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos são negligenciados, como se os interesses do pai incluíssem os de todos [...]” (NOBRE et al, 1998, p.16).

Ao analisar a natureza humana, o que se percebe é que nenhuma desigualdade entre as pessoas faz parte de sua composição original. Na verdade, a discrepância de direitos entre homens e mulheres surgiu como uma tentativa de elencar um sexo superior, nesse caso, o masculino, situação tal chamada de cultura patriarcal misógina (KERGOAT, 2003).

A agricultura familiar é, talvez, um dos campos que melhor expressam as diferentes esferas de manifestações das desigualdades em nosso país, isto é: gênero, classe, raça, geração e região, não apenas atravessam e contribuem ao problema da agricultura familiar e do desenvolvimento no Brasil, mas, sobretudo, desafiam todos a pensar o problema para além da esfera estritamente econômica (SCOTT; CORDEIRO, 2006). A vida cotidiana das mulheres agricultoras é caracterizada pelo trabalho contínuo e pesado. Suas tarefas são variadas, incluem desde as questões familiares até as atividades do trabalho produtivo. Assim, pode-se perceber que o

trabalho das mulheres, “além de extenuante e fonte de numerosos problemas de saúde, é um trabalho que, como visto, não é socialmente reconhecido como trabalho, mas sim com desígnio próprio de mulheres [...]” (SCOTT; CORDEIRO, 2006, p. 135).

As relações de poder entre diferentes pessoas que trabalham – homens e mulheres – são hierárquicas, com maior prejuízo para as mulheres o que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou compartilhada. Muito pelo contrário, as decisões sobre produção, comercialização e, muitas vezes, consumo são marcadamente masculinas e centradas no homem adulto, que, neste caso, cabe bem na terminologia chefe de família, pois realmente chefia uma unidade produtiva que é, ao mesmo tempo, um grupo unido por laços de afeto e/ou de parentesco (SCOTT; CORDEIRO, 2006).

Os direitos conquistados pelas mulheres, no decurso do tempo, não modificam apenas as relações de gêneros, mas também a convivência social. Para exercer os direitos, necessita-se mais do que apenas consciência de sua existência, ou seja, “[...] é necessário que existam condições estruturais que possibilitem este exercício, o que não é o caso das trabalhadoras rurais, submetidas a uma jornada de trabalho que se impõe quase como uma totalidade sobre o tempo de vida [...]” (SCOTT; CORDEIRO, 2006, p. 143).

O que se constata, de forma geral, sobre a disposição no campo, é a existência de uma enorme desigualdade, marcada profundamente pela interligação de classe, gênero e raça-etnia. “[...] Mas a questão que se coloca é por que mesmo em situações em que ocorrem algumas mudanças, como, por exemplo, conquista de autonomia econômica, as mulheres continuam realizando o trabalho doméstico e ainda considerando uma atribuição sua [...]” (SABBATO et al, 2009, p. 21).

O surgimento da participação das mulheres rurais em movimentos sociais ocorreu com maior destaque na década de 1980 (HOFFMANN, LEONE, 2004). Motivadas por reivindicações, essas trabalhadoras lutavam para que fossem reconhecidas como membros políticos e de determinada classe social, que houvesse igualdade entre homens e mulheres e assim seus papéis como trabalhadoras rurais fossem reconhecidos, bem como seus direitos como cidadãs, efetivados.

A audácia dessas mulheres em exigir a efetivação da isonomia nas relações de gênero, organizadas em Movimentos Feministas e de Mulheres, têm demonstrado que é possível a construção de relações de gênero baseadas na equidade, bem como

tem forçado o Estado a assumir uma atitude mais contundente no reconhecimento das mulheres como cidadãs. Destarte, um dos resultados desta ação coletiva das mulheres brasileiras pode ser vislumbrado na própria Constituição Federal de 1988. Isso porque, essas mulheres, de forma organizada, através dos Movimentos Sociais acima mencionados, conquistaram, nesse ano, uma das maiores bandeiras de sua trajetória: o reconhecimento constitucional da sua condição como trabalhadoras rurais, status até então reservado somente aos homens do meio rural.

Essa conquista foi um marco significativo de mudanças na vida destas agricultoras familiares, tendo esta sido precedida de uma ação estatal bastante significativa, no que se refere à implementação de políticas públicas voltadas para esse público (HOFFMANN, LEONE, 2004). Por ser um fundamento do Estado Republicano, a igualdade foi um dos valores estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Deste modo, não se pode vislumbrar a igualdade em um sentido individualista, mas sim, deve-se levar em conta as diferenças existentes entre grupos sociais, para que então, através da ação estatal, possam ser propiciados mecanismos que garantam o acesso de grupos vulneráveis aos direitos de cidadania.

Neste sentido, as políticas públicas têm se demonstrado bastante eficazes para corrigir problemas sociais diversos, desde a seara econômica até a cultural e étnica (LISBOA, 2001). O presente revela que o futuro traz muitas outras batalhas até que este status de sexo inferior seja exterminado. Há muitos caminhos a percorrer para que a igualdade seja enfim efetivada na agricultura familiar, para que a mulher agricultora seja vista como parceira do homem em todos os âmbitos, para que seja valorizada e respeitada, uma vez que a própria Constituição Federal de 1988, no artigo 5º inciso I, apregoa a igualdade entre os seres humanos, respeitando as diferenças. Assim, no final não será um ganho somente da mulher, mas sim de toda a humanidade que não precisará conviver com este tipo de cultura de inferioridade. Mesmo expostas a uma vida cotidiana composta de diversas e inúmeras dificuldades, as agricultoras dedicaram-se ao máximo para tentar mudar esta situação. Seguiram em frente enfrentando qualquer tipo de preconceito para lutar pelos seus direitos e “[...] contra o sistema social e econômico que as excluía, bem como a invisibilidade como trabalhadoras pelos governos, expressa na ausência de políticas públicas para as mulheres. [...]” (SEGER, 2007, p. 12).

De acordo com Nobre et al (1998) ao analisar o processo de socialização dos meninos e das meninas, pode-se perceber que, na área rural, eles crescem juntos sem muitas diferenças até por volta de cinco anos de idade, quando as meninas começam a seguir as mães, aprendem as tarefas domésticas, ajudando-as nas “coisas da casa”. Enquanto isto, os meninos iniciam um acompanhamento maior nas atividades realizadas pelos pais, especialmente na lavoura. Quando jovens, os meninos têm mais liberdade de sair e mais tempo para o lazer e as meninas permanecem mais em casa. Na vida adulta, a liberdade de ir e vir, a qual faz parte da educação recebida por ambos os sexos, permanece, isto é: quando as mulheres agricultoras pretendem “ir para a cidade”, essas detalham porque estão saindo, o que farão, com quem vão se encontrar ou quem irão visitar, o horário em que vão voltar, entre outros pormenores. Já os homens, simplesmente, avisam que estão saindo.

A divisão do trabalho na agricultura familiar e a invisibilidade do trabalho das mulheres são sustentadas e estruturadas em nossa sociedade por uma rígida divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho masculino ainda é, na sua maioria, mais valorizado que o feminino. Os homens são considerados os responsáveis pelo “sustento da família”, trabalhando, portanto, na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares) enquanto as mulheres são excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução (BEAVUOIR, 1980). Assim, em um equivocado julgamento de valor social, o trabalho feminino é considerado “leve”, “insignificante”, caracterizado como uma “ajuda” à família. Ao longo do processo histórico, as mulheres têm sido responsabilizadas pelas “obrigações” familiares, trabalho este não remunerado, realizado gratuitamente para os outros membros da família, considerado de secundária importância e, portanto, um trabalho invisível, “feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2003, p.56).

Como “oficialmente” os homens são considerados os provedores da família, o trabalho realizado pelas mulheres é encarado como complementar às suas “obrigações familiares”, sua “verdadeira” ocupação e responsabilidade. Portanto, os salários recebidos pelas mulheres em funções iguais às exercidas por homens, na maioria das vezes, são inferiores. Neste contexto, as empresas e o poder público são coniventes com essa estrutura social e econômica, contribuindo para que as mulheres, tendencialmente, abdicuem de um trabalho formal, para atender às

“necessidades” familiares, sacrificando, assim, suas liberdades e desejos pessoais, em nome do “bem coletivo” (PAULILO, 1987).

É comum, ouvirmos relatos de mulheres afirmando que trabalham o dia todo em casa e, no final, o “serviço” não aparece. No meio rural, esse problema é ainda maior, pois as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas, pelo cuidado com os filhos, com as filhas e as pessoas idosas. Além disto, cuidam dos trabalhos ao redor da casa, da produção de alimentos, dos animais. Essas atividades “femininas” são consideradas um não-trabalho, além de não serem divididas com o marido ou os filhos homens. Assim, as mulheres, em geral, trabalham mais que os homens, considerando que muitas delas ainda “encontram tempo” para “ajudar” o marido na roça, já que a roça é de responsabilidade do homem e, tudo o que ela e os filhos fizerem neste local, não é considerado trabalho, mas apenas uma “ajuda” (KERGOAT, 2003). Enquanto isto, os homens são os “responsáveis” pelo “sustento da família”, trabalhando, portanto, diretamente na produção, “cuidando” dos negócios da família e exercendo funções de elevado valor social, principalmente na comunidade.

O esforço físico é um fator de grande importância para que os homens sejam mais valorizados que as mulheres no trabalho agrícola. Porém, na realidade, percebemos que as mulheres exercem muitas tarefas e trabalhos, que não deveriam ser considerados leves. Para exemplificar, podemos citar as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos (carregando-os de um lado para o outro, ao mesmo tempo em que desenvolve outros trabalhos), o cuidado com as roupas, a ordenha das vacas, a garantia da alimentação da família, o cuidado com a saúde de todos, entre outros. Além disso, muitas mulheres são as que aram e plantam a terra, capinam, carregam sacos, tarros de leite. Porém, na maioria das vezes em que as tarefas agrícolas são mecanizadas e exigem menos força física, as mulheres são excluídas. Assim, é muito mais fácil encontrar mulheres capinando e arando a terra com bois do que dirigindo um trator (CULTI, 2004).

Corroborando com Nobre et al (1998, p. 35), percebe-se que:

“no campo, os homens só ensinam os filhos rapazes a dirigir: nunca as moças nem as esposas. As mulheres dependem do transporte público ou tem que caminhar longas distâncias. Elas não mexem com o trator. Isso é coisa de homem. A mulher teria saúde frágil e não poderia mexer com máquinas”.

Porém, mesmo diante desta divisão sexual do trabalho, na qual para as mulheres é reservado, em grande parte, o trabalho pesado, muitas delas resistem em aprender a “lidar” com as máquinas, por temerem que, aprendendo a fazer o serviço

do marido, terão de assumir mais um trabalho. Geralmente são os homens que decidem sobre as questões de produção, de investimentos e de aplicação da renda da família. Na produção específica do leite, geralmente é a mulher quem trabalha, ordenha as vacas, mas na hora de receber o dinheiro do produto, é o marido quem vai buscar e administra (KERGOAT, 2003). Em outros casos, quando as mulheres recebem o dinheiro do leite, estas utilizam-no para comprar o “rancho” e as “coisas da casa”. Se sobrar algum dinheiro, atenderão primeiro as necessidades dos (as) filhos (as) e, somente em restando algum dinheiro, irão comprar algo para si mesmas. Ainda referente à produção do leite, pode-se perceber que, embora as mulheres sejam as maiores responsáveis por este trabalho, a extensão rural dirige-se aos homens para tratar sobre o produto (BATALHA, 2001).

Embora as mulheres trabalhem na agricultura, produzam juntamente com a família e exerçam as tarefas domésticas não remuneradas, o dinheiro da família, assim como as decisões sobre a aplicação dos recursos gerados pelo trabalho de todos, elas seguem centradas na figura do marido ou do pai, o que acaba gerando uma dependência financeira muito grande das mulheres (HOFFMANN, LEONE, 2004). Isto contribui, ao mesmo tempo, para que se desenvolva uma relação de submissão, na qual quem tem mais poder, manda e os outros obedecem.

Assim, a autonomia e conquistas das mulheres agricultoras referem-se à capacidade dos indivíduos para tomar decisões livres e informadas sobre as suas vidas, para que possam fazer de acordo com as suas próprias aspirações e desejos, no contexto histórico que os torna possíveis. O atual nível de desenvolvimento econômico, tecnológico e social sugere que uma maior autonomia das mulheres é possível (HOFFMANN, LEONE, 2004). As condições materiais na região em que vivem podem não oferecer uma explicação razoável para a desigualdade, a mortalidade materna, a gravidez na adolescência, o emprego precário ou a concentração incomum de trabalho doméstico não remunerado nas mãos das mulheres; muito menos à violência de gênero. Como declarou-se em outras ocasiões (OIT, 2015), a desigualdade é, portanto, a falta de autonomia; principalmente quanto ao resultado da injustiça da má distribuição de poder, renda e tempo entre homens e mulheres, e da falta de reconhecimento dos direitos das mulheres pelas elites políticas e econômicas.

A análise das mudanças em todas as esferas de autonomia (tomada de decisão econômica e física) indica que as políticas públicas são construções materiais e simbólicas. Essas mudanças estão associadas às disparidades entre as regiões com surgimento não sincrônico, porque não dependem apenas da força do movimento das mulheres (MESQUITA, MENDES, 2012). No entanto, se esse movimento não é capaz de instalar uma agenda política, o processo será lento e fragmentado. Esses não dependem exclusivamente da importância atribuída pelo governo no poder de planos de igualdade, embora a vontade política seja um fator determinante – ou recursos materiais disponíveis, apesar da importância de ter redes de conhecimento que dão sentido esse conhecimento, orçamentos e instituições (HIRATA et al, 2009).

Neste sentido, por mais que a autonomia das mulheres seja construída ao longo de vários caminhos, deve modificar os limites entre vida pública e privada se quiser que o custo de desenvolvimento não recaia sobre os ombros de trabalho não remunerado das mulheres. Os países que fizeram progressos através de uma mudança efetiva na vida das mulheres, e que totalmente reforçaram o exercício dos seus direitos dentro e fora da casa e na vida econômica, política e cultural são aqueles que também têm feito progressos no desenvolvimento (MESQUITA, MENDES, 2012).

Nesse sentido, a participação laboral das mulheres tem influenciado o declínio da fertilidade e este, por sua vez, facilitou o acesso ao mercado de trabalho. A educação é também um fator de capacitação e superação da pobreza (BUTLER, 2003).

Sabe-se que a livre vida saudável da violência caminha lado a lado com as mudanças educacionais e culturais. No entanto, muitas mulheres com renda, emprego estável e níveis ainda mais elevados de educação são mortas por seus parceiros ou ex-parceiros, o que expõe o lado mais sombrio de discriminação, o que deixa a sua marca na vida cotidiana: o medo (SEGER, 2007).

Mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas no seu cotidiano, evidenciadas anteriormente, as mulheres agricultoras têm realizado grandes esforços para mudar essa condição de vida (MESQUITA, MENDES, 2012). Isto é, enfrentaram o preconceito da família, dos maridos e da sociedade ao terem que deixar suas “obrigações familiares” para participarem das reuniões do Sindicato ou do Movimento de Mulheres. Assim, seguiram em frente e enfrentaram o sistema social e econômico

que as excluíam (e ainda excluem) e a invisibilidade como trabalhadoras pelos governos, expressos na ausência de políticas públicas para as mulheres.

Para entender isso, até 1988, as mulheres agricultoras brasileiras não eram reconhecidas como trabalhadoras (MESQUITA, MENDES, 2012). Em seus documentos constava a profissão “do lar” ou “doméstica”. Isto ocasionava a exclusão das mulheres de muitos direitos sociais. Mas essa realidade mudou. Nos anos oitenta, houve uma grande mobilização das trabalhadoras rurais que desencadeou no reconhecimento constitucional das mulheres agricultoras como trabalhadoras rurais e no direito da aposentadoria especial. Vale ressaltar que as mulheres também tiveram uma importante participação na conquista do Sistema Único de Saúde (SUS). As mulheres podem aposentar-se¹⁰, além de gozar de direitos como a licença-maternidade. Outro avanço importante na luta por autonomia das trabalhadoras rurais e no acesso a direitos e garantias, foi e continua sendo o acesso a sua “identificação” como cidadã. Isso porque, um grande número de mulheres não possuía documento de identidade (carteira de identidade), Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou título de eleitor, pois pensavam não ser importante ter tais documentos, argumentando que quem fazia “as coisas na cidade” e tomava as decisões mais importantes eram os homens, negando assim, sua condição de mulher e de cidadã (MESQUITA; MENDES, 2012).

Embora de forma discreta e tímida, é possível perceber um aumento significativo da participação das mulheres agricultoras nos espaços públicos, como diretorias de comunidades, de sindicatos, nas associações e nas cooperativas (OLIVIERA, 2010; CULTI, 2004; RÖHNELT, 2010) De grande valor foram também as políticas públicas conquistadas através da luta dos movimentos de mulheres em todo Brasil, garantindo assim, que o poder público dirigisse sua atenção na construção de políticas públicas para as mulheres, como, por exemplo: trabalho e geração de renda, construção de creches para que as mulheres possam exercer uma profissão, atendimento da saúde da mulher, combate contra a violência doméstica, um crédito especial para as agricultoras (PRONAF Mulher) entre outras. Elas conseguiram apresentar publicamente muitas de suas reivindicações e grandes vitórias foram alcançadas por estas bravas mulheres que, organizadas e lutando coletivamente,

¹⁰ Atualmente, com a reforma da Previdência Social no Brasil, ainda encontra-se em discussão a idade de aposentadoria das mulheres.

garantiram direitos até então negados e abriram caminhos para as futuras gerações de mulheres e para uma maior emancipação e autonomia feminina.

Diante do exposto, entende-se que Economia Solidária tem por estratégia a equidade de gênero, tendo por objetivo desconstruir a cultura capitalista que é baseada no individualismo e na competição. Sendo assim, no decorrer do tempo, a economia solidária vem problematizando a questão do masculino e do feminino, que escapa da simplificação dos antagonismos entre sexos e chega a uma compreensão mais adequada da complexidade das relações de gênero, reconhecendo que tanto o masculino quanto o feminino fazem parte de todos nós em uma relação de solidariedade.

2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A cada dez anos, é realizado o Censo Agropecuário no Brasil, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme os dados divulgados do último censo, em 2006, uma área de 80.102 milhões de hectares é composta por 4.366.267 estabelecimentos de agricultura familiar, representando 84,36% do total de estabelecimentos. Embora, o território destinado à agricultura familiar represente apenas 24% do total, o número de estabelecimentos supera fortemente ao número de estabelecimentos destinados à atividade não familiar (IBGE, 2006).

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2006), no estado do Paraná estão 35,64% do total de estabelecimentos de agricultura familiar da região sul do país, com mais de 300 mil estabelecimentos. Quanto ao território, a região sul contempla mais de 13 milhões de hectares destinados à agricultura familiar, sendo que 32,58% dessa área está no estado do Paraná. As atividades desempenhadas pelos estabelecimentos de agricultores familiares variam, principalmente, entre produção vegetal e pecuária.

O termo agricultura familiar, não é apenas uma nova nomenclatura para o que se conhece através das expressões “pequeno produtor”, “agricultor de baixa renda” ou “unidade de subsistência”. Indo além da crença inicial de que a tendência da agricultura familiar é de apenas produzir alimentos, outras preocupações surgiram referentes à diversificação e integração e ampliação de mercado (ABRAMOVAY,

2012). Frente a isso, Winck et al. (2014, p.32) afirmam que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, ou seja, a utilização que lhe tem sido atribuída nos últimos anos assume uma postura diferenciada”.

Em busca de uma definição, Abramovay (2012, p.146) argumenta que “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Nesse sentido, Zanon (2011) também distingue a agricultura familiar, como o sistema de produção simples de mercadoria e o sistema de produção capitalista, quanto ao arranjo do processo produtivo, às relações de parentesco e à propriedade dos meios sociais de produção. Segundo a autora, na produção doméstica (agricultura familiar) a organização do trabalho parte das relações de parentesco, sem a existência de contratos de trabalho, além de os meios de produção pertencerem ao núcleo familiar. Os sistemas de produção simples de mercadorias compreendem uma produção mais especializada e competitiva, sendo necessária a aquisição dos meios de produção e subsistência. Já no sistema de produção capitalista, existe a necessidade de contratos de trabalho, a remuneração ocorre através de salários e os meios sociais de produção pertencem a uma classe diferente da classe provedora do trabalho.

Buscando a sobrevivência e manutenção no mercado, a agricultura familiar passou e ainda passa por adaptações. Como descreve Winck et al. (2014), importantes alterações nas formas de produzir aconteceram no Brasil, nas décadas de 1960-1980, em um processo chamado modernização da agricultura, cujo objetivo central permeava a propagação da indústria, além de suprimir as relações tidas como “arcaicas” da agricultura, a fim de substituir as importações conforme o plano de desenvolvimento econômico adotado no país na época.

Na visão de Conterato (2004, p.75), nesse processo de modernização, caberia à agricultura “produzir alimentos baratos para abastecer as cidades que cresciam, liberar mão de obra para o setor urbano-industrial que se fortalecia, bem como gerar divisas através da exportação de produtos primários”. Em estudo realizado no ano de 1995, Schneider et al. (2004, p.105) salientou a importância dos efeitos sociais e produtivos da modernização da agricultura, sobretudo na década de 1970, em que “as transformações da estrutura agrária do Brasil Meridional, a partir dessa década, levaram a uma modernização tecnológica da produção agropecuária sem precedentes na sua história”.

Por muito tempo, devido aos baixos ou inexistentes investimentos na agricultura familiar, houve grandes fluxos migratórios de famílias camponesas para meios urbanos, preferencialmente grandes cidades, em busca de sobrevivência (EID e EID, 2003). No entanto, esse cenário passou a mudar com o surgimento de estímulos governamentais para a melhoria da vida no campo, como a sanção da lei da Agricultura Familiar nº 11.326 em julho de 2006, que passou a definir quem são os agricultores e empreendedores familiares rurais, estabelecendo conceitos, princípios e definindo instrumentos possíveis a serem utilizados nesse segmento produtivo.

Mesmo com o avanço e o reconhecimento sob forma de lei, as dificuldades de se manter com a produção agrícola não foram tão logo sanadas ou amenizadas. Lago et al. (2006, p.98) apontam que os agricultores familiares “frente aos problemas econômicos, sociais e ambientais, buscam reduzir suas limitações de desenvolvimento, optando pela produção diversificada como forma de subsistência e geração de renda”. Frente a isso, Lacerda (2005, p.124) acredita que essa diversificação permite às unidades familiares que “se reproduzam enquanto agricultores familiares, através da afirmação da identidade do agricultor como produtor de alimentos, mas também como produtores de bens imateriais como: meio-ambiente, território, qualidade alimentar, entre outros benefícios”.

Tanto a diversificação quanto o aumento ou intensificação da produção agrícola familiar demandam aspectos facilitadores ao sistema, que podem ser, brevemente, resumidos em quatro aspectos fundamentais: a) incentivos à produção, principalmente no que se refere a investimentos; b) disponibilidade de recursos naturais, financeiros e tecnológicos; c) acesso aos mercados, informações, insumos e serviços que agregam valor e sentido à capacidade efetiva de produção, e; d) instituições que exercem forte influência sobre a decisão de produção, bem como sobre a possibilidade e capacidade produtiva (BUAINAIN et al, 2003).

A agricultura familiar representa um lugar produtivo de destaque nos meios rurais, sofrendo variações, modificações e adequações de acordo com a região em que está inserida, e a disponibilidade de recursos. Autores como Schneider et al. (2004, p.100) valorizam a capacidade de diferenciação produtiva, e ressaltam a difusão da pluriatividade dos agricultores familiares. Esse termo representa o desenvolvimento de atividades variadas, de produção econômica, não ligadas diretamente à agricultura ou ao cultivo de terra, pois “não raramente uma parte dos

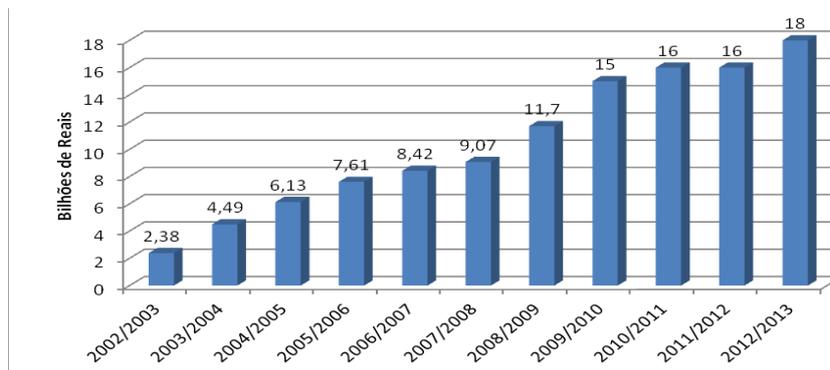
membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades”.

No Brasil, a participação do mercado interno na produção e no consumo total apresenta-se de forma majoritária, em especial no setor de alimentos. Com tamanha representação do mercado interno, aliada à diversidade regional do país, florescem oportunidades para os empreendimentos agroalimentares familiares e de pequeno porte, devido sua capacidade agregar aos produtos atributos diferenciados, com matérias-primas locais ou regionais, sob baixo investimento em tecnologia (MALUF, 2004). Dentre tantos, um atributo diferenciador passível de agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar está o apelo agro-sustentável, baseado nas vertentes ambientais, exaltando aos cuidados do ambiente utilizado para a produção, e nas vertentes sociais, no sentido de valorização do ser humano, e econômica, mantendo a sustentabilidade da produção com a renda obtida por meio dela mesma (FERNANDES; WOODHOUSE, 2008).

Desse modo, a agricultura familiar é uma forma de produção que prevalece a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que conduzem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (LACERDA, 2005).

Nos últimos anos, a discussão sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do Brasil vem ganhando forças, impulsionada pelo desenvolvimento rural sustentável, segurança alimentar, desenvolvimento local e a geração de emprego e renda. O grande número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF refletem e contribuem para este debate na sociedade (GUANZIROLE; CARDIM, 2000). Conforme a Figura 2, a seguir, houve entre 2002 e 2013, incremento de recursos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) de 657%, totalizando em 2013, 18 bilhões de reais.

Figura 2- Recursos destinados ao PRONAF no período de 2002 a 2013.



Fonte: FNDE, 2015.

A origem do PRONAF inaugura um novo marco histórico na intervenção do Estado na agricultura brasileira. Os agricultores familiares até então alijados das políticas públicas para o rural se tornam alvo destas políticas e dos atores sociais, de certa forma, privilegiados, demonstrando a importância que essa categoria social possui para o desenvolvimento do país. Como formulado por Schneider et al. (2004), o surgimento desses programas de políticas públicas representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda, ou agricultura de subsistência.

O surgimento do PRONAF, desde os anos 1970, com a assim chamada modernização da agricultura brasileira, a intervenção do Estado sempre privilegiou a grande agricultura. Durante o processo de modernização, os instrumentos de política agrícola usados pelo Estado para intervir no setor como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foram voltados para a agricultura, para exportação e para as atividades agropecuárias dinâmicas e, só periféricamente, aos agricultores familiares (MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF, 1996).

Do ponto de vista das políticas agrícolas e agrárias, nos anos de modernização, essas penalizaram duramente uma parte significativa da agricultura familiar, sendo esse um dos motivos da sua situação de fragilização social e econômica. Como formularam Ferreira et al. (2001), a política agrícola definida para conduzir a modernização da agricultura nacional – até o PRONAF – tinha um foco único, isto é, o aumento da produtividade, a partir da incorporação de avanços

tecnológicos, e um público alvo relativamente homogêneo: a empresa rural, viabilizável, sobretudo em função da disponibilidade de grandes áreas de terra e acesso garantido a numerosos e a abundantes subsídios fiscais e creditícios.

O PRONAF deve também ser entendido dentro de um contexto de crise do padrão de financiamento oficial do Estado brasileiro a agricultura, na década de 1990. Essa crise caracterizou-se por uma precipitação geral do fornecimento de crédito rural tanto para os grandes produtores como para os agricultores familiares, porém como esse último vinha de uma demanda reprimida de décadas o que se fez foi com que se avolumassem as mobilizações sociais e pressões por políticas agrícolas e agrárias diferenciadas, mas também específicas (SANTOS, 2011). É no contexto das lutas sociais e políticas das organizações sociais rurais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o movimento de mulheres rurais entre outros, que o surgimento do PRONAF deve ser entendido. Essas reivindicações por Políticas Públicas diferenciadas para o setor familiar culminaram nos chamados “Gritos da Terra Brasil”, organizados pelos movimentos sociais do campo que ocorriam todos os anos tendo como uma de suas bandeiras principais a reivindicação de políticas públicas para os setores desfavorecidos do campo (SCHNEIDER, 2003; SCHNEIDER et al, 2004).

O surgimento do PRONAF deve também ser compreendido dentro do próprio movimento social que deu origem ao reconhecimento da categoria social dos agricultores familiares, que somente aconteceu na metade da década de 1990. Esse reconhecimento, por um lado, foi fruto das mobilizações sociais dos próprios agricultores e de suas organizações. Mas, por outro, foi resultado de vários trabalhos acadêmicos que realçaram a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento dos países capitalistas avançados como os estudos de Da Veiga (2007) e Abramovay (2012). No Brasil, ressaltam-se os trabalhos de equipe do Convênio INCRA/FAO que demonstrou o peso relativo dessa categoria social na agricultura brasileira e que serviu de base à implantação do PRONAF. Sendo assim, o reconhecimento institucional da categoria agricultor familiar pelo governo federal se originou desse duplo movimento social. De um lado, as pressões dos movimentos sociais do campo e, de outro, a legitimação acadêmica e a elevação ao *status* teórico da categoria analítica da agricultura familiar entre os estudiosos do meio rural.

Além disso, O PRONAF visa o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, colaborando para o aumento de renda e agregação de valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares (FNDE, 2015). A agricultura familiar é a principal produtora de alimentos, e destaca-se pela sua produção que são disponibilizados para o consumo da população brasileira, responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros. A produção da agricultura familiar inclui culturas como, milho, mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana de açúcar, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças (AGUIAR, 2012). Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes que viabilizem esses pequenos empreendimentos produtivos, mas que também promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional.

A partir da identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar, compõe-se a base de um projeto nacional de desenvolvimento para esse segmento rural brasileiro, e pôde-se implementar uma Política Pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Essa política está amparada na Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

Para Altafin (2007), a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e da sua família. Mesmo quando ocorre a necessidade de contratar mão de obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família. Sob essa ótica, Denardi (2001) apresenta que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, e uma unidade de produção e reprodução social. Sendo assim, a cada membro associado na Associação das Colônias tem uma unidade de produção, seja de produtos *in natura* ou de produtos processados-panificação; uma vez que essa produção atende à demanda solicitada pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação da cidade

de Castro-PR, para que esses produtos façam parte da merenda escolar para os alunos matriculados nas escolas da zona urbana e rural.

Diferentemente da situação clássica de outros países, a agricultura familiar no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura. E devido a esse caráter marginal, vem encontrando, sistematicamente, dificuldades para programar um sistema produtivo sustentável no longo prazo. A ausência de criações ou a pouca área para essas sempre afetou a possibilidade de fertilização natural do solo, o que o agricultor compensava (e ainda compensa) com constantes deslocamentos em busca de novas áreas de cultivos. A mobilidade espacial, caracterizada pelos seus fluxos migratórios é característica do agricultor familiar brasileiro. A opção adotada para delimitar o conceito de agricultura familiar, e para a adoção de políticas públicas pertinentes ao setor, está centrada na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. A delimitação legal do conceito combina critérios como: o tamanho da propriedade, a predominância familiar de mão de obra e renda, e gestão familiar da unidade produtiva (ALTAFIN, 2007).

Para Guerra et al. (2007), as grandes e médias propriedades rurais sempre estiveram no foco das políticas agrícolas nacionais, levando a uma crescente marginalização dos agricultores familiares, esse comportamento reproduziu um padrão de desenvolvimento excludente e desigual no meio rural. Aliada à falta de assistência do poder público, o processo de modernização da agricultura agravou o problema de exclusão, contribuindo para permanência dos problemas sociais no campo e aprofundando ainda mais as desigualdades sociais. O aumento da pobreza nas áreas rurais causou reflexos inclusive nos grandes centros urbanos. Entretanto, apesar da ausência do Estado, o perfil da agricultura familiar brasileira estabeleceu estratégias de reprodução, mantendo sua importância no espaço rural nacional.

O autor Mattei (2005) relata que a Constituição de 1988 introduziu novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos e aos agricultores familiares. Em 2003, o Governo Federal implementa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado nacionalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O PAA, considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constitui um mecanismo complementar ao PRONAF, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar.

2.6.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 como uma das políticas estruturantes da Estratégia do Programa Fome Zero. Através dele, podem ser adquiridos alimentos diretamente de agricultores familiares e suas organizações (cooperativas e associações), com dispensa de licitação, para serem doados para instituições sociais (hospitais, entidades assistenciais, escolas) e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (que recebem cestas de alimentos), ou serem destinados à formação de estoques públicos. Seus objetivos são, incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional. Os recursos do Programa são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); estes, a partir de 2006, e ambos contam com pequenas complementações de Estados e Municípios (FNDE, 2015).

De 1993 até 2003, houve avanço nas discussões, amadurecimento nas questões de abastecimento, nas questões de segurança alimentar e agricultura familiar nos campos da política agrícola, de forma que em 2001, quando da elaboração do esboço do Programa Fome Zero, já havia claramente uma vinculação entre esses aspectos (TAKAGI, 2006). Segundo esta interpretação, o esboço do Fome Zero já deixava clara uma linha de projetos estruturantes, do qual a ideia de direitos superava a de assistencialismo.

A respeito do Projeto do Programa Fome Zero, há como eixos centrais, as seguintes questões: (I) definições de segurança alimentar e fome, (II) avaliação de programas já existentes que tratam desse tema, (III) definição do público a ser beneficiado e, por fim, (VI) propostas de políticas de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Dessa forma, vai assumindo grande importância dentro do Fome Zero a questão do incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar.

Considera-se a agricultura familiar enquanto objeto de ação política, para fortalecimento e melhora da qualidade de seus produtos e aumento do valor agregado, é ao mesmo tempo estímulo à produção para o autoconsumo que preserva os hábitos alimentares locais. Também é sugerida a possibilidade de se considerar a agricultura familiar enquanto produtora de alimentos potencialmente integrados aos mercados

institucionais. É exatamente nesse contexto que se encontra a origem do PAA (WITTMAN; BLESCH, 2015).

Atualmente, o PAA constitui-se em uma das ações abrigadas no interior da estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), congregada ao Programa Fome Zero. Esse Programa foi instituído pela Lei N° 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto N° 4.772 de 2 de julho de 2003, alterado pelo Decreto N° 5.783, de 15 de agosto de 2006, e pelo Decreto N° 6.959, de 15 de setembro de 2009 (BRASIL, 2003).

Desse modo, o PAA, conforme já foi evidenciado, tem como objetivo central de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Percebe-se que o programa age em dois momentos importantes do suprimento alimentar da população: no momento produtivo e no momento do consumo. Também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede sócio assistencial; equipamentos públicos de alimentação e nutrição como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

Podem participar do PAA homens e mulheres agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Para tanto, para participar do programa é preciso estar enquadrado nos critérios do PRONAF, através da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Esta, por sua vez, foi criada em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para

identificar os agricultores e agricultoras familiares que podem ter acesso aos créditos – fornecidos à família agricultora – de investimento e custeio no âmbito do PRONAF. Nesse caso, o PAA paga pelos produtos fornecidos baseando-se em preços de referência estabelecidos regionalmente, até um determinado limite de valor entregue “por unidade produtiva familiar”, o que se traduz em um limite “por DAP” (FNDE, 2015; MDA, 2014). A Associação das Colônias cumpre com todos esses requisitos estabelecidos pelo programa para fornecer os produtos *in natura* e processados-panificação.

2.6.2 Evolução Histórica da Compra de Alimentos para a Alimentação Escolar

A evolução da gestão da alimentação escolar no Brasil foi determinante para o fortalecimento do PAA e da Agricultura Familiar, no que diz respeito ao planejamento e à forma de aquisição de alimentos, tais como o processo de descentralização dos recursos, a obrigatoriedade para a compra de alimentos básicos e a determinação da lista de alimentos básicos na elaboração de cardápios. Desse modo, de 1955 até 1993, a gestão da alimentação escolar era centralizada, os cardápios eram planejados pelo órgão gerenciador (Ministério da Educação), os gêneros eram adquiridos via processo licitatório e a distribuição era realizada para todo o território nacional (FNDE, 2015).

A Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, refogada pela Medida Provisória nº 2.178, de 24 de agosto de 2001, promove a descentralização dos recursos, ficando a execução do programa sob responsabilidade das Secretarias de Educação dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal. O gerenciamento do programa passa a ser realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1987. Outra vantagem desse processo foi a redução ou a exclusão dos alimentos formulados, pré-processados, desidratados que existia no cardápio, o qual exigiam pouco tempo de pré-preparo, sem refrigeração, baixos volumes e menor peso, muitas vezes necessitando apenas do acréscimo de água (BRASIL, 2001). Essa mesma Medida Provisória torna obrigatório o percentual de 70% dos recursos provenientes do FNDE para a aquisição de gêneros básicos, devendo-se respeitar os hábitos alimentares regionais, a vocação

agrícola do município e promovendo o desenvolvimento da economia local (FNDE, 2015; BRASIL, 2001).

A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e a Resolução nº 38/FNDE/ estabeleceram diretrizes para o PAA, quais sejam: o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem; e a descentralização das ações e a articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos e comercializados em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e por empreendedores familiares, priorizando se possível, as comunidades tradicionais indígenas e as remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009). Portanto, a partir dessa regulamentação, abriu-se mais um espaço de produção e comercialização para a agricultura familiar, além de promover o consumo de alimentos *in natura* por parte dos escolares, podendo reduzir assim a oferta de alimentos processados e industrializados.

A aproximação entre agricultores familiares e consumidores tem promovido uma integração baseada em princípios de sustentabilidade, podendo contribuir com a redução do êxodo rural e da pobreza rural e urbana. A Lei nº 11.947/2009, ao tornar obrigatória a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, ampara o produtor quanto à aquisição dos alimentos e cria um meio para que esse possa comercializar seus alimentos, através da dispensa do processo licitatório (BRASIL, 2009).

2.6.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar– PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a aquisição de alimentos destinados à merenda escolar. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar, no mundo, e é o único com atendimento universalizado (FNDE, 2015).

Esse programa teve sua origem na década de 1940, sendo implantado em 1955, passando por diversas mudanças e ajustes. Em 1988, com a promulgação da

nova Constituição Federal, o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado.

A Medida Provisória nº 2.178, de 28 de junho de 2001, propiciou grandes avanços ao PNAE, destacando-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo Governo Federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos; e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local (BRASIL, 2001).

Além disso, a Resolução/CD/FNDE nº 15 de 16 de junho de 2003 estabelece critérios e formas de transferência de recursos do PNAE, e determina a lista de alimentos básicos a serem utilizados na elaboração dos cardápios. Recentemente, diretrizes de execução do PNAE foram estabelecidas através da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e da Resolução nº 38/FNDE/2009. O principal avanço refere-se ao percentual para a compra de alimentos, ou seja: no mínimo, trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo FNDE devem ser destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (BRASIL, 2009). Estudando e analisando a Lei nº 11.947/2009 e a Resolução nº 38/2006 (FNDE, 2015 a), tomou-se a iniciativa de entender a comercialização dos produtos *in natura* e processados-panificação da Associação das Colônias, no qual esse processo tornou-se objeto de estudo dessa tese (ver anexo 1).

Com esse novo modelo de gestão, a transferência dos recursos financeiros do programa tem ocorrido de forma sistemática e tempestiva, permitindo o planejamento das aquisições dos gêneros alimentícios de modo a assegurar a oferta da merenda escolar durante todo o ano letivo. Além disso, em cada escola pública, nos municípios brasileiros, existe o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa. Assim, os CAEs passaram a serem formados por membros da comunidade, tais como professores, pais de alunos e representantes dos poderes Executivo e Legislativo. A sanção da Lei nº 11.947/2009 trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a garantia de que trinta por cento (30%) dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.

Assim, o PNAE começa a se estruturar verdadeiramente como uma política de segurança alimentar. Isso se deve não apenas ao seu conteúdo, mas também à forma como foi discutida e interiorizada pela sociedade civil e atores sociais. A Lei 11.947/2009 não se restringe ao fornecimento dos mínimos nutricionais necessários aos beneficiários do programa, pois traz consigo preocupações mais amplas, que inserem o PNAE na pauta dos programas promotores da segurança e soberania alimentar.

O objetivo maior deste programa é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (FNDE, 2015).

Os programas de políticas públicas do Governo Federal PNAE e o PAA, são gerenciados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atende todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). No caso dessa Tese, em especial, as escolas atendidas são do município de Castro-PR, tanto da zona urbana quanto da zona rural. Assim, cidade de Castro-PR, possui 40(quarenta) escolas; sendo 26 (vinte e seis) da zona urbana e 14 (quatorze) da zona rural, em 2012 a quantidade de alunos matriculados foi de 7.524 (sete mil quinhentos e vinte e quatro); e 7.370 (sete mil trezentos e setenta) em 2013(INEP, 2015).

Convém destacar que nos últimos anos, a abrangência do atendimento do PNAE aumentou substancialmente, de pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 42 milhões de escolares em 2014. Com isso, aumentou o volume de recursos repassados pelo FNDE aos Estados, Municípios e Distrito Federal, chegando a 3,6 bilhões de reais no ano de 2014, conforme demonstração no Quadro 2.

Quadro 2 – Demonstrativo dos recursos financeiro destinados ao PNAE para atender os alunos nas escolas públicas do Brasil, no período de 1995 a 2014.

Ano	Recursos financeiros (em bilhões de R\$)	Alunos atendidos (em milhões)
2014	3,693	42,2
2013	3,542	43,3
2012	3,306	43,1
2011	3,051	44,4
2010	3,034	45,6
2009	2,013	47,0
2008	1,490	34,6
2007	1,520	35,7
2006	1,500	36,3
2005	1,266	36,4
2004	1,025	37,8
2003	0,954	37,3
2002	0,848	36,9
2001	0,920	37,1
2000	0,901	37,1
1999	0,871	36,9
1998	0,785	35,3
1997	0,673	35,1
1996	0,454	30,5
1995	0,590	33,2

Fonte: FNDE (2015)

Além do estabelecimento de critérios técnicos e operacionais para a gestão local do PNAE, há outros importantes avanços, tais como: a obrigatoriedade da existência de um nutricionista que é o responsável técnico, a ampliação e o fortalecimento do CAE e a constituição dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs), por meio de parcerias entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os quais apontam igualmente para uma importante ampliação dessa política pública no que concerne à garantia do direito à alimentação adequada e saudável nas escolas. Dessa forma, o PNAE, cuja responsabilidade constitucional é compartilhada entre todos os entes federados, envolve um grande número de atores sociais como gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar, entre outros; conforme histórico demonstrado no Quadro 3 – evolução histórica do PNAE –, a seguir.

Quadro 3 – Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Brasil

ANO/ DÉCADA	GOVERNO	ACONTECIMENTO	LEGISLAÇÃO
1930	Getúlio Vargas Governo Provisório	Golpe de 1930. Inquéritos nutricionais feitos por Josué de Castro – reconhecimento do problema de saúde pública no Brasil. Primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil.	-
1940	Getúlio Vargas Estado Novo	Embrião do atual PNAE. O Instituto Nacional de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar.	-
1950	Eurico Gaspar Dutra	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição no interior do qual se estruturou o Programa Merenda Escolar.	-
1955	João Café Filho	Instituição da Campanha de Merenda Escolar. Distribuição de gêneros para municípios carentes, por meio de recursos principalmente de organismos internacionais.	Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955
1956	João Café Filho	Passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional.	Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956
1965	Humberto de Alencar Castelo Branco	Altera-se o nome para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Surgem diversos programas de ajuda americana: Programa Alimentos para a Paz, financiado pela USAID; Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU.	Decreto nº 56.886, de 20 de setembro de 1965
1979	João Batista Figueiredo	Passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar.	-
1988	José Sarney	Promulgação da Constituição Federal. Artigo 208 – Assegura-se o direito à educação, efetivado por meio do atendimento à alimentação escolar.	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
1993	Itamar Franco	Até este ano a execução do PNAE era centralizada: o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros, fazia controle de qualidade e distribuía os alimentos em todo o território nacional.	-
1994	Itamar Franco	Administração da alimentação escolar é descentralizada, fortalecendo a autonomia dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Incentivo à inserção da pequena empresa, da agricultura e pecuária local, da utilização de alimentos básicos, in natura e regionais.	Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994
1998	Fernando Henrique Cardoso	O PNAE passa a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Início da descentralização dos recursos por meio de transferência automática.	Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998
2000	Fernando Henrique Cardoso	Reformulação da Composição dos Conselhos de Alimentação Escolar.	Medida Provisória nº 1979-19, de 2 de junho de 2000

2001	Fernando Henrique Cardoso	Institui-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal fossem aplicados exclusivamente em produtos básicos, fortalecendo o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.	Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001
2005	Luiz Inácio Lula da Silva	Publicação da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas que dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do programa de alimentação escolar.	Resolução CFN nº 358, de 18 de maio de 2005
2006	Luiz Inácio Lula da Silva	Portaria Interministerial para promoção da Alimentação Saudável nas escolas, que instituiu os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs). Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que definiu como dever do poder público o direito humano à alimentação adequada.	Portaria Interministerial nº 1.010, de 8/5/2006. Lei nº 11.346, de 15/9/2006
2009	Luiz Inácio Lula da Silva	Política Nacional de Alimentação Escolar. No mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e de empreendimentos familiares rurais. Incluído o atendimento aos alunos do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos, do Programa Mais Educação e das escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais.	Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009
		Ampliação do atendimento dos programas suplementares da educação para toda a educação básica.	Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009
2010	Luiz Inácio Lula da Silva	Direito à alimentação presente como direito social na Constituição Federal. Reformulação da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas dispondo sobre as atribuições deste profissional e os parâmetros numéricos a serem atendidos no âmbito do programa de alimentação escolar.	Emenda Constitucional nº 64, de 2010. Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010
		Instituição do Comitê Gestor do PNAE, formado por representantes de Governo e instituição do Grupo Consultivo, formado por representantes da sociedade civil.	Portaria Interministerial nº 450, de 29 de outubro de 2010
2013	Dilma Rousseff	Ensino Integral, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) semipresencial.	Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013

Fonte: Ministério da Educação – FNDE (2015).

2.6.4 O PNAE como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar

A Lei nº 11.326/2006, já apresentada neste capítulo, define como agricultor familiar e empreendedor familiar “os indivíduos que praticam atividades no meio rural; não detenham mais que quatro módulos fiscais, ou seja, pequeno proprietário; utilizem mão de obra da própria família e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo” (BRASIL, 2006). A esse respeito, a CONAB destaca que a maior parte do abastecimento da mesa dos brasileiros é proveniente da agricultura familiar que responde por sete de cada dez empregos no campo, ocupando 80% (oitenta por cento) do setor rural. Em 2009, 60% (sessenta por cento) dos produtos que compuseram a cesta familiar distribuída pela CONAB foram da agricultura familiar (CONAB, 2015).

Portanto, o apoio a esses agricultores como forma de estimular a produção de alimentos sustentáveis é considerado essencial, não só por sua capacidade de geração de ocupação e de renda, como também pela maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade, menor custo com transporte, confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal, promovendo uma conexão entre o campo e a cidade. O apoio à agricultura familiar insere-se em um conjunto de ações públicas iniciadas na década de 1980. Essas ações, frutos de debates nacionais e internacionais, foram motivadas pela crise do desenvolvimento econômico no período que gerou a instabilidade monetária, o endividamento, a desaceleração do crescimento econômico, o incremento da pobreza rural e urbana e a degradação dos recursos naturais.

Nas análises de Machado; Santilli; Magalhães (2008), a aquisição de alimentos do PAA para a alimentação escolar mostrou-se uma importante iniciativa para minimizar ou até mesmo sanar a deficiência no consumo de alimentos e ao mesmo tempo promover a produção familiar nos diferentes municípios. No conjunto dessas políticas, o PAA foi uma das estratégias utilizadas por alguns municípios, antes do estabelecimento das novas diretrizes do PNAE em 2009.

Ainda, no processo de compras de produtos provenientes da agricultura familiar para o PNAE, os critérios utilizados são os mesmos do PAA, isto é: “dispensa do processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado local e atendam aos critérios de qualidade” (FNDE, 2015). A observância do

percentual de 30% (trinta por cento) da compra da agricultura familiar é disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando houver impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente, inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios e condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Para isso, o FNDE utiliza instrumentos de prestação de compras. Um desses instrumentos é o Demonstrativo Sintético Anual (DAS) que apresenta um campo específico para que as Entidades Executoras informem quanto foi utilizado do recurso do PNAE na compra de alimentos desse tipo de produtor rural. Outro instrumento é o Parecer Conclusivo dos Conselheiros de Alimentação Escolar (CAE). Com base nessas informações é possível analisar e acompanhar a execução dessas compras (FNDE, 2015).

Os desafios e perspectivas da compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE é uma regulamentação recente. A inviabilidade de fornecimento regular, ou seja, a sazonalidade de produtos principalmente *in natura*, é constante como justificativa para o não atendimento dos 30% (trinta por cento) exige articulação entre quem compra (demanda de alimentos para as escolas dos municípios) e quem vende (oferta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares).

Nesse espaço de interlocução, destaca-se que o planejamento dos cardápios escolares, como primeiro passo para a compra da agricultura familiar, deve basear-se em novos referenciais, como o de promoção da saúde conjugada à sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.

Assim, o planejamento requer a verificação das características dos diferentes produtos, pois alguns alimentos possuem ciclo produtivo mais longo, outros são mais sensíveis às alterações climáticas (sazonalidade), interferindo no abastecimento. Ao mesmo tempo, os agricultores precisam realizar um planejamento da produção dos alimentos, de acordo com a demanda para reduzir as oscilações e garantir uma oferta estável de produtos. As Nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação de Castro –PR, elaboram o cardápio dentro desse princípio; onde prevalece o planejamento dos produtos *in natura* atendendo as possíveis sazonalidades. Assim, a Associação das Colônias recebe essa solicitação dos produtos para atender o cardápio semanalmente das escolas. Sobre essa realidade, Villa Real; Schneider (2011) destacam que apesar da obrigatoriedade da compra da agricultura familiar, alguns municípios ainda encontram dificuldades na aquisição desses alimentos, pela presença de grandes empresas do setor envolvidas na compra pública de alimentos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2015) apresentou os investimentos repassados à Prefeitura de Castro – PR, no período de 2011 a 2014, com a finalidade de aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, conforme Tabela 1. Embora o período de estudo dessa pesquisa seja 2012 e 2013, achou-se interessante apresentar esses valores.

Tabela 1 – Valores investidos pela Prefeitura Municipal de Castro-PR na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para o PNAE

Ano	Valor Transferido R\$	Valor de aquisição da agricultura familiar R\$	Percentual
2014	738.810,00	335.322,23	45,39%
2013	782.500,00	190.516,86	24,35%
2012	565.968,00	63.436,86	11,15%
2011	544.860,00	139.165,72	25,54%

Fonte: FNDE (2015)

Esses valores demonstram que a agricultura familiar na cidade de Castro-PR vem crescendo e que a tendência é aumentar esse percentual. É o que nota-se em Turpin (2009) para o qual considera a alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. Ainda de acordo com o mesmo autor, diante da nova legislação, a alimentação escolar ganha reforços que estimulam os agricultores familiares e permitem que sejam alcançados os seus objetivos, com ganhos aos alunos, agricultores e comunidade local, possibilitando discussões do PNAE frente à produção e desenvolvimento rural e suas relações com o consumo e a saúde pública.

Nesse sentido, o desenvolvimento local é de fundamental importância para o reconhecimento do papel interdependente das várias secretarias do poder executivo (tanto municipal quanto estadual) relacionadas ao tema, como: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural, agricultura, educação, fazenda ou administração, entre outras, como: desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural. O desenvolvimento local será potencializado na medida em que o gestor público, ou Entidade Executora, consiga implementar a compra da agricultura familiar como uma ação verdadeiramente transversal dentro de políticas setoriais, prevendo desafios pendentes como o tema da assessoria técnica para agricultores, infraestrutura de logística e armazenagem, diagnóstico e interação com a realidade agrícola local/regional e, fundamentalmente, a criação de espaços ou fóruns participativos de

debate e planejamento, envolvendo agricultores, gestores e escolas (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008),

Para Carvalho (2009), ao analisar experiências exitosas em municípios brasileiros, antes das novas diretrizes de execução do PNAE, ressaltou que as licitações sustentáveis na alimentação escolar têm promovido o desenvolvimento regional, a inclusão social, a movimentação da economia local, o consumo de alimentos mais frescos por parte dos escolares, a redução nos gastos com transportes e a promoção de educação alimentar e nutricional para além do espaço escolar, ou seja, o principal entrave para a compra de agricultura familiar é a falta de planejamento, ou planejamento inadequado, do gestor para a execução da compra. Deve-se conhecer a realidade local dos agricultores para que o gestor possa planejar sua compra respeitando sazonalidades dos produtos. Portanto, o desafio é que a compra da agricultura familiar supere a diretriz que destaca o mínimo de 30% (trinta por cento) de compra para, de fato, compras que se baseiem em parcerias reais para o desenvolvimento sustentável local e regional (SARAIVA, et al, 2013).

3. METODOLOGIA

A pesquisa tem como sujeito a Associação das Colônias, localizada no município de Castro no Estado do Paraná. O foco do trabalho é apresentar uma análise dos produtos *in natura* dessa Associação, para comercialização nos programas do Governo Federal – PAA e PNAE, bem como relacionar a autonomia das mulheres ao trabalho com produtos processados-panificação. Esses produtos processados fazem parte do Projeto Cozinha Comunitária, no qual são fabricados nas dez cozinhas pertencentes à associação.

Assim, realizaram-se as pesquisas teórica, documental e de campo, as quais possibilitaram intensificar a familiaridade com as questões trabalhadas. Conforme as normas vigentes expressas na Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, a presente pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por meio da Plataforma Brasil, sendo aprovada a sua aplicação, sob o número de CAAE: 48169015.6.0000.5547.

Quanto à produção dos produtos *in natura* e processados-panificação, a análise das planilhas de registros referentes ao período entre 2012 e 2013 foram por acessibilidade, nas quais se encontram a lista dos produtos ofertados semanalmente pela Associação das Colônias, solicitados pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação do município de Castro – PR. Esses produtos são distribuídos para as escolas da zona urbana e rural do mesmo município, atendendo aos requisitos estabelecidos pelos programas do Governo Federal PAA e PNAE (ver Anexo 1). O questionário aplicado foi realizado apenas com as 17 (dezesete) mulheres associadas, onde procurou-se identificar o perfil das mulheres associadas; a produção versus a renda familiar; e a economia solidária para a contribuição da autonomia feminina (ver Apêndice 1).

3.1 DELIMITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Conforme os objetivos traçados, essa pesquisa delimita-se em:

- ✓ **Quanto ao setor econômico:** Agroindustrial;
- ✓ **Quanto à limitação geográfica:** Cidade de Castro – PR. Esse município

está localizado na Região Centro-Sul do Estado do Paraná (Região dos Campos Gerais), tendo por municípios limítrofes: Carambeí, Campo Largo, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Piraí do Sul, Ponta Grossa e Tibagi. A cidade conta com população de 67.084 habitantes, dividida em Zona Urbana – 49.266 habitantes e Zona Rural – 17.818 habitantes (IBGE - 2006).

✓ **Quanto à denominação da localidade dos Associados:** Associação dos Agricultores das Colônia Iapó; Santa Clara e Vizinhança, abrange as comunidades circunvizinhas Augustinho, Campina Alta, Maracanã e Três Lagoas.

✓ **Quanto ao ramo de atividade:** Produção Agrícola Orgânica.

✓ **Quanto ao tipo de atividade:** Agricultura Familiar.

✓ **Quanto ao perfil da atividade:** Associação Agrícola.

✓ **Quanto à natureza:** Aplicada.

✓ **Quanto à forma de abordagem do problema:** Qualitativa e Quantitativa.

✓ **Quanto aos objetivos:** Exploratória e Descritiva.

✓ **Quanto aos procedimentos técnicos:** Levantamento.

3.2 MÉTODO DE ABORDAGEM

O método de abordagem da pesquisa é dedutivo, pois de acordo com Silva; Menezes (2005, p. 25), “só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro” e o “raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas”. Esse método apresenta-se adequado para a realização dessa pesquisa, pois foram identificados os benefícios promovidos pela Economia Solidária através da participação da mulher na Associação das Colônias, gerando vantagens com a autonomia feminina na agricultura familiar, através da fabricação de produtos processados-panificação nas Cozinhas Comunitárias.

3.3 A SELEÇÃO DO UNIVERSO TEÓRICO DE REPRESENTAÇÃO

Corroborando com esta análise, Gil (2002, p. 17) afirma que pesquisa é um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas ao problema proposto [...]”. E, esta se desenvolve ao longo de um processo que envolve diversas fases, desde a formulação do problema até a apresentação satisfatória dos resultados.

Ao se iniciar uma pesquisa, é necessário ter clareza do tema sobre o qual se pretende pesquisar. Neste trabalho, o tema Economia Solidária e Autonomia Feminina na Associação das Colônias foi escolhido pelo fato da carência de pesquisas que retratem e demonstrem a importância do trabalho das mulheres na agricultura familiar.

Ao se pesquisar sobre agricultores familiares na área de Engenharia de Produção, os textos analisados tratavam superficialmente, ou até mesmo nem citavam, o trabalho das mulheres na agricultura. Essa questão despertou o interesse em conhecer e entender melhor o papel das mulheres no campo, com o foco de contribuir para uma maior visibilidade às mulheres agricultoras.

A pesquisa teórica representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, por meio de leituras, fichamentos e análises. Para Luna (2007), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referencial teórico que pretende explicá-lo. Mendes; Pessôa (2009), nessa mesma linha de pensamento, afirmam que “o referencial teórico permite elaborar representações do mundo real”. Esse novo universo de representações é incorporado a um conjunto de ideias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto unem-se. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações.

A revisão teórica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer pesquisa, pois possibilita a definição/detalhamento do problema, o conhecimento de uma dada área de pesquisa, a produção de conhecimento a respeito do trabalho de outros pesquisadores, o aprimoramento da ciência e o amadurecimento profissional (LUNA, 2007). Pretendeu-se alcançar com a pesquisa teórica um caráter interpretativo dos dados obtidos, sendo esta etapa de fundamental importância para correlacionar a pesquisa empírica ao universo teórico, oferecendo embasamento à interpretação do significado das informações e fatos adquiridos, permitindo incluir ou excluir literaturas em um processo dinâmico.

A partir de leituras, fichamentos e análises realizadas sobre a economia solidária, entrou-se em contato com o que foi escrito sobre o assunto, e a partir dessas informações adquiridas, realizou-se uma definição e caracterização do que vem a ser desenvolvimento rural, agricultura familiar, associativismo, economia solidária e gênero, conforme Quadro 4.

QUADRO 4 –Tópicos pesquisados de fichamento e análise de livros, artigos, teses e dissertações para compor o referencial teórico desta tese

Tópicos Pesquisados	Autores
Desenvolvimento Rural	Da Veiga (2000); Van Der Ploeg (2000); Sacco dos Anjos (2003); Da Vega (2007); Souza et al. (2003) Silva, Cândido, Martins (2009).
Economia Solidária	Singer (2002, 2004, 2006 e 2009); Gallo (2003); França Filho e Laville (2004 e 2006); Nardini (2007); Edi (2003); Souza, Cunha, Dakazuku (2003); Poter (1989); Irion (1997); Arruda (2006); Singer e Souza (2000); Becker et al (2004); Santos (2011); Razeto (1997); Albuquerque (2003); Mance (2000); MTE (2015); FBES (2016); Gaiger (2003); Guèrin (2005); Kraychete (2002); Atlas da Economia Solidária no Brasil (2009); Tedesco (2001); Bellucci et al. (2012); Graterol, Alizo; Molero (2010); Bagnoli; Megali (2011); Diáz-Foncea e Marcuello (2012); Ribeiro e De Müylde (2014); Pinheiro (2013); Gaiger (2013).
Associativismo Rural	Costa e Ribeiro (2001); Pinheiro (2001); Sader (1988); Antuniassi et.al (1993); Lisboa (2001); Dallari (1984); SEBRAE (2014); Neto (2006); Cook e Chaddad (2004); Maraschin (2004); Canterle (2004); Dalfovo et al. (2010); Bonassi e Lisboa (2011); Oliveira (2010); INGRA/FAO (1998); Terra (2009); Wanderley (1999); Sabourin; Oliveira; Xavier (2013); Bandeira (2007); Araújo (2005); Warren (2006); Bordenave (1986).
Agricultura Familiar	IBGE (2006); Lima; Wilkinson (2002); Lourenzani (2008); Nazzari et. al (2007); Sousa (2009); Tavares (2009); Kuster; Marti (2004); Altafin (2007); Guerra et al. (2007); Bittencourt; Sabato (2000); Melo; Ribeiro (2008); DESER/FETRAF-SUL/CUT (2008); Bianchini (2005); INCRA/FAO (2000; 2012); MDA (2000); PNDRSS (2013); BRASIL (2006); Wittman; BlesH (2015); Grisa (2012); Christoffoli et al. (2013)
Políticas Públicas e o Contexto da Agricultura Familiar no Brasil	IBGE (2006); Abramovay (2012); Winck et al. (2014); Zanon (2011); Conterato (2004); Schneider et al. (2004); EID; EID (2003); Lago et al. (2006); Lacerda (2005); Buainain et al (2003); Maluf (2004); Fernandes; Woodhouse (2008); Lacerda (2005); Guanzirole; Cardim (2000); FNDE, (2015); Manual Operacional do PRONAF (1996); Ferreira et al. (2001); Santos (2011); SCHNEIDER (2003); Da Veiga (2007); Aguiar (2012); Altafin (2007); Denardi (2001); Guerra et al. (2007); Mattei (2005); Brasil (2003, 2005, 2006, 2011).
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	FNDE (2015); Takagi (2006); Wittman; BlesH (2015); Brasil (2003); MDA (2014).
Evolução Histórica da Compra de Alimentos para a Alimentação Escolar	FNDE (2015; 2015a); Brasil (2001, 2009).
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	FNDE (2015); Brasil (2001, 2006, 2009); CONAB (2015); Machado; Santilli; Magalhães (2008); Villa Real; Schneider (2011); Turpin (2009); Carvalho (2009); SARAIVA et al. (2013); INEP (2015).
Gênero no Contexto da Agricultura Familiar	Mesquita; Mendes (2012); IBGE (2006); Melo; Vieira (2012); Salomão (2014); Silva (2009); Röhnelt (2010); Santos et al (2010); Camurça; Gouveia (2004); HIRATA et al (2009); Silva (2007); Scott (1989); Scott; Cordeiro (2006); Lisboa (2002); Possas (2004); Carneiro (2001); Rossini (2002); Muraro (1995); Pastore (2002); Ammann (1997); Maerker (2000); Maruani; Hirata (2003); Araújo (2005); Butler (2003); Bonet (2005); Kergoat (2003); Guèrin (2005); Toledo (2007); Singer; Souza (2000); Singer (2002); Candeias; McDonald (2005); França Filho; Laville (2004); Mance (1999); Culti (2004); Nobre (2003); Oliveira (2010); Santos (2009); Santos et al (2010); Angelin, Manders (2010); Scott e Cordeiro (2006); Nobre et al. (1998); Sabbato et al (2009); Seger (2007); Beauvoir (1968); OIT (2015); Cruz (2013).

Fonte: Autora: Araújo, A.L. de (2016).

3.4 O USO DOS DOCUMENTOS

A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Esta se assemelha à pesquisa bibliográfica sendo que a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, pois, a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto e a pesquisa documental, de materiais sem tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 46), na pesquisa documental, as fontes são muito diversas uma vez que “[...] há, de um lado, os documentos ‘de primeira mão’, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, entre outros.”

Verificando com esta análise, Severino (2007) apresenta que na pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo. Nestes casos, os conteúdos dos textos, planilhas sem nenhum tratamento analítico são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

A finalidade da pesquisa documental é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto. O uso de documentos em pesquisa favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas entre outros. Sendo assim, este material contribui para o levantamento de informação sobre a distribuição dos produtos processados—panificação – e *in natura*, através da solicitação realizada por meio de planilhas¹¹ pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação na cidade de Castro – PR à Associação das Colônias.

As fontes secundárias pesquisadas foram: a) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): informações sobre o histórico do Município, número de habitantes; b) a Secretaria Municipal de Educação; c) o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); d) o Ministério da

¹¹ As planilhas de solicitação da Nutricionista não foram possíveis ter acesso; somente foi concedida a permissão para as planilhas que a Associação das Colônias tinha o controle de entrega dos produtos nas escolas da zona urbana e rural (ver Anexo 3).

Educação (MEC) e por fim e) os Programas de Políticas Públicas do Governo Federal, denominados PAA e PNAE. Adicionalmente, foi realizada a pesquisa de campo, na qual se buscaram informações e/ou conhecimento acerca do trabalho das mulheres na Associação das Colônias.

3.5 O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA

Esta etapa tem como objetivo obter informações empíricas sobre a autonomia das mulheres na Associação das Colônias por meio dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE. Outra meta, foi compreender o reconhecimento do trabalho das agricultoras, demonstrando sua importância para a sobrevivência das famílias no campo, conforme relato das mulheres na pesquisa qualitativa.

Através do trabalho de campo se teve a oportunidade de conhecer a realidade das agricultoras familiares da Associação das Colônias. Além disso, existiu a contribuição para que houvesse uma relação dinâmica entre pesquisadora e pesquisadas, facilitando a apreensão dos vínculos entre as pessoas, os objetos e os significados construídos pelos sujeitos. Neste caminhar de ideias, Mendes; Pessoa (2009, p. 525) ressaltam que [...] “a pesquisa empírica propicia o conhecimento de concepções e representações da riqueza sociocultural do lugar, como a história das famílias, da região, dos “causos” e, principalmente, da utilização do tempo, o ritmo de vida e sua inserção na ordem social em seu todo [...]”.

Em relação à natureza das informações, a pesquisa empírica envolve questões de ordem tanto factual como opinativa. De acordo com Luna (2007), as informações factuais dependem de pouca ou nenhuma interpretação, seja da parte do informante (se esta for à fonte), seja da parte de quem a registra. Alguns exemplos de informações factuais utilizadas são o gênero, a idade, o estado civil, grau de escolaridade, a faixa de renda e a religião. As informações opinativas são aquelas em que exprimem a concepção de um indivíduo a respeito de si mesmo, de uma situação ou de outrem, envolvendo suas crenças, sentimentos, valores, opiniões, entre outros aspectos. Essas, em geral, exigem interpretação de ambas as partes: de quem as emite (porque a própria natureza da informação implica subjetividade ou porque o indivíduo pode não ter, de momento, uma formulação verbal como resposta) e de quem as registra e/ou decodifica-as no momento da análise. Neste ponto, evidencia-

se a importância da teoria a qual fornece uma base teórica que possibilita interpretar as informações de forma fidedigna.

Após realizar a pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão e determinar as técnicas necessárias para a coleta de informações e registro, partiu-se para a pesquisa de campo. Essa foi feita em duas etapas: em março de 2015, no primeiro encontro com a Presidente da Associação das Colônias e a segunda etapa, nos meses de setembro e outubro deste mesmo ano.

1) Na entrevista com a Presidente da Associação das Colônias da gestão no período de 2012 - 2016, no mês de março de 2015, foi possível conhecer *in loco* como surgiu a Associação dos Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança. Nessa entrevista, foram apresentados os programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE para subsistência dos agricultores familiares, através da produção agrícola orgânica, e também como surgiu a participação da mulher no Projeto Cozinha Comunitária, com um total de dez cozinhas, que fabricam produtos processados-panificação. Por meio dessa entrevista, conclui-se que poderia ser aplicado um questionário, apenas com as mulheres (sem a participação dos homens), no intuito de entender melhor sua participação na Associação das Colônias, no qual houve a pretensão de se abordar sobre a autonomia da mulher através da venda dos produtos processados-panificação nas cozinhas comunitárias da Associação das Colônias (Apêndice 1).

2) Aplicação do questionário com as 17 (dezesete) mulheres associadas.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa classifica-se também como levantamento, uma vez que o estudo enfocou uma situação, um fenômeno particular, relacionado à fabricação de produtos processados-panificação – produzidos pelas mulheres, nas cozinhas comunitárias e também os produtos *in natura* na distribuição as escolas.

Conforme Yin (2005), ao se adotar o levantamento como procedimento técnico, pode-se utilizar documentos, registros em arquivos, entrevistas ou questionários como instrumentos de coleta de dados.

Por meio de levantamento, um dos procedimentos técnicos adequados para coleta de dados, conforme as literaturas sobre metodologia científica, é o questionário. Trata-se de um instrumento formal de registro de um conjunto de dados coletados junto aos sujeitos da pesquisa, cujas respostas permitem ao pesquisador realizar inferências na sua análise (LUNA 2007). Para o uso desse instrumento, na

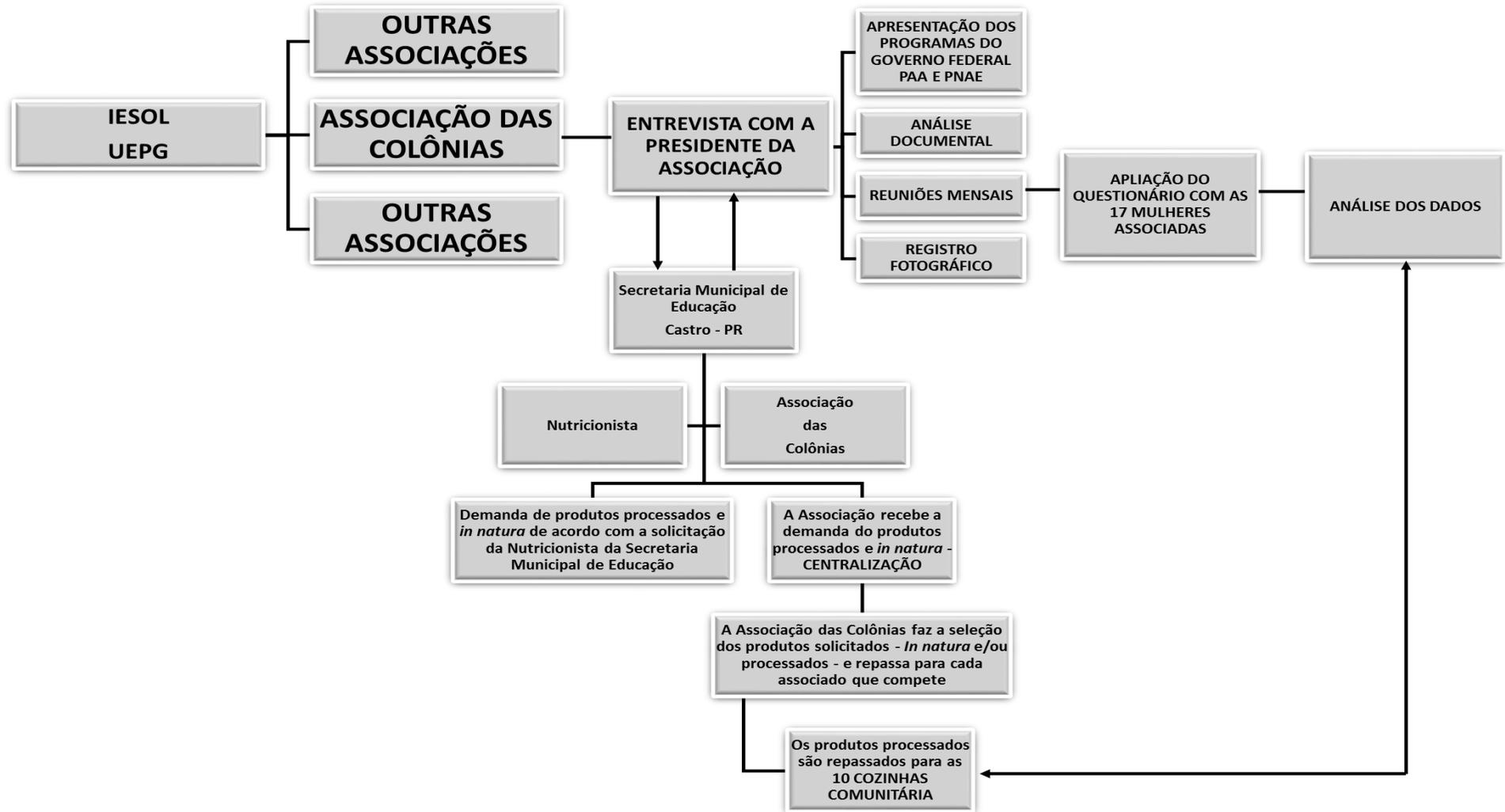
investigação, foi necessário o desenvolvimento de questões divididas em três blocos de constructos em consonância com os objetivos específicos a serem alcançados: Bloco I – Perfil das Mulheres Associadas; Bloco II – Produção das Associadas versus a renda familiar; Bloco III – Economia Solidária para a contribuição da autonomia feminina.

O primeiro constructo refere-se ao perfil sócio-econômico das mulheres. O constructo seguinte reporta-se à produção versus a renda, ou seja, questionou-se quanto aos produtos; à produção; faixa de renda, entre outros. Já o terceiro constructo aborda-se a Economia Solidária e a contribuição da mesma para autonomia das mulheres, com evidência no aprendizado adquirido em reuniões proporcionadas pela Associação das Colônias junto ao projeto desenvolvido pela IESOL, um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e também quanto a autonomia.

3) Foram realizadas visitas à Associação das Colônias, previamente agendadas por e-mail e/ou telefone com a Presidente da Associação. O período das visitas para preenchimento do questionário deu-se em setembro e outubro de 2015; nas quais era explicado o motivo da pesquisa desenvolvida na Associação das Colônias e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento obrigatório da Plataforma Brasil (Anexo 3). Em seguida, foram entregues os questionários para serem respondidos e recolhidos para tabulação e transcrição dos dados, por constructo, para serem apresentados em blocos, compondo a análise dos resultados deste estudo.

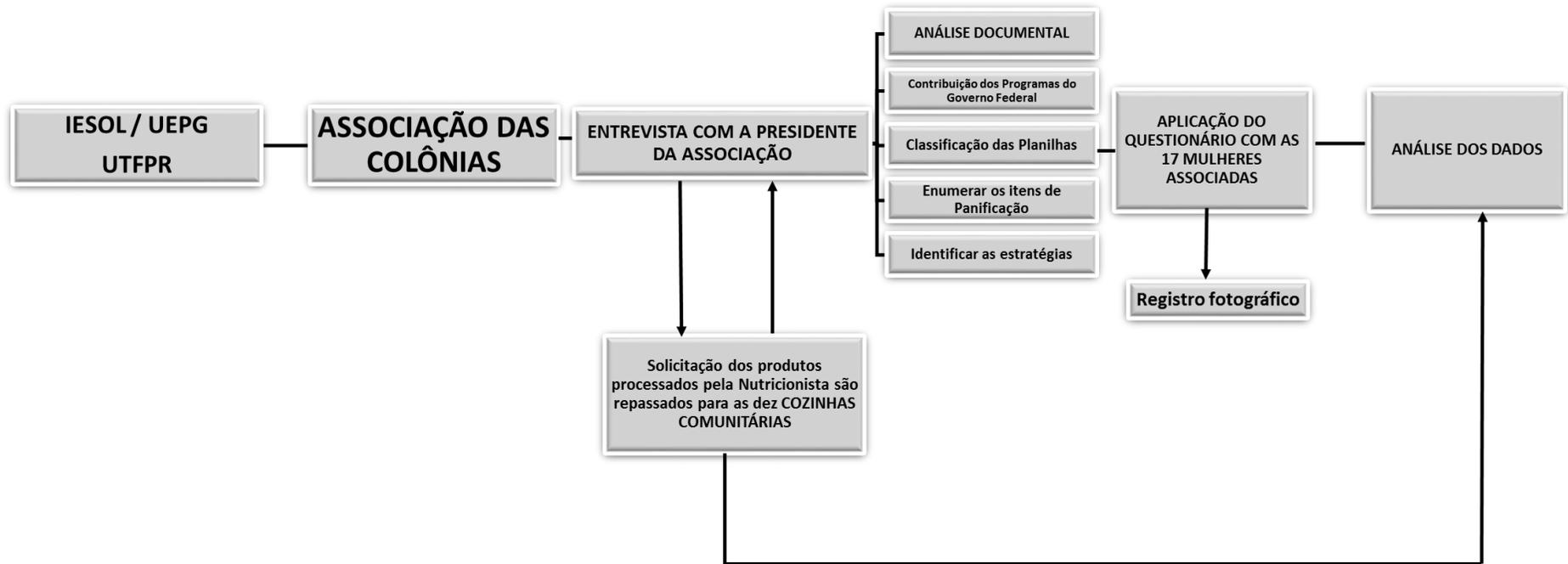
4) Ao final do trabalho, realizou-se uma análise quantitativa e qualitativa com os dados coletados na Associação das Colônias, tanto com relação ao questionário aplicado quanto ao diagnóstico das planilhas de produção (Anexo 2 e Apêndice 1). Na Figura 3 está ilustrado o primeiro encontro com a IESOL e entrevista com a Presidente da Associação das Colônias no que se refere aos produtos processados – panificação. A Figura 3.1 demonstra a etapa seguinte da entrevista, na qual procurou-se entender melhor a participação da Secretaria Municipal de Educação de Castro.

Figura 3: Organização geral das etapas envolvidas desde o primeiro encontro com a IESOL e a Presidente da Associação das Colônias.



Fonte: Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Figura 3.1: Organização geral das etapas envolvidas na Associação das Colônias desde a solicitação efetuada pela Secretaria de Municipal de Educação até a distribuição dos produtos *in natura* e processados—panificação nas escolas da zona urbana e rural do município de Castro - PR.



Fonte: Autora: Araújo, A.L. de (2016).

3.5.1 População e amostra

Para Silva; Menezes (2005, p.32), população ou universo da pesquisa “é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”. Desta forma, a população é constituída pelos membros da Associação das Colônias, localizada no município de Castro no estado do Paraná. No que tange a amostra, as autoras Silva; Menezes (2005, p.32) definem como sendo a “parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra”. Assim, a amostra deste estudo é determinística, do total sessenta e oito famílias associadas, foram entrevistadas apenas as mulheres, dezessete associadas, as quais serão numeradas e tratadas como “MASS-1, MASS-2, MASS-3, MASS-4, MASS-5, MASS-6, MASS-7, MASS-8, MASS-9, MASS-10, MASS-11, MASS-12, MASS-13, MASS-14, MASS-15, MASS-16, MASS-17” (MASS–Mulher Associada), ou seja, 100%, das associadas.

Entretanto, encontram-se agregados à Associação das Colônias os alunos matriculados nas escolas, pois a distribuição dos produtos *in natura* e processados-panificação tem como referência a quantidade de alunos em cada escola. Assim, em 2012 a quantidade de alunos matriculados foi de 7.524 (sete mil quinhentos e vinte e quatro); e 7.370 (sete mil trezentos e setenta) em 2013, nas escolas do município de Castro no estado do Paraná. Esse município tem vinte e seis escolas na Zona Urbana e quatorze escolas na Zona Rural (INEP, 2015). Participou também desta amostra uma população de dezessete mulheres associadas que fazem parte do Projeto Cozinha Comunitária. Esse projeto, por sua vez, contempla dez cozinhas comunitárias que produzem produtos processados–panificação – para a merenda escolar do município de Castro – PR.

A Secretaria Municipal de Educação, do município já citado, no período de 2012 e 2013, por intermédio da Nutricionista, solicitou semanalmente produtos *in natura* e processados–panificação, conforme a Tabela 3 e 4, à Associação das Colônias. Esses foram repassados às escolas da zona urbana e rural com a finalidade do preparo da merenda escolar para os alunos, sendo integrantes do cadastro nos programas de políticas públicas do Governo Federal PNAE e PAA. Esses produtos fazem parte do cardápio da merenda escolar (Anexo 1).

3.5.2 Documentos fotográficos

A Associação das Colônias foi selecionada a participar da pesquisa por fazer parte do objeto de estudo e por atender aos requisitos dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA, PNAE com os produtos *in natura* e processados-panificação. O produto processado despertou maior interesse para esta pesquisa por fornecer subsídios quanto à autonomia das mulheres na associação.

A pesquisa foi dividida em duas partes. Na primeira, teve-se acesso aos dados quantitativos (Anexo 1), através de planilhas disponibilizadas à pesquisa para que fosse analisado todo o processo de solicitação dos produtos *in natura* e processados - panificação pela Nutricionista da Secretaria de Municipal de Educação à Associação das Colônias. Na segunda parte, foram aplicados questionários com as mulheres – análise qualitativa (Apêndice 1) – da associação onde a pretensão foi analisar a autonomia feminina.

Na pesquisa de campo também foi realizada a produção de um documentário fotográfico. A fotografia é tomada pelo pesquisador como um documento de sociabilidade, que expressa a diversidade de mentalidades e de perspectivas que se refletem na composição fotográfica e expressam a vivência e a experiência diferencial de classes sociais, sendo que “[...] a fotografia não é apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar. Não é nem mesmo e tão-somente instrumento para pesquisar. Ela é construtiva da realidade contemporânea e, neste sentido, é, de certo modo, objeto e também sujeito [...]” (MARTINS, 2009, p. 17).

Além disso, a fotografia fornece muito mais do que está exposto externamente, ela fornece indicações sobre a realidade retratada, e também, sobre o olhar daquele que a produziu. Através da fotografia, o leitor pode reconstituir parte do ambiente e do estilo de vida, como também certas características do cotidiano das agricultoras pesquisadas e, possibilita uma maior compreensão analítica do objeto/sujeito.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados adquiridos foram organizados e apresentados sob a forma de Figuras, sugerindo uma reflexão analítica que permite explicar o comportamento, o viver e o modo de produção dos agricultores e das agricultoras familiares da Associação das Colônias. O conjunto de informações obtidas, por meio da pesquisa teórica, documental e de campo, permitiu entender a realidade da agricultura familiar da Associação das Colônias, a importância do papel das mulheres para a sobrevivência e a permanências das famílias no campo, conforme as fotos expostas a seguir.

A Figura 4 apresenta a Cozinha Comunitária equipada para produção dos produtos processados – panificação. Na foto a, observa-se a cozinha comunitária com a balança, a pia para higiene e preparo dos produtos, um refrigerador e um freezer. Esses últimos doados pela Consul, através um projeto da IESOL/UEPG em parceria com a Associação das Colônias. A cozinha conta também com forno industrial elétrico e forno semi-industrial. Ressalta-se que esse espaço possui uma área para armazenamento da produção dos produtos processados – panificação – em local apropriado, com porta e janelas com tela, armário com prateleiras, além de outros equipamentos, foto b, tais como: chaleira elétrica, micro-ondas e máquina seladora para fechar as embalagens plásticas dos biscoitos e pão de mel.

A Cozinha Comunitária foi construída (foto c) sob orientação da Política Municipal de Segurança Alimentar, Lei. 11.346/2006, (BRASIL, 2006) para prever um atendimento da produção dos produtos processados–panificação – às escolas a partir de um cardápio devidamente elaborado por nutricionistas. Periodicamente, são realizadas visitas e acompanhamentos em parcerias com os Agentes Comunitários de Saúde (AGS), sob a atenção do Posto de Saúde da Família (PSF) local e também pela Vigilância Sanitária do Município, a fim de verificar os níveis de satisfação quanto ao processamento, manipulação, aproveitamento de alimentos, assim como saúde, nutrição e higiene pessoal. A área da Cozinha Comunitária mede aproximadamente 50m².

Figura 4: Ilustração de uma das Cozinhas Comunitárias da Associação das Colônias – ambientes internos e externos



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

A Figura 5, a seguir, apresenta o grupo de mulheres associadas participando do 1º Curso de Panificação em 2012, fundamental para a concretização e implantação do Projeto Cozinhas Comunitárias. Essa iniciativa da Associação veio a incrementar e a aprimorar o conhecimento empírico trazido de gerações, fortalecendo o desempenho da Associação das Colônias. Neste conjunto de fotos, têm-se uma ideia dos principais produtos processados—panificação pelas mulheres, como: biscoito caseiro, broa de centeio, cuca caseira, pão caseiro, pão caseiro integral, pão de leite, pão de mel, pão de milho, pão de sementes, e pão enriquecido.

Portanto, com a cozinha já construída e a produção implementada foi necessária a criação da logomarca da Associação das Colônias, idealizada e elaborada pelos próprios associados (Figura 6) para a comercialização dos produtos, fornecendo a esses a identificação de origem. Essa logomarca é utilizada nas embalagens dos produtos entregues às escolas da zona urbana e rural na cidade de Castro – PR.

Figura 5: 1º curso de Panificação na Associação das Colônias em 2012



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Figura 6: Logomarca da Associação das Colônias.



Fonte: Associação das Colônias

Os produtos como doces, compotas, frutas cristalizadas e geleias ainda se encontram em fase de experimentação para comercialização nas escolas da zona

urbana e rural do município de Castro-PR, entretanto, algumas associadas já os produzem e comercializam de forma independente, “*delivery*”¹²; como também comercializam dessa mesma forma os produtos *in natura* (Figura 7).

Figura 7: Curso de Processamento de Alimentos (boas práticas de fabricação) - reaproveitamento de frutas para confeccionar doces, geleias, frutas cristalizadas e compotas; também Kit sopa e abóbora (embalados a vácuo) e comercialização de produtos *in natura* “*delivery*”



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

¹² Os produtos “*delivery*” são embalados conforme as normas de orientação e boas práticas da Resolução SESA nº 748/2014; possuem a logomarca de onde esse produto é colhido; os mesmos são entregues em cestas de vime com o nome do cliente. Os mesmos estão representados nas duas últimas figuras do bloco acima.

Os cursos realizados na Associação das Colônias têm por objetivo habilitar as mulheres para coordenar o desenvolvimento dos processos produtivos de alimentos seguros, avaliando a qualidade das matérias primas, dos insumos e dos produtos alimentícios, bem como garantir o funcionamento de máquinas, equipamentos e instrumentos, tendo em vista a produção para consumo humano, de acordo com normas e legislações sanitárias, ambientais, de segurança no trabalho e da qualidade. Com a capacitação das mulheres através do curso de processamento de alimentos (boas práticas de fabricação), apresentado nas Figuras 5 e 7, a Associação das Colônias já produz: Aipim e abóbora descascados, Kit sopa, milho verde; todos embalados a vácuo; também é produzido molho de tomate.

As mulheres da Associação das Colônias não se capacitaram unicamente em cursos de processamento de alimentos; elas tiveram a oportunidade de participar de um curso sobre o cultivo de flores (Figura 8). Esse curso foi realizado em Curitiba-PR, nele, as associadas puderam visitar *in loco* um plantio de flores e, logo após, decidiram praticar o que haviam aprendido. Na Figura abaixo, pode-se perceber os primeiros resultados; porém este projeto, no momento, encontra-se em fase de aprimoramento.

Figura 8: Seleção das mudas e cultivo de flores na Associação das Colônias



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

A Associação das Colônias se reúne com os associados sempre na última quinta-feira de cada mês, cumprindo o calendário estabelecido em assembleia realizada na primeira reunião do ano. Essas reuniões são estabelecidas em assembleias e é registrado em ata. Nessas reuniões mensais, a Associação apresenta os projetos que estão sendo executados ou aqueles que ainda estão em discussão; além disso aprecia propostas de cursos, palestras, entre outros; há também o demonstrativo financeiro do mês, e o repasse de valores que cada associado irá receber naquele mês, informa também se houve acréscimo ou diminuição da produção dos produtos *in natura* e processados-panificação, bem como apresenta o volume total de devolução (se existiu) por parte das escolas acompanhado de um laudo da Nutricionista sobre a quantidade devolvida. Em uma dessas reuniões, conforme foto abaixo, a convite da Associação das Colônias e também da IESOL, teve-se a oportunidade de participação para aplicação do questionário dessa pesquisa. A sua pauta foi sobre Crédito Solidário.

Figura 9: Reunião da Associação das Colônias e aplicação do questionário desta pesquisa



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

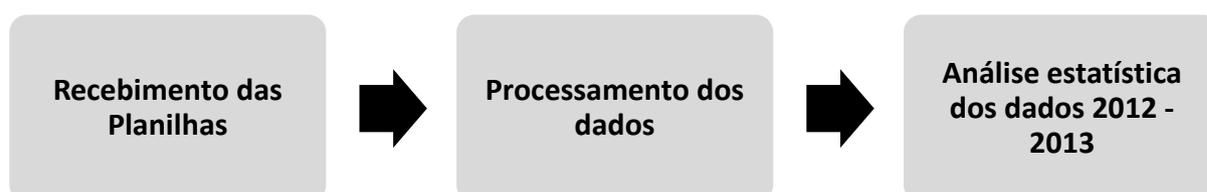
4.1 TRATAMENTO DOS DADOS

No que se refere ao tratamento de dados utilizado na pesquisa, primeiramente foi realizada uma análise quantitativa por meio dos resultados das planilhas (Anexo 1) produzidas pela própria Associação das Colônias. Posteriormente, o trabalho foi complementado com a aplicação de questionário (Apêndice 1, com perguntas estruturadas e semiestruturadas, para o delineamento da autonomia das mulheres no que diz respeito a produção de produtos processados – panificação.

As planilhas utilizadas para indicar o quantitativo da produção a ser entregue dos produtos *in natura* e processados-panificação nas escolas solicitadas pela Nutricionista (Anexo 1) foram desenvolvidas pela Presidente da Associação no

programa Microsoft Excel e servem como um documento para controle da Associação das Colônias. Essas planilhas foram repassadas a pesquisadora na forma de documentos (ainda sem nenhum estudo anteriormente) para que pudessem ser analisadas quantitativamente, e construído um modelo de melhor compressão para essa pesquisa (Anexo 2), a fim de se entender melhor a distribuição dos produtos *in natura* e processados nas escolas tanto da zona urbana quanto da zona rural, conforme Figura 10.

Figura 10: Etapas de análise quantitativa da pesquisa



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

No recebimento das planilhas, a primeira etapa constou da separação por categoria (frutas, verduras e panificação) e compreensão da produção nos anos de 2012 e 2013. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica (Microsoft Excel). Em posse dos dados já segregados, realizou-se a análise estatística descritiva, buscando identificar informações relevantes, por meio da distribuição de frequências que, de acordo com Triola (2008), tem por objetivo a organização e resumo dos dados, que permite auxiliar a entender a natureza da distribuição do conjunto de dados (Anexo 2).

Quanto à análise qualitativa dos dados, um dos procedimentos técnicos adequados para coleta, conforme as literaturas sobre metodologia científica, é o questionário (Apêndice 1), instrumento formal de registro de um conjunto de dados coletados junto aos sujeitos da pesquisa, cujas respostas permitem ao pesquisador realizar inferências na sua análise. O sujeito da pesquisa passou a ser o grupo de mulheres. Isso acontece porque para Kant (1999), o mundo não existe sem o sujeito, isto é, todo objeto do conhecimento só existe em função de um sujeito que o capta e o conhece, mas é capaz de conhecer o fenômeno conforme este se apresenta ao mesmo.

A própria autora do trabalho realizou a pesquisa de campo, participando dos eventos, das reuniões, das entrevistas e da aplicação dos questionários. Dessa forma, as observações empíricas foram realizadas a partir de março de 2015, quando se

iniciou a execução do projeto de pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre abril e maio do mesmo ano e, a aplicação dos questionários aconteceu nos meses de setembro e outubro de 2015.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

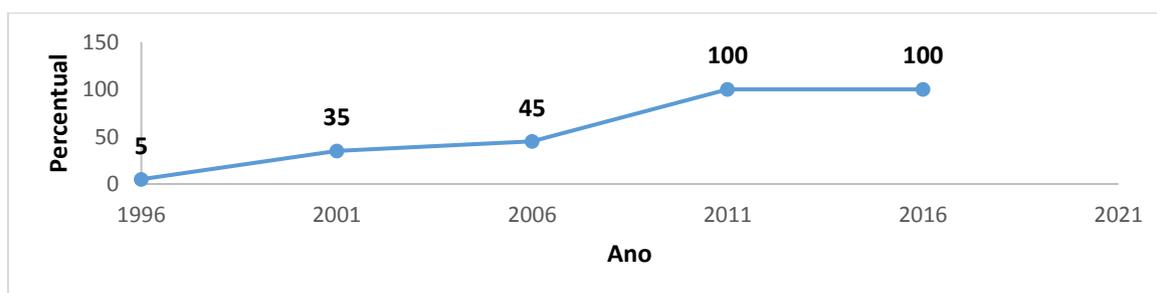
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COLÔNIAS IAPÓ, SANTA CLARA E VIZINHANÇA

As Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, localizadas na cidade de Castro – PR (Mapa 1), foram colonizadas por povos eslavos (poloneses, ucranianos, tchecos e albaneses) que fugiram devido à invasão russa em seus países de origem, cujo núcleo fundacional ocorreu em 1920, composto essencialmente, por lavradores. Esses imigrantes enfrentaram diferentes dificuldades no processo de adaptação aos padrões culturais e climáticos do Brasil, dentre os quais se registra a indiferença das autoridades brasileiras com a implantação das colônias. Para garantir a sobrevivência uniram-se, a fim de abrir lotes de dez alqueires, adquiridos e destinados a cada família, e formaram um núcleo comum onde construíram o centro comunitário, a igreja e a escola.

A dificuldade relativa às estradas e aos meios de transporte das colônias até a cidade de Castro favoreceu o crescimento do sistema de subsistência entre as famílias de colonos e da diversificação de atividades. Ao mesmo tempo, esse contratempo, veio a prover as diferentes necessidades produtivas e de consumo, possibilitando o uso da mão de obra familiar, do espaço e dos recursos naturais e econômicos disponíveis (GOLTZ, 2015).

Em 1996, desde a criação do PRONAF, algumas famílias que compõem as colônias começaram a utilizar-se dos programas de políticas públicas, visto que nem todas estavam aptas a acessar essa política de financiamento. No decorrer dos anos, os agricultores foram se aprimorando, como pode ser visto a partir do Gráfico 1.

Gráfico 1 - Produtores aptos e inaptos com documentação para cadastro nos Programas do Governo Federal (PAA e PNAE)



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Dentre os fatores que impediam a participação no referido Programa estão: documentação incompleta ou inadequada dos terrenos, atraso no pagamento do ITR (Imposto Territorial Rural), vencimento do cadastro no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a falta de nota de produtor para a grande maioria dos produtores sem possibilidade de comprovarem sua atividade. As exigências da entidade financeira até o ano de 2003 eram quase impossíveis de serem cumpridas pelos agricultores familiares sem assistência técnica adequada (GOLTZ, 2015).

As modificações implementadas no segundo ano da gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva possibilitaram a inclusão dos agricultores até então excluídos do crédito agrícola. A criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no ano de 2003, foi a largada para inclusão dos produtores no processo de crédito, pois, concomitantemente, criou-se, também, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento que identificava a agricultura familiar e atribuía direito ao produtor participar desse e de outros programas destinados a este segmento da agricultura (WITTMAN, BLESCH, 2015). Inicialmente, nem todas as categorias da DAP possibilitavam acesso às diferentes linhas do PAA. A DAP, tipo B, ou DAP Social, que embora enquadrasse os produtores para o programa, não dava direito de acesso ao crédito para receber o provento do Governo Federal (idem).

No ano de 2004, com a ajuda das técnicas em economia doméstica do CTP (Centro de Treinamento para Pecuaristas), entidade que atua no interior do Município de Castro fazendo orientação aos pequenos produtores, foi elaborado o primeiro projeto de PAA com participação de produtores das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança. Através dos cursos oferecidos pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), os produtores adequaram suas hortas ao cultivo orgânico e, em 2008, conseguiram a certificação dos seus produtos através da Certificação Participativa, formando o Grupo 4S do Núcleo Maurício Burmester do Amaral, dentro da REDE ECOVIDA, na cidade de Curitiba. No ano de 2009, os agricultores familiares das colônias formaram uma associação para coordenar os projetos do PAA e também os relativos ao PNAE, com o nome de Associação das Colônias.

Com o fortalecimento do PNAE, em 2009, pelo Governo Federal, a agricultura familiar ganhou um novo mercado de comercialização, graças ao incentivo da lei, nº 11.947/2009. Esta determina que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda nas escolas brasileiras devem ser destinados à aquisição dos produtos da agricultura familiar (FNDE, 2015).

A Associação das Colônias através da contribuição dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE distribui os produtos *in natura* e processados – panificação – que compõe o cardápio das escolas no município de Castro - PR. Esse cardápio visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e que atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional (GOLTZ, 2015). Precisamente no ano de 2010, o município de Castro criou um setor específico dentro da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente para trabalhar com a agricultura familiar (GOLTZ, 2015).

Com o incentivo da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, em fortalecer os agricultores familiares, foi criada a Associação dos das Colônias. Concorde-se com Pinheiro (2001) quando o autor destaca que, via de regra, a organização de produtores está relacionada a temas como a obtenção de crédito agrícola e melhoria das condições de produção e comercialização, na resolução de problemas que ganharam espaço na medida em que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país.

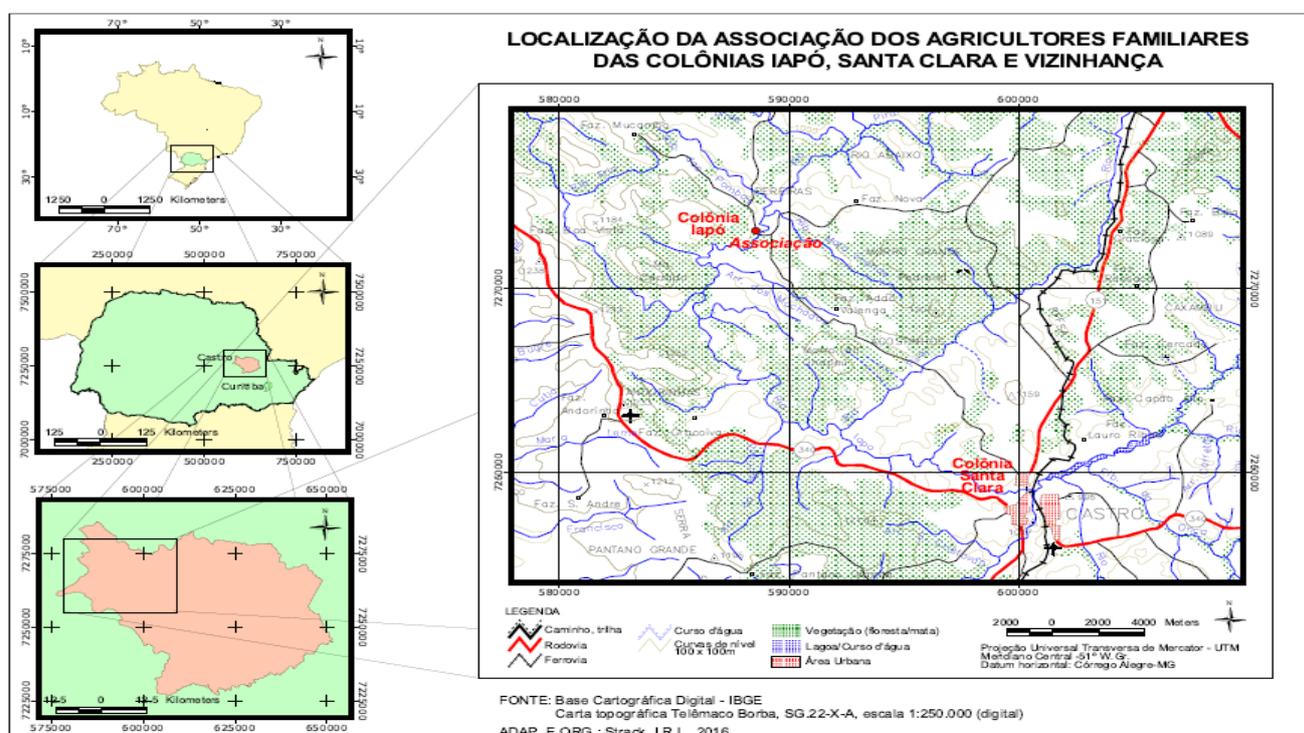
A Associação das Colônias, atendendo a todos os requisitos legais de Associativismo, começou a entregar os produtos provenientes da agricultura familiar para a merenda escolar do município, respondendo à chamada pública do município para produtos hortifrutigranjeiros. No entanto, a falta de estrutura dos agricultores não atingia a produção necessária para cobrir os 30% da merenda escolar e os ânimos arrefeceram.

A partir desse momento, as mulheres das colônias resolveram se envolver no processo, utilizando os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação ministrados pelo SENAR para oferecer produtos processados–panificação na merenda escolar. Segundo a Presidente da Associação: *“Havia à vontade, mas as dificuldades eram muitas, pois tínhamos que ter um local onde fabricar o pão e não podia ser em casa”*.

Assim, surgiu a ideia do Projeto Cozinha Comunitária, visando capacitar as mulheres na produção de produtos processados–panificados – e seria o primeiro passo para a autonomia dessas trabalhadoras. A Associação das Colônias providenciou a documentação exigida pela vigilância sanitária e outros órgãos competentes para o funcionamento da Cozinha Comunitária. *“Foi o dia mais festejado*

por nós, mulheres. Finalmente tínhamos um lugar para fazer pão, geleias e tudo o mais que a gente aprendeu e aprenderá nos cursos”, segundo o relato da MASS-11.

Figura 11 – Mapa de Localização da Associação das Colônias - 2016.



Fonte: IBGE, 2016 – ADAP. E ORG: Stack, 2016.

5.2 FORTALECIMENTO DA ASSOCIAÇÃO POR MEIO DOS PROJETOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O PNAE, conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar (BRASIL, 2013). Esse programa teve sua origem na década de 1940, apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal; em 1988, o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. A Associação das Colônias em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Castro-PR realiza palestras nas escolas sobre alimentação saudável e também proporciona a visita dos educandos às propriedades para que eles

possam ver como é feito o plantio e a colheita dos produtos *in natura*; quanto aos produtos processados-panificação, os alunos também conhecem todo o processo produtivo.

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja União, Estados e Municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII) (BRASIL, 2003). O Governo Federal, através do MEC, repassa o valor por dia letivo, para cada aluno aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, de acordo com a etapa de ensino (MEC, 2015):

- ✓ Creches – R\$ 1,20
- ✓ Pré-escola – R\$ 0,60
- ✓ Escolas indígenas e quilombolas – R\$ 0,72
- ✓ Ensino fundamental e médio – R\$ 0,36
- ✓ Educação de jovens e adultos – R\$ 0,32
- ✓ Ensino integral (Mais Educação) – R\$ 1,08
- ✓ Alunos que frequentam o atendimento educacional especializado no contra turno – R\$ 0,53

O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, através dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e do Ministério Público (MP) (FNDE, 2015).

Dentre esses, o FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, é o responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa. O montante dos recursos financeiros a ser repassado será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados no ensino pré-escolar e fundamental em escolas municipais e qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, utilizando-se para esse fim os dados oficiais de matrículas obtidos no censo escolar relativo ao ano anterior ao do atendimento, conforme demonstrado no Quadro 2 anteriormente relatado.

Os recursos financeiros da União são transferidos em dez parcelas mensais, para a cobertura de 20 dias letivos mensal, às entidades executoras (Estados, Distrito Federal e Municípios) em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal ou em outra instituição financeira oficial, inclusive de caráter regional. Não há necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento (MEC, 2015).

O PNAE repassou no período de 2012 e 2013 ao município de Castro – PR - os seguintes valores: em 2012, R\$ 568.968,00; e em 2013, R\$ 782.500,00; beneficiando as crianças matriculadas nas escolas da zona urbana e rural desse município, que fizeram pelo menos uma refeição ao dia (FNDE, 2015). Pode-se considerar o PNAE como maior programa de suplementação alimentar da América Latina, considerando o tempo de atuação, a continuidade, o compromisso constitucional desde 1988, o caráter universal, o número de alunos atendidos e o volume de investimentos já realizados, de acordo com os valores que o Governo Federal repassou a toda federação, como demonstrado no Quadro 2.

Diante do exposto, ressalta-se a importância social desses programas de políticas públicas do Governo Federal, não só para os alunos, mas para a agricultura familiar que pode fornecer produtos diversificados e regionais, necessários para merenda escolar, como garante a Constituição Federal. O FNDE (2015) apresenta os seguintes valores (ver Tabela 2) que foram pagos aos produtos adquiridos da Agricultura Familiar na cidade de Castro-PR.

Tabela 2 – Valores transferidos do PNAE a Prefeitura Municipal de Castro- PR para aquisição de alimentos oriundos da Agricultura Familiar

ANO	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
2012	568.968,00	63.436,86	11,15%
2013	782.500,00	190.516,86	24,35%
2014	738.810,00	335.322,23	45,39%

Fonte: FNDE, 2015

No ano de 2015, o PNAE por meio da Resolução FNDE/CD nº. 32, de 10/08/2006, repassou aos municípios da Federação o montante de um pouco mais que R\$ 3,693 bilhões, atendendo a 42,2 milhões de alunos, conforme demonstrado no Quadro 2. Seu objetivo central é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula e à formação de hábitos alimentares

saudáveis, contribuindo para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizado e rendimento escolar, mas tem como uma de suas diretrizes o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local (FNDE, 2015).

Por outro lado, as tradicionais políticas de desenvolvimento socioeconômico não têm sido capazes de acabar com as desigualdades regionais, perpetuando a pobreza rural e urbana até os dias atuais. O enfoque territorial do desenvolvimento local tem sido estudado há 30 ou 40 anos, mas foi a partir da década de 90 que entrou definitivamente na pauta de formulação e aplicação de políticas públicas, em âmbito municipal e intermunicipal (BENKO, 1995).

Na formulação da política de desenvolvimento local, considera-se a agricultura familiar como um segmento a ser dinamizado. Embora a produção familiar responda atualmente por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e ocupe 77% da mão de obra do campo (MDA, 2014), muitas vezes estes produtores não têm acesso às redes comerciais, sendo necessária a construção de “pontes” que os vinculem a outros agentes econômicos e sociais. A chamada “demanda institucional” constitui-se em um dos elementos que podem ser utilizados, de forma coordenada com outras ações, a fim de garantir mercado para esta produção. Sendo assim, o PAA, por meio do art. 19 da lei nº. 10.696, de 02/07/2003 (BRASIL, 2003), representou a criação de um mecanismo inovador de incentivo direto à agricultura familiar, produtores assentados da reforma agrária e pequenas agroindústrias, por meio da compra de sua produção.

O PAA é inserido no contexto das políticas estruturantes do Programa Fome Zero (INSTITUTO CIDADANIA, 2015), seu objetivo central é possibilitar a venda para a administração pública, de produtos agropecuários oriundos de agricultores familiares que se enquadrem nos grupos A ao D do PRONAF. Podem também participar os acampados da reforma agrária, os agroextrativistas, os quilombolas, as famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem-terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA nº. 111, de 20/11/2003), comunidades indígenas, pescadores artesanais, aquicultores familiares, e produtores familiares em condições especiais, desde que autorizados pela CONAB (MDS, 2015). Os beneficiários podem receber até R\$ 3.500/produtor/ano e acessam o PAA como produtores individuais ou grupos formais (Cooperativas e Associações) e informais, em que pelo menos 80%

dos sócios/afiliados sejam agricultores familiares enquadrados no PRONAF (CONAB, 2015).

A sua implementação é feita por um Grupo Gestor, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) — e composto pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento (MPOG) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), (Lei nº. 10.696, de 02/07/2003), cuja atribuição é definir as medidas necessárias para a operacionalização do Programa (BRASIL, 2003). A execução, no âmbito federal, é feita pelo MDA, MDS e MAPA; esse último por meio da CONAB. Além desses, o Programa conta com os “Gestores Locais”: Cooperativas e Associações de produtores familiares, Prefeituras Municipais, Conselhos Sociais locais e outras entidades locais que ajudam a operá-lo no município dando apoio logístico, de planejamento, de controle e de fiscalização. A fonte de recursos é o MDS, por meio do Fundo Nacional de Erradicação da Fome e da Pobreza e, a partir de 2006, o passou a ser do MDA (MDS, 2015; MDA, 2014). A partir de 2008, o PAA passou a contar com mais uma fonte de recursos com a edição do Decreto nº 6.447 de 07/05/2008, que estabelece a compra de alimentos da agricultura familiar com os recursos do PNAE, transferidos pelo FNDE. Outra decisão foi a inclusão do Ministério da Educação (MEC) no grupo gestor do PAA (CONSEA, 2015).

5.3 PRODUÇÃO *IN NATURA* E PRODUTOS PROCESSADOS NA ASSOCIAÇÃO DAS COLÔNIAS

Quando foi aceito o convite da IESOL em visitar a Associação das Colônias na cidade de Castro – PR, houve um relato das atividades praticadas pelos associados. Nesse relato, foi informado como as atividades eram distribuídas; ou seja, os produtos *in natura* oriundos da agricultura familiar e os produtos processados – panificação, esse são produzidos pelas mulheres nas Cozinhas Comunitárias.

Diante dessa descrição das atividades desenvolvidas pelos associados, despertou-se pela gestão e controle da produção dos produtos *in natura* e processados – panificação através das planilhas (Anexo 2). Esta pesquisa de posse das planilhas do período que compreende os anos de 2012 e 2013 construiu a análise dos dados quantitativos, optou por separar os itens por categorias, como: panificação,

frutas e verduras. Após essa separação, ordenou os dados para que tivessem um melhor entendimento a fim de se construir tabelas e gráficos (Anexo 2).

Na categoria Panificação, os produtos deste é medido em quilos, assim são os seguintes produtos: bolo comum; bolo de fubá; biscoito caseiro; broa de centeio; chineque; cuca caseira; doce de frutas; pão caseiro; pão de leite; pão de mel; pão enriquecido; pão de sementes; macarrão caseiro; e pão integral. Quanto à categoria Fruta, distribuídas por unidade, são elas: caqui; kiwi; laranja; ponkan; laranja pera; morango; e melancia. A categoria Verduras, solicitadas por quilo, encontra-se os seguintes itens: abobora; abobrinha verde; acelga; aipim descascado congelado; aipim/mandioca; alface; batata doce; batata inglesa; beterraba; brócolis; cebola; cenoura; cheiro verde; chuchu; couve flor; couve manteiga; ervilha; escarola; milho verde em grão “*in natura*”; milho verde espiga; milho verde s/ palha orgânico; milho verde s/ palha; pepino; picles; pinhão; repolho roxo; repolho verde; vagem.

Esses produtos são solicitados pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro – PR, semanalmente, pois os mesmos fazem parte do cardápio. A Tabela 3 abaixo apresentaram o resultado da análise quantitativa referente ao ano de 2012.

Tabela 3 – Quantidade de produtos *in natura* e processados–panificação – solicitados a Associação das Colônias durante o ano de 2012.

Categorias	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total-Ano
Panificação	0	0	0	7969	1602	0	2260	2562	2500	1803	1462	20.158
Frutas	0	0	0	5387	4387	0	2912	0	0	0	2415	15.101
Verduras	0	0	0	10177	2812	0	3065	1583	1168	742	49	19.596
Total	0	0	0	23533	8801	0	8237	4145	3668	2545	3926	54.855

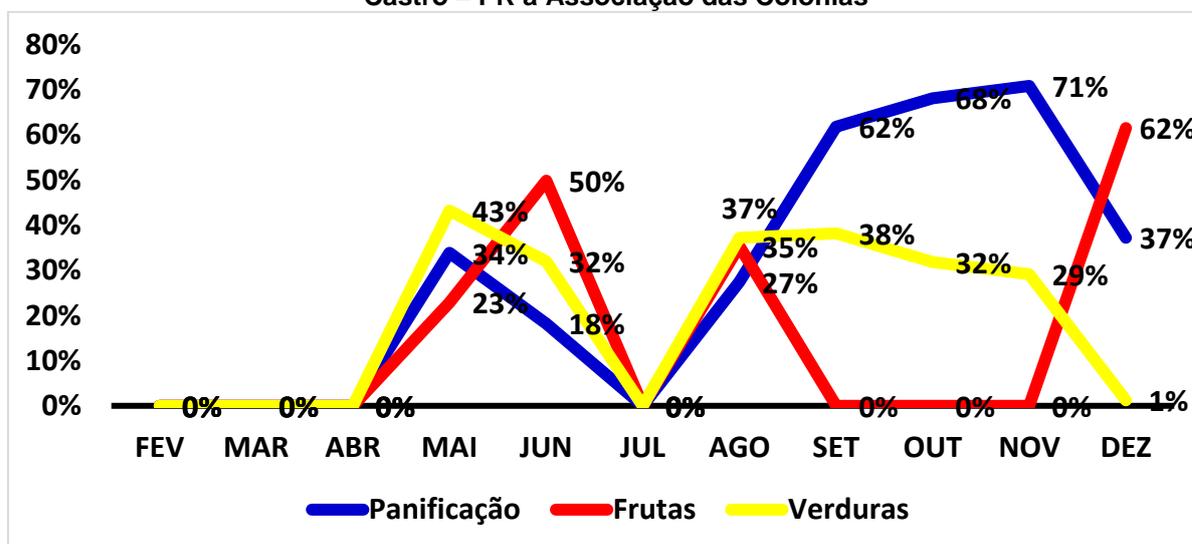
Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

A Tabela 3 apresenta a quantidade de produtos *in natura* e processados – panificação – entregues nas escolas da zona urbana e rural, atendendo à solicitação da Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro – PR. Os produtos panificados e as verduras são entregues por quilo; as frutas são entregues por unidade, ou seja, essa unidade representa a quantidade de criança matriculada por escola. Nessa planilha tem-se o total dos pedidos efetuados semanalmente, ou seja, no final de cada mês soma-se o que foi solicitado com o que foi entregue nas escolas e apresenta esse montante a Secretaria para ser efetuado o pagamento. Esse fluxo encontra-se demonstrado na Figura 15.

Sendo assim, o gráfico abaixo apresenta o resultado da solicitação mensal da Nutricionista à Associação das Colônias, a fim de atender a demanda do cardápio as escolas da zona urbana e rural referente ao ano 2012 por categoria (panificação, frutas e verduras). No ano de 2012, a produção dos produtos *in natura* e processados – panificação – foi muito irregular, devido a ser o início do processo de fornecimento; com isto observa-se que nos meses de fevereiro a abril não houve nenhum registro de produtos entregues as escolas municipais de Castro – PR.

No Gráfico 2, observa-se que a tendência dos produtos processados – panificação – é superior aos produtos *in natura* (frutas e verduras); isto ocorre porque nos produtos *in natura* há uma sazonalidade de produção, fazendo com que a produção não seja exata, regular, nos doze meses do ano. No mês de julho, não houve nenhum registro de solicitação da Nutricionista por ser mês de férias escolar; essa mesma análise dar-se-á em relação ao mês de dezembro.

Gráfico 2 – Distribuição dos produtos *in natura* e processados – panificação – nas escolas da zona urbana e rural no ano de 2012, solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR a Associação das Colônias



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

A Tabela 4 demonstra o resultado da análise das planilhas (ver anexo 2), referente ao ano de 2013. Nessa tabela também foi adotado o mesmo critério da separação das categorias, conforme descrito os produtos na tabela anterior.

Tabela 4 – Quantidade de produtos *in natura* e processados–panificação – solicitados a Associação das Colônias durante o ano de 2013

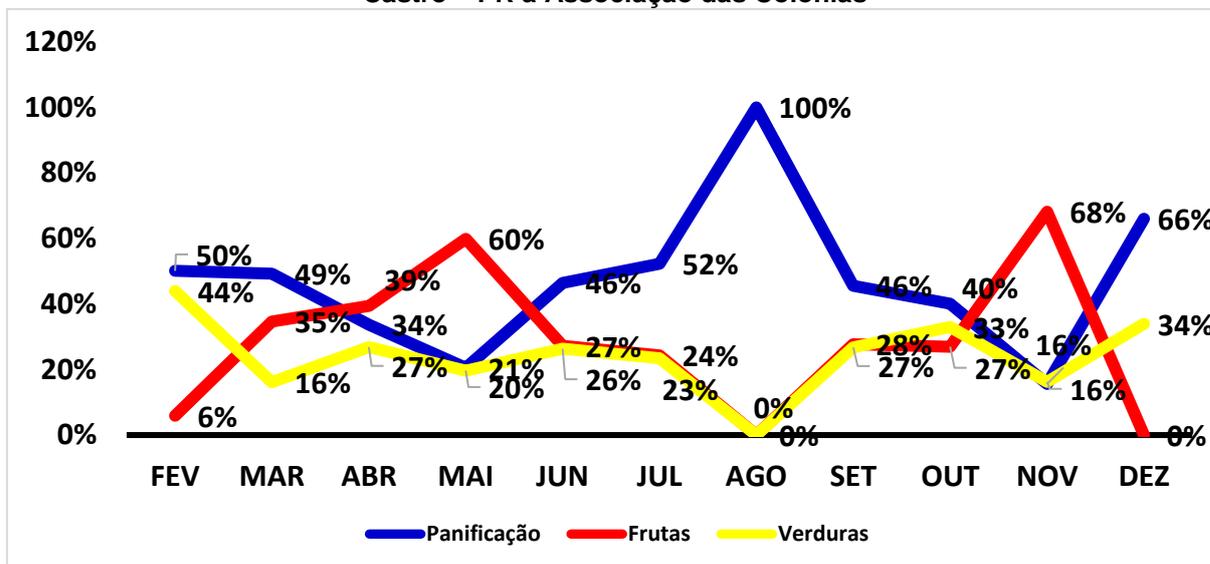
Categorias	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total-Ano
Panificação	1634	1728	2739	2131	2081	2632	1982	2005	2005	562	865	20.364
Frutas	193	1213	3205	6220	1221	1221	0	1221	1351	2457	0	18.302
Verduras	1434	565	2181	2043	1179	1179	0	1179	1651	585	445	12.441
Total	3261	3506	8125	10394	4481	5032	1982	4405	5007	3604	1310	51.107

Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Na Tabela 4, percebe-se uma distribuição dos produtos *in natura* e processados – panificação – desde o início do ano letivo até o seu término. Esse ano, em algumas escolas, teve atividades no mês de julho, por isso houve solicitação de produtos. Observou-se também que na categoria Panificação, nos meses setembro e outubro a solicitação pela Nutricionista e a entrega destes produtos pela Associação das Colônias foi igual, 2.005 (dois mil e cinco) quilos. Na categoria Frutas, nos meses junho, julho e setembro, houve uma solicitação idêntica da mesma quantidade 1.221 (hum mil duzentos e vinte e uma) frutas. E, não foi diferente na categoria Verdura, nos meses de junho, julho e setembro, 1.179 (um mil, cento e setenta e nove) quilos.

A Tabela 4 é representada no Gráfico 3 por seus respectivos percentuais dos valores que corresponde ao total de produtos entregues nas escolas da zona urbana e rural, vê-se que na categoria panificação, no mês de agosto, houve solicitação. Já na categoria de frutas e verduras não houve solicitação; não foi repassado o motivo nesta ausência

Gráfico 3 - Distribuição dos produtos *in natura* e processados – panificação – nas escolas da zona urbana e rural no ano de 2013, solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR a Associação das Colônias



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Tabela 5 – Comparativo dos percentuais dos produtos *in natura* e processados – panificação – solicitados a Associação das Colônias no período de 2012 e 2013.

Categorias	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Panificação 2012	0%	0%	0%	34%	18%	0%	27%	62%	68%	71%	37%
Panificação 2013	5%	49%	34%	21%	46%	52%	100%	46%	40%	16%	66%
Frutas 2012	0%	0%	0%	23%	50%	0%	35%	0%	0%	0%	0%
Frutas 2013	6%	35%	39%	60%	27%	24%	0%	28%	27%	68%	0%
Verduras 2012	0%	0%	0%	43%	32%	0%	37%	38%	32%	29%	1%
Verdura 2013	44%	16%	27%	20%	26%	23%	0%	27%	33%	16%	34%

Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Nesse comparativo de dados na Tabela 5, representados no Gráfico 4, observa-se que em alguns meses há uma evidência de dados. Essa comparação proporciona uma análise mais elucidativa dos dados que se teve acesso através das planilhas (Anexo 2) e que pudesse desses dados construir um arcabouço de entendimento, elucidando e demonstrando que neste momento já se consegue enfatizar que o estudo sobre a produção de panificados na Associação das Colônias corrobora para a autonomia feminina, devidos aos produtos processados terem maior destaque em produção e comercialização.

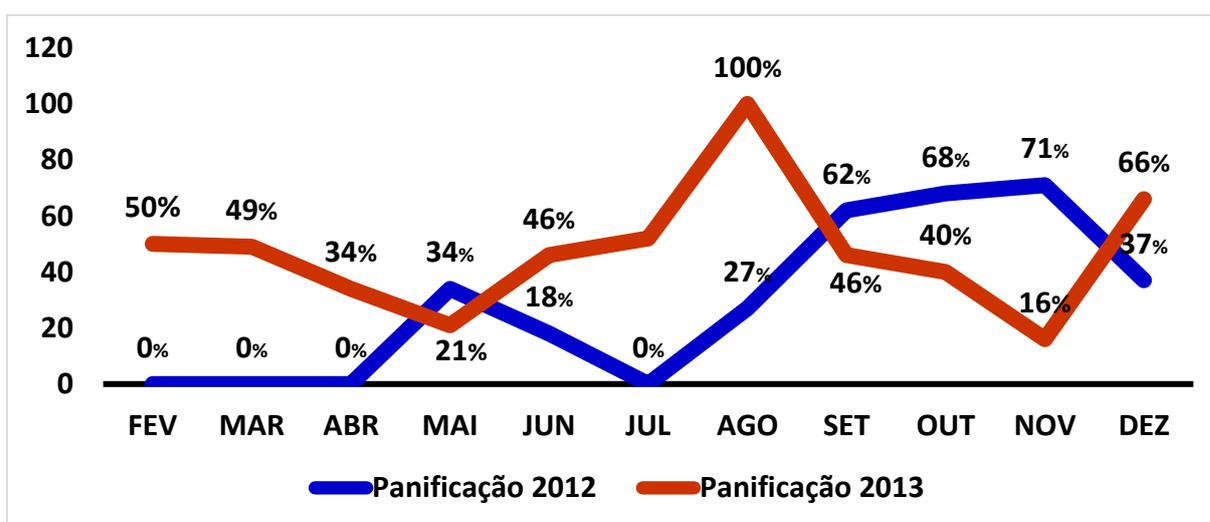
No Gráfico 5, observa-se que neste conjunto de dados na categoria Frutas, no ano 2012, quase não houve distribuição, isto devido ao início do processo de fornecimento dos produtos; e também pela sazonalidade das frutas nos onze meses

referentes ao período letivo, apenas oito meses existiu abastecimento nas escolas; em 2013, há evidências de encontros de valores nas distribuições que foram solicitadas à Associação das Colônias; como se vê em junho e outubro/2013 (27%).

O Gráfico 6, apresenta a distribuição da categoria Verduras; que no ano de 2012 tiveram dois meses com o mesmo percentual de abastecimento, junho e outubro (32%). No ano de 2013, os meses de março e novembro (16%) e abril e setembro – (27%). Por ser produtos orgânicos a produção sofre variação absoluta de clima, solo, e outros aspetos referentes à questão agrícola.

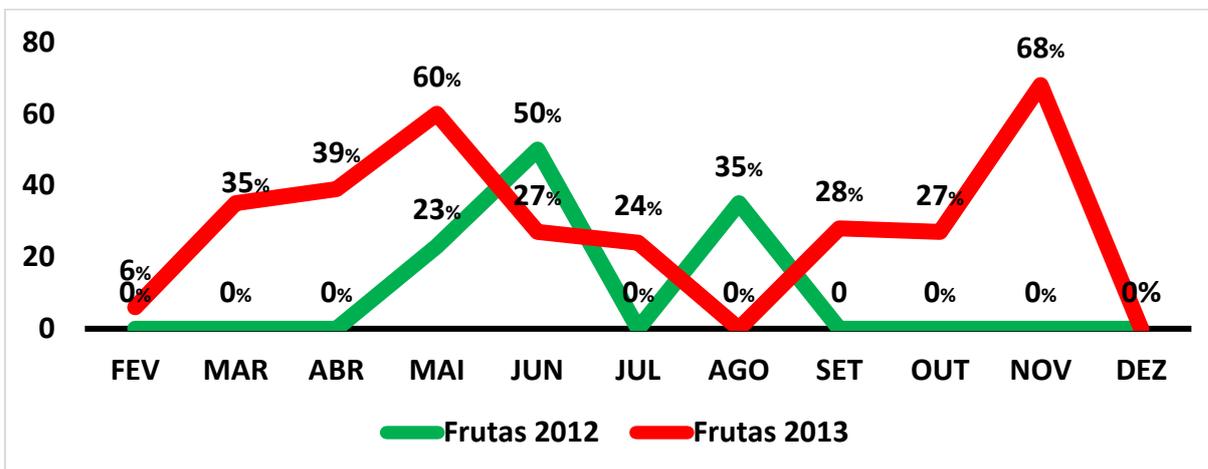
O Estado do Paraná possui uma vasta extensão territorial possibilitando que sejam produzidas inúmeras variedades de produtos. A produção paranaense de olerícolas é pulverizada por todas as regiões do Estado, com uma concentração maior em torno das grandes cidades, conhecidas como “cinturões verdes”. A produção de olerícolas possui algumas características que a diferem de outras culturas, isto é, por não necessitar de grandes áreas, a sua produção é uma alternativa atrativa para os pequenos agricultores. Outra característica desse segmento é a participação das famílias na agricultura. A maioria são culturas que demandam cuidados permanentes e diários, contribuindo também para evitar o êxodo rural, fazendo com que os produtores familiares permaneçam no campo (SEAB, 2013).

Gráfico 4 – Comparação dos Produtos Processados – panificação – no ano de 2012 e 2013, solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR a Associação das Colônias distribuídos nas escolas da zona urbana e rural.



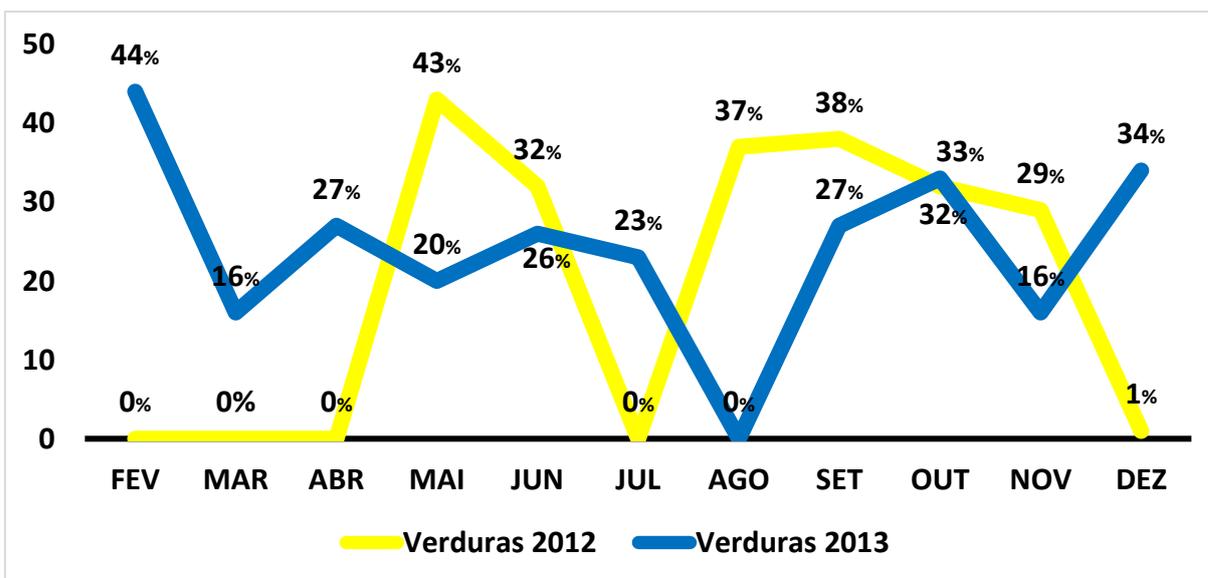
Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Gráfico 5 – Comparação dos Produtos *In natura* – Frutas – no ano de 2012 e 2013 solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR a Associação das Colônias distribuídos nas escolas da zona urbana e rural.



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

Gráfico 6 – Comparação dos Produtos *In natura* – Verduras – no ano de 2012 e 2013, solicitados pela Secretaria Municipal de Educação de Castro – PR a Associação das Colônias distribuídos nas escolas da zona urbana e rural



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

5.4 PERFIL DAS MULHERES ASSOCIADAS E PRODUÇÃO DE PRODUTOS PROCESSADOS-PANIFICAÇÃO

5.4.1 – Bloco I – Perfil das Associadas

Neste bloco I de perguntas, procurou-se construir o perfil das associadas quanto ao nome, idade, informação étnico-racial, escolaridade, estado civil, quantidade de filhos, local onde reside. As respostas foram muito variadas, por se tratar de questionamentos individuais. As mulheres que responderam esta pesquisa foram: MASS-1, MASS-2, MASS-3, MASS-4, MASS-5, MASS-6, MASS-7, MASS-8, MASS-9, MASS-10, MASS-11, MASS-12, MASS-13, MASS-14, MASS-15, MASS-16, MASS-17. Observou-se que a média de idade entre as mulheres é de 35 anos; porém há mulheres com idade 48, 50, 51, 53 anos; como também mulheres mais novas 20, 23, 24 anos. Predomina-se a cor branca entre elas. A escolaridade quanto ao ensino médio completo e quanto ao ensino fundamental incompleto foi idêntica em cinco respostas; duas possuem cursos superiores completo, uma possui ensino superior incompleto e quatro possuem ensino fundamental completo; mesmo tendo uma média de escolaridade relativamente baixa, as mulheres se consideram com um nível de escolaridade bom para o trabalho que desempenham, pois não exige muita habilidade de leitura e sim o conhecimento prático. Quanto ao estado civil das 17 respondentes, 14 são casadas. O número de filhos é variado, das 14 mulheres casada 11 possuem filhos; a média entre elas é de 3 a 4 filhos por mulheres casadas; com exceção de MASS-14, que tem 5 filhos. O sexo predominante nos filhos é feminino. Quanto à questão da residência se morou sempre da zona urbana ou zona rural; das 17 respondentes, 5 moraram na zona urbana antes de se casarem, as demais sempre moraram na zona rural. O perfil geral das agricultoras está apresentado na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Perfil das Mulheres Associadas

Nome da agricultora	MASS1	MASS2	MASS3	MASS4	MASS5	MASS6	MASS7	MASS8	MASS9	MASS10	MASS11	MASS12	MASS13	MASS14	MASS15	MASS16	MASS17
Idade:	51	30	24	48	23	44	20	38	36	50	53	20	31	38	24	32	33
Informação étnico-racial	BRANCA	PARDA	BRANCA	BRANCA	BRANCA	PARDA	BRANCA	PARDA	BRANCA	BRANCA	BRANCA	PARDA	PARDA	BRANCA	BRANCA	BRANCA	BRANCA
Escolaridade	ENS. SUP. COMP	ENS. MED. COMP	ENS. SUP. COMP	ENS. FUND. INC	ENS. MED. COM	ENS. FUND. INC	ENS. MED. COM	ENS. MED. COM	ENS. MED. INC	ENS. FUND. INC	ENS. FUND. COM	ENS. FUND. COM	ENS. MED. INC	ENS. FUD. INC	ENS. SUP. INC	ENS. FUD. INC.	ENS. MED. COMP
Estado Civil:	CASADA	SOLTEIRA	SOLTEIRA	CASADA	SOLTEIRA	CASADA	SOLTEIRA	CASADA	CASADA	CASADA	CASADA	CASADA	CASADA	CASADA	CASADA	CASADA	CASADA
A senhora tem filho?	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
Quantidade de filhos	4	-	-	3	-	4	-	-	3	3	4	2	2	5	-	3	2
MENINA	3	-	-	3	-	-	-	-	3	-	2	2	2	2	-	2	1
MENINO	1	-	-	-	-	4	-	-	-	3	2	-	-	3	-	1	1
A senhora sempre morou na Zona Rural?	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Se NÃO morou onde?	CURITIBA	-	CASTRO	-	-	-	CASTRO	-	-	-	-	-	CASTRO	-	-	-	CASTRO

Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

5.4.2 Bloco II – Produção das Associadas versus a Renda Familiar

De acordo com esta tendência neste bloco II de perguntas quanto a produção e a renda, observou-se certa dificuldade por partes das respondentes em apresentar o valor que elas recebiam pela venda dos produtos processados – panificação.

Do mesmo modo que Rossini (2002) descreveu em outros locais, o trabalho feminino das associadas possibilitou a participação crescente de mulheres brasileiras no mercado de trabalho é uma das mudanças sociais mais notáveis no país desde os anos 60. Com ela, padrões e valores relacionados ao papel social da mulher têm passado por mudanças, ou seja, reformulação de conceitos e atribuições tradicionalmente instituídos pela sociedade. O trabalho feminino permite que a mulher: possa alcançar sua independência econômica (autonomia financeira), além de contribuir e complementar o orçamento familiar; e aumentar suas expectativas de consumo.

Sobre a quantidade de produtos fabricados em cada cozinha comunitária, é diferenciada devido aos produtos produzidos por cada cozinha, como: molho de tomate, pães (integral, milho, leite, semente, enriquecido, caseiro), bolachas pão de mel, polpa de frutas, geleia, cuca, broa, kit sopa, mandioca e abóbora embalada a vácuo, e biscoito. Porém, a quantidade de quilos produzidos faz parte de um mesmo grupo como, por exemplo: quem fabrica pães, cuca, broa e biscoito, a quantidade de quilos varia em média de 113 a 230 Kg por mês; já quem fabrica molho de tomate, kit sopa, mandioca e abóbora embalada a vácuo e polpa de frutas, a média de produção é de 300Kg por mês; bolachas e pão de mel, 150Kg por mês. A produção é individual por cada cozinha comunitária.

A quantidade de horas dedicadas à produção desses produtos fica em torno de 20 horas por semana, durante dois a três dias, sendo: sábado e domingo; segunda e terça-feira; sexta, sábado e domingo; ou ainda terça e quarta-feira; é muito variável, depende da quantidade de produtos solicitados pela Nutricionista a Associação das Colônias. Das respostas obtidas apenas das associadas que trabalha todos os dias dedicados a produção porque além de ela produzir para os programas de políticas públicas do Governos Federal PAA e PNAE, ela vende porta a porta sua produção de pães, conseqüentemente ela é a que mais produz.

Como não é espantoso para ninguém, a quantidade de horas e dias que as mulheres trabalham em casa; um fator que mais chamou atenção nas respostas foi

que além de trabalharem as horas e dias relatados ainda cumprem com a sua “obrigação” em casa. Observou-se que elas responderam que o trabalho em casa não para, que se não fosse a hora de dormir trabalhavam 24 horas ininterruptas, os sete dias da semana, discurso de todas as associadas. Assim, as mulheres trabalham mais do que os homens. Na verdade, o uso do tempo da mulher é muito diferente do homem. “O tempo remunerado é maior entre os homens e o não remunerado é maior entre as mulheres”. A mulher gasta em média, mais de 30 horas de trabalho por semana com afazeres domésticos. Em certos ciclos da vida, o trabalho se torna extremamente intenso, isso ocorre quando se combinam o trabalho fora de casa com os afazeres domésticos e o cuidado das crianças pequenas (PASTORE, 2002, p. 92).

Perguntou-se se toda produção que as mulheres fabricavam era comercializada ou não, e foi unânime a resposta “sim”, isto é, a produção era destinada à merenda escolar, solicitada pela Secretaria Municipal de Educação através da Nutricionista que elabora o cardápio semanal e realiza o pedido dos produtos oriundos da agricultura familiar - *in natura* e processados - a Associação das Colônias. E que quanto à produção que é fabricada na sua maioria não há nenhuma dificuldade a ser produzida; apenas duas respostas apresentaram retorno contrário, uma especificou que a dificuldade encontrada diz respeito a falta de máquina apropriada para produção de bolachas, ou seja, para que houvesse uma uniformidade na fabricação das bolachas (com uma máquina as bolachas seriam padronizadas); no momento as bolachas são fabricadas sem uma uniformidade, sem um tamanho padrão. A outra resposta é quanto ao esforço físico para suportar as 20 horas semanal de produção em pé; principalmente para ser fabricado o molho de tomate e as polpas de frutas por não ter uma máquina “despolpadeira”¹³.

Foi questionado qual era a atividade principal desenvolvida pelas mulheres antes de participarem da Associação das Colônias; e obteve-se as seguintes respostas: “*dona de casa*”; “*estudava*”; “*trabalhava na lavoura*”; “*pecuária*”; “*ajudava o marido na produção de leite*”; “*na horta*”. E foi relatado que esse trabalho não era muito prazeroso, que muitas vezes não era rentável e também que essa atividade por si só não consegue fazer com que a mulher seja valorizada. As mulheres ainda declararam que hoje se consideram Produtoras de Panificação por terem uma renda e por terem horas de trabalho a cumprirem.

¹³ DESPOLPADEIRA - Máquina usada para extrair a polpa de frutas, de tomate, especialmente para a fabricação de sucos, doces e molhos.

Diante dessa realidade, indagou-se quanto era a renda recebida com a produção de produtos processados-panificação - fabricados nas cozinhas comunitárias, e as respostas variaram de um a três salários mínimos, dependendo da quantidade produzida no mês. Nessa mesma abordagem estava-se investigando se essa renda era suficiente ou não para o trabalho desenvolvido, e quase todas responderam que sim; *“que esse faturamento ajudava a completar a renda familiar”*; *“era satisfatória pelo fato de não trabalhar todos os dias”*; *“por suprir as necessidades da casa”*; *“porque os preços pagos pela produção eram justos e não há muito custo”*; *“pela independência conquistada pelo valor monetário que recebe”*; *por não ter que depender 100% da renda do marido*; e *“porque através dela conseguiu realizar alguns sonhos que seriam com certeza impossíveis, sem contar com o aumento da autoestima”*. Por todas essas respostas anteriormente apresentadas de terem um rendimento satisfatório dar-se-á em virtude de que a maioria, ou seja, 13 respondentes, não dispunha de nenhuma renda antes de fazer parte do projeto cozinha comunitária, e as demais que já tinham alguma renda, as respostas ficaram subentendidas tanto no valor, muito embora entendeu-se que não passava de dois salários mínimos, quanto na ocupação de *“delivery”*.

Verificou-se que com a renda recebida pelos produtos fabricados através do projeto cozinha comunitária, as mulheres responderam que se encontravam satisfeitas com a renda recebida, relataram o que já haviam adquirido, como: *“roupas”*, *“sapatos”*, *“geladeira”*, *“máquina de lavar roupa”*, *“batedeira”*, *“móveis e eletrodomésticos”*, *“fogão”*, *“carteira de motorista”*, *“cordeiros para investimento”*, *“cilindro elétrico”*, *“guarda roupa”*, *“televisão”*, *“benfeitoria para casa”*, *“conserto de carro”*, *“compra de carro para trabalhar”*, *“pagamento contas antigas”*, além disso, há quem respondeu que *“projeta construir uma casa nova”* e que *“conseguiu formar uma filha professora e um filho técnico em eletrônica”*, tudo por meio dessa renda. Isto representa a autonomia versus a qualidade de vida da trabalhadora rural.

Então, com toda essa independência financeira da mulher o nosso país ainda é caracterizado como machista; então há uma pergunta em que se questionou *como seu esposo ou companheiro enxerga sobre sua renda hoje?*; as respostas obtidas foram que: *“ele (o marido) acha bom”*; *“é mais uma fatia de pão na mesa”*; *“ajuda nas despesas de casas e no auxílio de manter os filhos”*; as vezes, *“existe um pouco de insegurança dele (do marido) sobre a minha independência financeira”*; *“ele (o marido) considera esta oportunidade maravilhosa”*; *“ele (o marido) está muito animado me*

ajudando”; “me dando força e apoio na produção e nas vendas”; “considera uma oportunidade de desenvolvimento”.

Quanto à questão de melhoria para produção de panificação, as associadas informaram que é necessário ficar atento, quanto aos padrões de higiene e boas práticas estabelecidos pela vigilância sanitária, a produtos como molho de tomate, kit sopa, mandioca e abóbora embalada a vácuo; elas abordaram que *“é sempre bom estar aberto para novos projetos e entregar em outros lugares (novos mercados)”*; *“melhorias são sempre bem vindas”*; *“produzir mais em menor tempo novos maquinários”*; *“aperfeiçoamento em novos cursos”*, e diante destas observações relatadas anteriormente, foi questionado se haveria possibilidade de melhoria para aumentar a produção; e no que diz respeito a essa questão, observou-se que as repostas foram: *“venda em supermercados e em outros lugares no município, hospitais”*; *“investimento em maquinários melhores para produtos de panificação”*; *“maior divulgação dos produtos fabricados nas cozinhas comunitárias”*; uma reposta destacou-se em virtude de informar que no momento da pesquisa a cozinha de MASS14 está sendo ampliada para que comporte uma amassadeira industrial com maior capacidade; e também está adquirindo um forno industrial maior para que ela possa produzir mais em um menor espaço de tempo.

5.4.3 Bloco III – Economia Solidária – contribuição para autonomia feminina

Neste constructo da pesquisa, contempla um aspecto importante quanto ao entendimento da economia solidária pelas associadas. A economia solidária, conforme já foi definida, é um fenômeno recente que tem obtido crescente visibilidade econômica, social e política. Ela diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente pelos grupos populares. Essas organizações destacam-se pela disseminação de valores solidários e práticas de autogestão, pela não exploração dos trabalhadores, a divisão equitativa de benefícios, pela produção ética e ambientalmente correta e pela criação de uma rede local, regional e internacional solidária

O primeiro questionamento da pesquisa, neste terceiro bloco, diz respeito ao conhecimento sobre economia solidária, já que a Associação das Colônias faz parte do Projeto Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais, desenvolvido pela IESOL, com o apoio da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG através

de um Projeto financiado pela PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Esse projeto tem a finalidade de contribuir para a consolidação de empreendimentos econômicos solidários em Ponta Grossa e cidades da região, seja através do processo de incubação para empreendimentos mais incipientes, seja através de assessorias a empreendimentos que já estão trilhando os caminhos da economia solidária, bem como financiar a compra de materiais e equipamentos para a consecução do objetivo precípuo de geração de trabalho e renda. O projeto, ainda, propicia a continuidade do trabalho que a IESOL vem desenvolvendo de assessorar tecnicamente os Empreendimentos de Economia Solidária (EESs), principalmente no que se refere à organização de produção e comercialização, a administração e autogestão, trabalhos burocráticos, necessidades jurídicas, entre outras, tendo para tanto a atuação de professores, alunos e funcionários de diferentes setores e áreas do saber da UEPG, através de professores supervisores vinculados a IESOL.

Aos EESs também são ministrados cursos e oficinas específicas, tanto em Economia Solidária como em conteúdo diretamente ligados ao ramo de atuação de cada Empreendimento. O curso de formação em economia solidária é considerado, não apenas pela equipe técnica bem como os grupos, como uma ação fundamental para o sucesso desse projeto. Considera-se que, para se ter uma associação ou cooperativa de trabalhadores, precisa-se de homens e mulheres cooperados e/ou associados. Baseado nessa percepção, para cada grupo incubado é ofertado um curso de formação em economia solidária de 80 horas – e 16 horas para os empreendimentos assessorados.

Duas ações comuns a todos os empreendimentos incubados são a elaboração de um plano de negócio e a aplicação e/ou desenvolvimento de tecnologias sociais. Contemplando uma visão de totalidade, outros aspectos também serão atendidos conforme a necessidade dos grupos de trabalho. Com a aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes, equipamentos e máquinas, e também a devida capacitação operacional, os EESs tem condições de melhorar sua renda coletiva, consolidando a sua inserção econômica e social, tendo condições, através da assessoria da IESOL, de estabelecer uma construção de Rede Solidária Regional, na qual as trocas de saberes e produtos poderão levar a melhores condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores participantes, como também fortalecer a ideia da Economia Solidária com alternativa de práticas econômicas e também de relações sociais, sempre com o objetivo do Bem Viver para todos.

Em síntese, são beneficiados diretamente pela IESOL 07 (sete) empreendimentos econômicos solidários – 4 (quatro) na modalidade de incubação e 3 (três) na modalidade de assessoria, cujo trabalho é revertido em incremento da renda e na vivência de uma forma mais justa e democrática de trabalho dentro dos princípios e valores da economia solidária. O projeto atende diretamente 275 (duzentos e setenta e cinco) trabalhadores de empreendimentos solidários, em que buscar-se o aumento de renda de cada um deles – 70% para os grupos incubados e 20% para os assessorados. Desta forma, o número de beneficiados indiretamente é de cerca de 940 (novecentos e quarenta) pessoas.

Diante desse aspecto, todas responderam que sim, que já tinham ouvido falar em economia solidária nas reuniões na Associação das Colônias promovidas pela IESOL; e o que elas entendiam por economia solidária era: *“preço justo pelo produto e colaboração entre as partes”*; *“pessoas unidas num só objetivo”*; *“economia onde todos se ajudam e crescem juntos”*; *“é quando um grupo de pessoas trabalha para o bem comum”*; *“é ajuda para pequenos produtores”*; *“é todos se ajudarem sem auto se beneficiar”*; *“trabalhar em conjunto”*; *“trabalho em grupo não individual”*; *“compartilhar saber e dificuldades”*; *“buscar a troca de experiências visando ajudar uns aos outros realizando o comércio entre os próprios produtores para conseguir matéria prima mais barata”*.

A Associação das Colônias montou um projeto com a finalidade de autonomia a mulher quanto ao potencial que as esposas dos associados tinham, já que elas ajudavam os maridos no trabalho do campo, mas também faziam pães caseiro, doces, geleias, bolos, etc. Diante desse projeto voltado especialmente para as mulheres, houve a motivação delas em participar do “Projeto Cozinha Comunitária”, então os convites para fazer parte da associação surgiram da própria Presidente, eleita em 2012, que já conhecia as mulheres porque os maridos já participavam da Associação das Colônias fornecendo produtos *in natura* para a merenda escolar mais de forma ainda muito principiante, foi quando Presidente tomou a iniciativa de entender melhor os programas de políticas públicas do Governo Federal – PAA e PNAE – e viu que além de produtos *in natura* também eram aceitos produtos processadas, então a Presidente elaborou o Projeto Cozinha Comunitária e convidou as mulheres associadas para fazerem parte deste projeto. Desse convite, muitas foram pela curiosidade de saber como era este projeto, outra foi convidada por uma pessoa já associada que participava, às vezes a mãe ou a sogra já participavam da Associação

das Colônias e apresentou o projeto com a finalidade de uma maior divulgação; e assim, se consolidou o Projeto Cozinha Comunitária no qual só trabalham mulheres na produção de panificação, molho de tomate, kit sopa, mandioca e abóbora embalada a vácuo, entre outros.

Portanto, a Economia Solidária reúne um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política (GUÉRIN, 2005). Para que isso ocorra efetivamente, é fundamental o estabelecimento de relações de confiança entre os membros. Muitas reuniões, conversas, debates e discussões são importantes para estabelecer a coesão necessária para que a economia solidária, de fato, aconteça. Na Associação das Colônia essa relação de confiança acontece, pois na última quinta-feira de cada mês os associados se reúnem para decidirem democraticamente o interesse coletivo.

O tempo que as mulheres têm de associadas não ultrapassa de quatro anos, esse também é o tempo do Projeto Cozinha Comunitária. Pode-se dizer que essa participação das mulheres nesse projeto é ainda muito recente, mas com muita força de vontade em crescimento e aprimoramento; mesmo neste processo de ser iniciante, foi perguntado se a associada pretendia continuar produzindo os produtos processados- panificação, e as repostas foram todas positivas, pelo motivo de que: *“é um bem comum; ter uma renda própria e um trabalho para se ocupar; a renda ajuda em casa porque há um aumento do dinheiro; a necessidade de melhorar a renda para família; eu gosto de fazer pães, bolos, este trabalho para mim é um lazer¹⁴; ser independente da renda do marido; rentável; porque hoje este trabalho é o que me dá uma renda, saí da cozinha!”*

Com todas as respostas sendo favoráveis através dos relatos nos questionários respondidos pelas mulheres, foi questionado o que mais a motivava a permanecer na associação, e não muito distorcido da contestação posteriores, foi narrado que: *“a facilidade de ter uma renda e falta de burocracia; o fato de todos se darem bem, haver bom relacionamento entre pessoas e tudo o que produz é*

¹⁴ Esse “lazer” relatado pela associada, significa dizer que aquele trabalho é prazeroso, que esse trabalho não faz parte da rotina doméstica. É nesse “lazer” que ela se distrai, conversa com as outras associadas durante a fabricação dos produtos processados-panificação

comercializado; todo o esforço que a Presidente dedica “a nós” para que possamos crescer juntos; os preços que a cada ano aumenta e a evolução e divulgação dos produtos orgânicos; o aumento da renda, os cursos que são ofertados aqui na associação; é um trabalho gostoso de fazer; ter algo para fazer e ter uma renda; porque gosto de panificação; para produzir mais e ganhar mais; para ser útil em alguma coisa; o bom andamento da associação que cria sempre oportunidade de gerar renda e tem uma ótima administração; traz os curso para que tenhamos novos conhecimentos”. A partir dos relatos analisados através do questionário, pode-se perceber que as mulheres associadas encontram-se “realizadas” com a conquista da sua autonomia, são satisfeitas com trabalho que executam e são felizes, “eu sou feliz no que faço” (frase transcrita de uma das respostas do questionário – MASS 10).

6. CONTRIBUIÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO À ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA AUTONOMIA FEMININA: UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR

A modernização da economia e as exigências dos mercados consumidores obrigam a agricultores familiares tornarem-se mais eficientes nos processos produtivos, reduzindo custos e melhorando a qualidade. No entanto, o porte reduzido das unidades de produção familiares limita-se a produção em maior escala, tornando ainda mais importante o agrupamento das famílias agricultoras em cooperativas, associações ou em outras formas de interação (VILPOUX; OLIVEIRA, 2011).

Assim, os agricultores familiares que participam dos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE, como é o caso da Associação das Colônias, têm buscado cada vez mais articular o planejamento e controle da sua produção; geralmente planejando suas atividades antes de receber o pedido da Nutricionista, isso ocorre porque, para as mulheres que produzem os produtos processados—panificação, não teria tempo hábil para providenciar a aquisição dos insumos após o recebimento do pedido. Essa necessidade é suprida com a previsão da necessidade que é solicitada, possibilitando o suprimento da demanda da Associação com o benefício de oferecer os produtos conforme requisitados para a merenda escolar.

Na afirmação de Gaither (2001, p. 16), “o “coração” de um sistema de produção é seu subsistema de transformação, onde trabalhadores, matérias primas e máquinas são utilizadas para transformar insumos em produtos e serviços”. O processo de transformação está no âmago da administração da produção e operações e aparece, de alguma forma, em todas as organizações.

A empresa organiza e direciona seus recursos e ações com o propósito de realizar a produção, transformando materiais em produtos que são planejados com o objetivo de atender às necessidades dos consumidores. Essas empresas também podem oferecer serviços que visam atender a determinada necessidade dos clientes.

Autores como Slack et al. (2009, p. 146) colaboram esclarecendo que “em uma definição ampla, um produto ou serviço é qualquer coisa que possa ser oferecida aos consumidores para satisfazer suas necessidades e expectativas”. Nesta tese, os produtos são alimentos *in natura* e processados-panificação. Os processados são produzidos na Cozinhas Comunitárias da Associação das Colônias, já os produtos *in natura* são oriundos da agricultura familiar.

6.1 CONTRIBUIÇÃO DO CONTROLE DA PRODUÇÃO

Ainda de acordo com Slack et al. (2009, p. 33), “a função produção na organização representa a reunião de recursos destinados à produção de seus bens e serviços. Qualquer organização possui uma função produção porque produz algum tipo de bem ou serviço”. A atividade da indústria consiste em unir materiais e recursos para, através da transformação desses recursos, criar novos produtos, de maior valor agregado, e que sirva para satisfazer as necessidades dos clientes e consumidores. Assim, na Associação das Colônias, a produção dos produtos processados-panificação e a segregação dos produtos *in natura* são organizadas conforme solicitação da Nutricionista para atender ao cardápio da semana.

O processo de produção deve ocorrer em um ambiente dinâmico, necessitando de constante acompanhamento às mudanças que o processo de produção sofre e o acompanhamento dos resultados que a produção consegue obter. Esse acompanhamento é realizado pela área de planejamento e controle da produção. Conforme afirmam Slack et al. (2009, p. 333), “a atividade de programação é uma das mais complexas tarefas do gerenciamento de produção”, devendo ditar o ritmo ao processo produtivo, através do controle do fornecimento, processamento e armazenagem de produtos acabados. Monks (1987, p. 358) complementa informando que “a programação pode ser encarada como um problema complexo de alocação de recursos no qual as firmas (empresas) buscam otimizar uma produção ou objetivo de serviço, sujeitos a restrições de materiais, mão de obra e capacidades”.

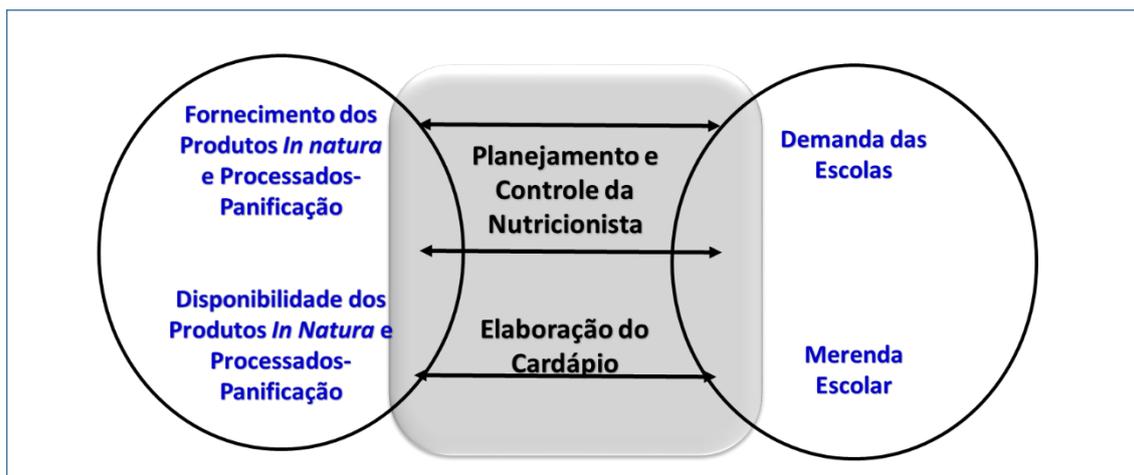
Para Mayer (1988, p. 311), o “controle de produção envolve o desenvolvimento e implantação de um plano que seja capaz de produzir os resultados desejados”. Já para Zacarelli (1986 p. 261), “o controle tem a função de guiar e regular as atividades da empresa por meio de decisões e ações, com o propósito de atingir determinados objetivos”. Na Associação das Colônias, o controle das atividades é determinado pela solicitação semanal que a Nutricionista faz dos produtos *in natura* e processados-panificação para atender ao cardápio das escolas; portanto a associação tem um planejamento e um controle de toda produção dos associados para atender o pedido da Nutricionista.

A junção do planejamento ao controle da produção torna-se inevitável, o planejamento define o plano de produção e o controle realiza o acompanhamento,

garantindo que o plano traçado seja realizado. Essa união forma o que as empresas chamam de Planejamento e Controle da Produção (PCP).

Segundo Erdmann (2000, p. 18) “o PCP é um sistema processador de informações, de coordenação, comando e controle da produção”. Na Figura 12, é apresentado o processo de planejamento e controle da produção da Associação das Colônias.

Figura 12 - A função do Planejamento e Controle da Produção na Associação das Colônias



Fonte: Adaptado Slack et al. (2009).

Associação das Colônias faz com que o PCP atue no gerenciamento das atividades da operação produtiva de modo a satisfazer a demanda dos alunos quanto à merenda escolar. Devendo considerar, no planejamento, a capacidade de produção, a qualidade dos produtos, a sazonalidade dos produtos *in natura*. O PCP age para garantir que os recursos produtivos estejam disponíveis na quantidade adequada, no momento certo e na qualidade requerida.

Além disso, o PCP concilia o fornecimento e a demanda em termos de volume, tempo e qualidade nas atividades de carregamento – que é a determinação do volume com o qual uma operação produtiva pode lidar; sequência – a determinação da prioridade de tarefas a serem desempenhadas e, programação – pela decisão de início e fim de cada.

A adoção dessas alternativas para os agricultores familiares requer a transferência de conhecimento por profissionais capacitados e o acompanhamento durante a sua implantação, que são os cursos ofertados à Associação das Colônias para capacitar seus associados. Neste sentido, Tarsitano et al. (2011) observam que é papel dos técnicos a socialização de tecnologias apropriadas, especialmente em

associações, cooperativas ou grupos informais, que são mediadores na busca de melhorias tecnológicas, gerenciais ou de outra natureza.

Ainda de acordo com Tarsitano et al. (2011), a Associação das Colônias deu início à capacitação das mulheres com o 1º curso de Panificação na Associação das Colônias em 2012 (Figura 5). Com essa capacitação e com o apoio da IESOL, através do projeto de extensão em parceria com a empresa Consul foi possível a doação de aparelhos eletrodomésticos. Essa empresa, doou a cada cozinha comunitária, conforme Figura 4, num total de dez, um freezer e uma geladeira. Esses utensílios domésticos passaram a ajudar muito no processo de fabricação dos produtos processados-panificação, já que alguns ingredientes devem ser refrigerados. Outras capacitações, como: curso de boas práticas, curso de cultivos de flores, curso de doces, de geleias e de compotas também foram realizadas na Associação das Colônias com as mulheres, para que elas possam ampliar a sua renda, conforme já foram descritas no decorrer desta tese. Assim, os levantamentos feitos a partir dos questionários e da vivência com as mulheres da Associação das Colônias permitiram constatar que antes da participação das mulheres nos programas institucionais, elas eram totalmente dependentes dos maridos que, por sua vez, eram os gestores do dinheiro que entrava na propriedade embora suas companheiras também ajudassem na produção e no cuidado das lavouras para gerar esta renda.

Hoje, como os valores monetários são repassados pela Associação das Colônias através de cheques nominais a elas dos valores referentes à produção nas cozinhas comunitárias, a gestão do dinheiro é feita por elas. Esse fato aumentou a autoestima das mulheres e ensinou a todas como melhor aplicar os recursos em melhorias e investimentos. Segundo as mulheres entrevistadas, o conhecimento foi fator de grande relevância para que houvesse as mudanças.

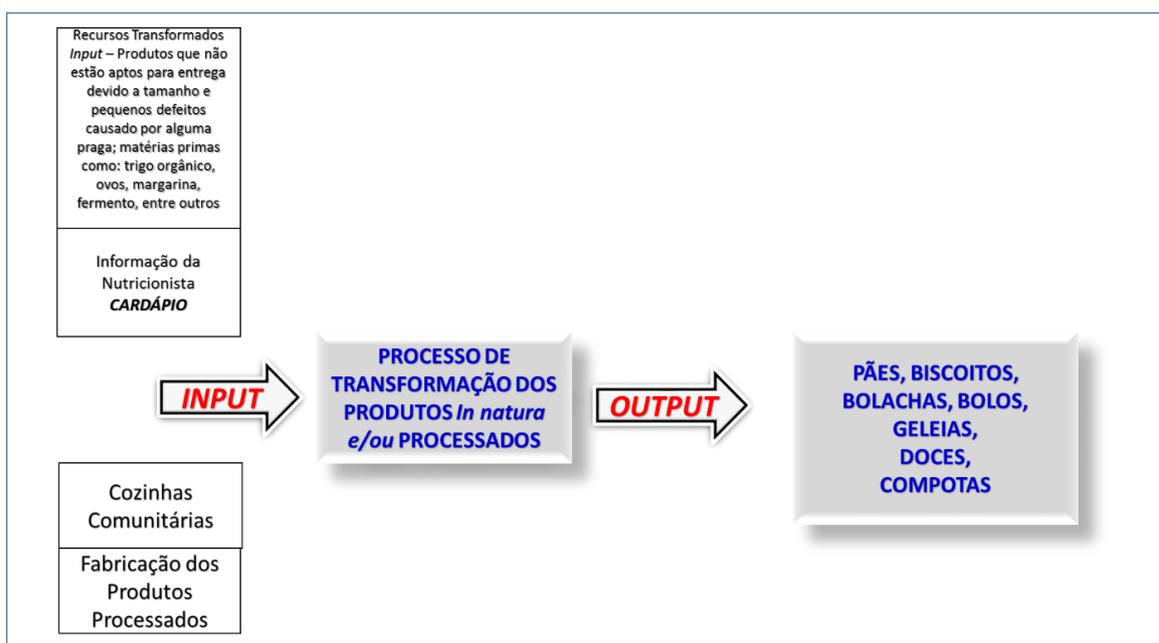
Os sistemas de produção agrícola na Associação das Colônias, anteriores à participação nos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PANE, eram de pequena produtividade e ainda centrados em coivara comum para os ancestrais dos colonos. Com a participação nos projetos e nos cursos oferecidos para a comunidade, houve aumento significativo da produção e a implantação do manejo agroecológico nas propriedades, possibilitou melhorias no solo e conseqüentemente na produção de produtos agrícolas orgânicos em geral. Com a implantação do Projeto Cozinha Comunitária, começaram a ser aproveitados todos os produtos “*in natura*” que não eram aptos para entrega devido a tamanho e pequenos defeitos causado por

alguma praga; esses produtos são destinados para preparação dos doces e conservas, o que deu um novo foco a produção na Associação das Colônias, conforme Figura 7.

A Figura – 13 Processo básico de produção (*input* - transformação - *output*) – apresenta como o processo de produção dos produtos processados-panificação e *in natura*-frutas (transformados em doces, geleias, compotas) faz uso de recursos e instalações para transformar matéria prima em produtos que possam satisfazer as necessidades dos alunos conforme solicitação da Nutricionista para atender ao cardápio da merenda escolar. Os autores Slack et al. (2009, p. 60) definem: que (...) “os recursos de *input* podem ser classificados como recursos de transformação – instalação e funcionários – que agem em direção aos recursos transformados – materiais, informações e consumidores – que são, de algum modo, transformados pela produção”.

A Associação das Colônias dispõe dos recursos e dos materiais, também chamados de matérias primas e os transforma, buscando agregar valor e dando-lhes novas utilidades através da elaboração de novos produtos. Essa aquisição demanda recursos financeiros para Associação. Portanto, a administração da produção contribui para o desenvolvimento dos sistemas de controle de produção, sendo responsável pela gestão dos recursos da empresa na realização de produtos e serviços.

Figura 13 - Processo básico de produção (*input* - transformação - *output*)



Fonte: Adaptado SLACK et al. (2009).

Para Slack et al. (2009, p. 30) sugerem que “a administração da produção trata da maneira pela qual as organizações produzem bens e serviços”. Consiste no processo de gestão da atividade produtiva, avaliando em nível de processo e a gestão das atividades produtivas da empresa. Já para Monks (1987, p. 4), “A administração da produção é a atividade pela qual os recursos, fluindo dentro de um sistema definido, são reunidos e transformados de uma forma controlada, a fim de agregar valor, de acordo com os objetivos empresariais”. Para a Associação das Colônias essa consistência é representada para atender a demanda das escolas repassadas à Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação de Castro, onde a mesma possa organizar-se quanto aos produtos *in natura* e processados-panificação que atenderá a solicitação daquela semana. Essas duas afirmações mostram que cabe à administração da produção gerenciar os recursos da Associação das Colônias, fazendo uso destes recursos para agregar valor às matérias primas através da produção de bens e serviços que serão oferecidos para os alunos com o objetivo de satisfazer alguma necessidade.

Considerando que os recursos são escassos, a administração da produção deve fazer melhor uso destes recursos, evitando desperdícios de materiais, reduzindo a ociosidade dos equipamentos, evitando qualquer tipo de gasto que não agregue valor aos produtos que a Associação das Colônias se propõe a produzir. Até porque os preços são tabelados

Para Slack et al. (2009, p. 33), “administração da produção é o termo usado para as atividades, decisões e responsabilidades dos gerentes de produção”. Suas decisões são tomadas, constantemente, corrigindo desvios e imprevistos para garantir a realização do plano de produção.

Com relação a pessoas, Slack et al. (2009, p. 33) afirmam que “gerentes de produção são os funcionários da organização que exercem responsabilidade particular em administrar alguns ou todos os recursos envolvidos pela função produção”. O título do cargo pode variar entre empresas, mas sua função é equivalente. No caso da Associação das Colônias, essa responsabilidade é da Presidente da Associação.

O autor Monks (1987, p. 12) detalha sobre esse aspecto da seguinte forma: “tomar decisão acerca de como planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades empresariais é a principal responsabilidade dos gerentes de produção”. Esclarecendo as principais atividades do gestor da produção.

Segundo Mayer (1988, p. 17 e 18), "o administrador da produção é responsável pela produção de bens, na quantidade exigida e a tempo de satisfazer as datas estipuladas para a entrega". Essa afirmação apresenta o compromisso da Associação das Colônias com relação ao objetivo da mesma que é de produzir bens (produtos *in natura* e processados-panificação) úteis para a merenda escolar.

Para realizar uma gestão adequada dos recursos e estruturas produtivas, a/ao Presidente da associação ou cooperativa deverá fazer uso de informações e conhecimentos. As informações serão utilizadas para avaliar o desempenho, a situação em que se encontra a associação e/ou cooperativa, enquanto o conhecimento possibilita a/ao Presidente a tomar decisões corretas e coerentes às necessidades da associação e/ou cooperativa.

Nesse aspecto, a administração da produção na Associação das Colônias foi primordial para alcançar as metas impostas pelos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE; o sentido do coletivo e as informações e conhecimentos por parte de quem estava à frente da Associação foram decisivos. A inserção nos programas institucionais, segundo as mulheres, foi um aprendizado difícil, pois estas não estavam acostumadas a ser organizadas a fazer planejamentos de produção ou a trabalhar juntas, o que na opinião de todas foi a parte mais difícil de toda a caminhada, vencida essas barreiras comercializar tornou-se fácil.

No relato de algumas mulheres associadas, constatamos as seguintes informações: "*aprender a trabalhar em equipe, a dividir despesas e lucros de maneira igualitária e aprender a investir no coletivo foi a parte mais difícil*". Superar as diferenças individuais em favor de um bem maior que era coletivo no início foi bastante complicado, a falta de confiança em um sistema que elas desconheciam e o medo de perder o que estavam investindo era um fato presente em todas, somente com os resultados alcançados após o terceiro mês de trabalho é que as mulheres começaram a apostar no sistema de economia solidária. A diferença entre as entregas relativas ao ano de 2011, antes da implantação dos programas do Governo Federal PAA e PNAE, e os resultados alcançados no período de 2012 e 2013 não deixam dúvidas sobre o sucesso da economia solidária e a autonomia feminina das mulheres na Associação das Colônias.

A economia solidária e o planejamento e controle da produção representa para a Associação das Colônias um grande passo. Conforme o relato das associadas, observa-se que todas prezam pelo que faz e valorizam o trabalho em comum. Quando

foi questionado: O que a senhora entende por Economia Solidária? Vejamos as respostas das associadas: *“preço justo pelo produto e colaboração entre as partes; pessoas unidas num só objetivo; economia onde todos se ajudam e crescem juntos; um bem comum; é quando um grupo de pessoas trabalha para o bem comum; é ajuda para pequenos produtores; é todos se ajudarem sem auto se beneficiar; trabalhar em conjunto; ajudar uns aos outros sem ter benefício próprio; é um trabalho em grupo não individual; entendo que seria um grupo de pessoas fazendo parte de um projeto e tendo uma renda parecida e sempre compartilhando saber e dificuldades; entendo de economia solidária a reunião de agricultores buscando a troca de experiências visando ajudar uns aos outros também o comércio entre os próprios produtores, conseguindo matéria prima mais barata; e onde todos se reúnem para um só objetivo”*.

Assim compreendida, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, que envolve diversas dimensões, como por exemplo, a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (SINGER, 2002).

Na acepção de Singer (2004), a Economia Solidária é formada, principalmente, por empreendimentos autogestionários atuantes em diversas atividades econômicas como a produção, comercialização, consumo e crédito, que, uma vez reunidos em um todo economicamente consistente, cooperando entre si em vez de competirem, constituiriam as bases de um modo solidário de produção podendo superar o sistema capitalista. Assim sendo, segundo mesmo autor, a economia solidária afigura-se como um modo de produção que, ao lado de outros modos de produção, tais como o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins lucrativos, entre outras, compõe a formação social capitalista, que apenas é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção como também molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Portanto, a Economia Solidária reúne um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política (GUÉRIN, 2005). Para que isto ocorra

efetivamente, é fundamental o estabelecimento de relações de confiança entre os membros. Muitas reuniões, conversas, debates e discussões são importantes para estabelecer a coesão necessária para que a economia solidária, de fato, aconteça.

Embora o movimento de economia solidária não seja uma ação coletiva, exclusiva de mulheres, pesquisas apontam que é grande a participação delas na criação destas ações, na gestão e na comercialização dos produtos. Dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENEAS, 2005-2007– ao considerar a distribuição dos empreendimentos nacionais acerca da classificação por gêneros, indicam que a grande maioria deles (73% dos EES) são formados por homens e mulheres, enquanto 18% são compostos só por mulheres e 9%, só por homens (SENEAS, 2015). A organização das mulheres, no âmbito da economia solidária, é uma reação contemporânea, que nos últimos anos, vem ganhando maior visibilidade. Na perspectiva feminista, a história, de modo geral, buscou associar a condição da mulher na sociedade à dependência de outrem, ao matrimônio e ao lar, ocultando, assim, a sua condição de sujeito no processo de construção dos direitos e da cidadania.

No Brasil, por exemplo, só a partir da década de 1970, é que são encontrados registros mais significativos dando conta do engajamento das mulheres nas organizações populares, lutando incansavelmente por democracia, por liberdade política e por direitos sociais (ALVAREZ, 1988; e ALVAREZ et al., 2001). No que se refere às trabalhadoras do campo, embora não tenha grandes produções científicas a esse respeito, segundo Kergoat (2003), elas sempre estiveram presentes na produção econômica e no embate político por direitos. Na questão econômica, estas atuaram como escravas, mucamas, agregadas, colonas, camponesas, assalariadas, boias-frias, donas de casa e, mais recentemente, na agricultura familiar, situação vivida com extensa jornada de trabalho. Na política, estas figuram nos enredos dos movimentos sociais rurais, na luta pela terra e por justiça social. Contudo, até pouco tempo, a condição social delas estava associada ao marido, aos filhos, à reprodução e ao processo de socialização familiar. Nos dias atuais, embora a luta feminista seja temática recorrente a atrair inúmeros estudiosos, sobretudo, das ciências sociais e humanas, poucos privilegiam as organizações populares das trabalhadoras rurais (CRUZ, 2013).

A propósito, breve análise da literatura produzida no Brasil revela que as mulheres conseguiram avançar na construção coletiva como sujeito político, porém

encontram-se aquém do esperado, considerando suas realidades política, econômica e cultural. Ademais, no contexto neoliberal, segundo Hirata; Kergoat (2003), cresce ainda mais a exploração da mão de obra feminina, distanciando-as de sua autonomia. Nesse contexto, a economia solidária emerge como alternativa e coaduna com a proposta de superação do modo de produção capitalista, apesar de que para alguns autores essa temática seja paradoxal (MENEZES, 2005). Nesta pesquisa, adotamos as ideias defendidas por Singer (2002), para quem a economia solidária ultrapassa a dimensão socioeconômica para congregar trabalhadores marginalizados do mercado formal por questões de gênero, raça, etnia, geração e qualificação profissional, configurando uma nova visão política e econômica de construção da riqueza.

As relações de dominação, advindas do modelo patriarcal, fizeram com que a família fosse compreendida como um todo homogêneo, em que o homem representa os interesses do conjunto, sendo detentor do poder de decisão. Desta forma, a partir da família, organizou-se uma hierarquia de gênero e geração, centrada no poder do macho sobre as mulheres e filhos (as). Essas relações patriarcais, associadas à lógica da produção capitalista, entrelaçam-se e são constitutivas de uma visão da economia e do trabalho, restritos ao âmbito de mercado.

Há redução do econômico ao que se realiza na chamada esfera produtiva, o qual possui valor de troca e que pode ser mercantilizado e identificada como espaço masculino. Essa visão se sustenta no discurso em que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico, vinculado à maternidade, reforçando o não reconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família (NOBRE, 2003; SILVA, 2009; STRASSMANN, 2002).

Ainda assim, há como entender que quando Pastore (2002) apresenta que as mulheres trabalham mais do que os homens; analisa-se e entende-se que o uso do tempo da mulher é muito diferente do homem porque este tempo remunerado é maior entre os homens e o não remunerado é maior entre as mulheres. Na pesquisa realizada observou-se o relato das mulheres informando que trabalham em casa e na produção dos produtos processados – panificação uma jornada de trabalho superior muitas vezes a 12 horas por dia. No período de produção elas gastam em média, mais 20 horas de trabalho por semana só no processo produtivo fora os afazeres domésticos. Este trabalho se torna extremamente intenso.

Quando foram iniciadas as atividades desta pesquisa quanto ao estudo da Economia Solidária e Autonomia Financeira Feminina; primeiro procurou-se entender como se dava o processo de compras dos produtos *in natura* e processados-panificação da Associação das Colônias junto à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro-PR pelos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE. Assim, ao entender o processo, concluiu-se logo na primeira entrevista que as mulheres da Associação das Colônias haviam conquistado sua autonomia com o Projeto Cozinha Comunitária. No decorrer da aplicação do questionário, foi se percebendo e se confirmando que todas eram satisfeitas com a sua autonomia, como pode-se verificar na pergunta: Toda a sua produção é comercializada? E 100% das respostas foram “SIM”, ou seja, produção comercializada gera renda com certeza, todas as mulheres sabem que sua produção é vendida pelo entendimento que a Figura 14 apresenta.

Figura 14 – Fluxo do processo passo a passo da compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, tanto *in natura* quanto processados-panificação, pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro - PR.



Fonte: Trabalho de campo (set. 2015). Autora: Araújo, A.L. de (2016).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a Estados, Municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (FNDE, 2015). Assim, diante da explanação apresentada pelas mulheres associadas no questionário aplicado, percebeu-se que as mesmas entendem todo o processo de comercialização da produção, a Figura 14 ilustra bem o processo para que se possa compreender o processo desde o orçamento até o termo de recebimento e pagamento dos agricultores.

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Essas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores, fortalece as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Outra pergunta que concretizou a afirmação desta autonomia diz respeito ao valor monetário adquirido com a comercialização dos produtos processados – panificação à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro – PR, qual foi: Com essa participação no projeto “Cozinha comunitária” qual sua renda hoje? E as respostas obtidas foram: *de um a três salários mínimos vigentes*. Com essas respostas, entende-se que de acordo com a produção é que recebe valor a ser pago. Para rematar o entendimento melhor da autonomia das mulheres na associação perguntou-se: Com a renda do projeto “Cozinha Comunitária” como a senhora se considera hoje? E com emoção nas respostas as mulheres redarguíram que se consideram *“satisfeita; muito satisfeita”*. Constatou-se também que as mulheres se deram conta da conquista da autonomia feminina quando foi questionado: Com esta renda a senhora já adquiriu alguma coisa para sua casa ou para si própria? Ao vislumbrar a fisionomia de *“felicidade”* de *“autoestima”* as respostas foram: *“roupa, sapato, geladeira, máquina de lavar roupa, batedeira, vestimentas, móveis e eletrodomésticos, fogão, carteira de motorista, comprei cordeiros para investimento, cilindro elétrico, guarda roupa, benfeitoria para casa, conserto do carro, televisão, consegui formar uma filha professora e um filho técnico em eletrônica, carro para*

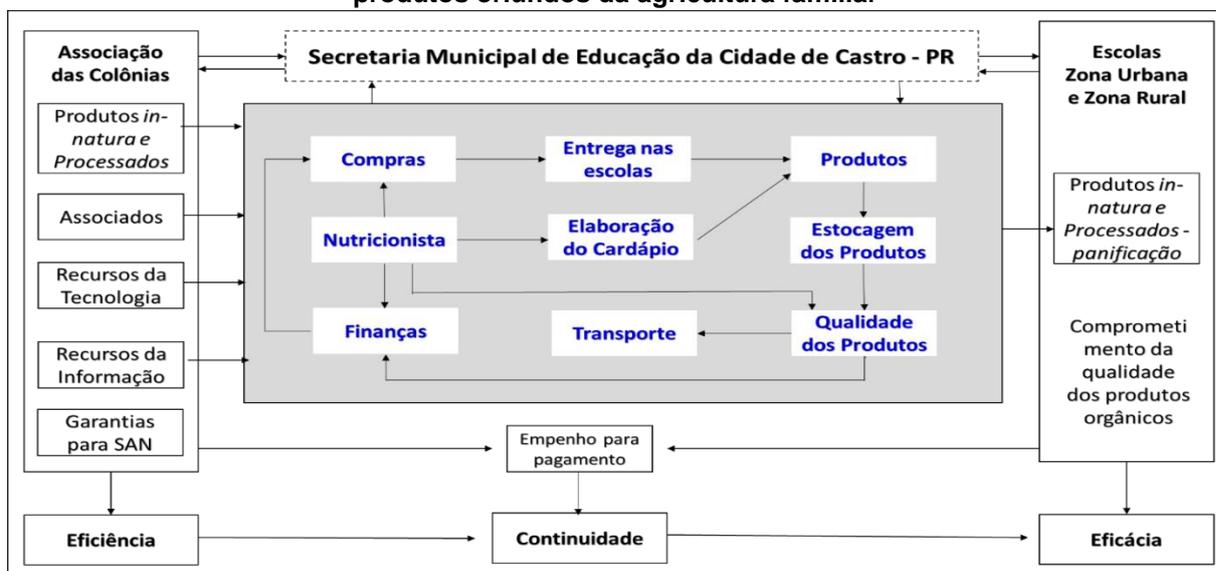
trabalhar, pagar minhas contas antigas, estamos projetando construir nossa casa tudo com esta renda". Através dessas respostas de autoestima e melhora na qualidade de vida das associadas, nos leva a crer a conquista da autonomia feminina na Associação das Colônias.

Ao analisar a representação da Figura 15, conforme citado nos resultados (ver Tabela 3) verifica-se que a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Castro-PR utiliza de diferentes recursos, os quais são processados para adquirir os produtos *in natura* e processados-panificação da Associação das Colônias que são oferecidos aos alunos das escolas tanto da zona urbana como da zona rural, atendendo aos requisitos dos programas de políticas Públicas do Governo Federal PAA e PNAE.

O objetivo final da Secretaria Municipal de Educação é garantir o alimento aos alunos em quantidade, com qualidade e regularidade necessárias, promovendo a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; e atendendo as exigências dos programas de políticas públicas do Governo Federal através das ações executadas pelo PAA e PNAE, os objetivos das políticas públicas foram atingidos.

As diferentes especialidades da Secretaria Municipal de Educação interagem entre si de forma a desempenhar funções administrativa, de compra, de transporte e de manutenção nas escolas. Essas atividades são realizadas para suprir as necessidades de recursos demandados pela merenda escolar nas escolas tanto da zona urbana quanto da zona rural.

Figura 15 - Fluxo da Secretaria Municipal de Educação e seus subsistemas de aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar



Fonte: Adaptado de Castelli (2001).

Por saber que o trabalho feminino não é bem visto pelos homens, Hofmann; Leone (2004) destacam que houve grande evolução da participação feminina no mercado de trabalho, com crescimento da contribuição da renda do trabalho das mulheres na renda domiciliar. Para Neves; Costa (2007), esse aumento na participação, principalmente nos últimos trinta anos, é resultado de um conjunto de transformações de ordem social, econômica e cultural. Contudo, afirmam as autoras, esta integração ainda é marcada pela desigualdade, pois as trabalhadoras continuam recebendo menos do que os homens em tarefas similares, concentram-se em nichos ocupacionais femininos e ocupam menos cargos de chefias, estando mais expostas ao desemprego e a ocupações precárias e informais, com destaque para o trabalho doméstico.

Cotidianamente, as mulheres recebem um tratamento desigual em relação aos homens. Na agricultura, essas desigualdades parecem acentuar-se ainda mais. Diante da busca de compreender como as mulheres agricultoras se enxergam no universo da produção agrícola como vivem e poder contribuir para a organização destas mulheres através de grupos de produção e ou comercialização.

As relações de gênero são sustentadas e estruturadas em nossa sociedade por uma rígida divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho masculino ainda é, na sua maioria, mais valorizado que o feminino. Os homens são considerados os responsáveis pelo “sustento da família”, trabalhando, portanto, na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares) enquanto as mulheres são excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução (BEAVUOIR, 1980). Assim, em equivocado julgamento de valor social, o trabalho feminino é considerado “leve”, “insignificante”, caracterizado como uma “ajuda” à família. Ao longo do processo histórico, as mulheres têm sido responsabilizadas pelas “obrigações” familiares, trabalho esse não remunerado, realizado gratuitamente para os outros membros da família, considerado de secundária importância e, portanto, um trabalho invisível, “feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2003, p.56).

Portanto as mulheres, no decorrer da história, têm dedicado muito de sua vida para manter as relações de reciprocidade que proporcionam coesão à família e à sociedade, sendo essas expressas nas práticas de se reunir em grupos, seja no clube de mães, na igreja ou comunidade, nas relações familiares e comunitárias, o que

facilita seu engajamento em um movimento. Por fim, observa-se que nos gráficos apresentados anteriormente, vê-se claramente o desenvolvimento, um crescimento, e pode-se dizer até mesmo o aumento que houve em alguns produtos fornecidos pela Associação das Colônias às escolas tanto da zona urbana quanto da zona rural, principalmente nos produtos processados—panificação, objeto de estudo desta tese; e que esse aumento comprova a autonomia feminina na Associação das Colônias na cidade de Castro no estado do Paraná.

6.2 IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS

Um dos principais problemas que acometem os agricultores familiares se encontra na forma de compreender como funciona o mercado, como se dá a interação dos *inputs* e *outputs* produtivos. As novas formas de negociação e práticas de gestão relacionadas aos processos produtivos são fundamentais para a tomada de decisões estratégicas. No entanto, na maioria das vezes os agricultores familiares não se utilizam dessas estratégias para garantirem maior retorno e lucratividade da sua atividade produtiva.

Para sobreviver a este novo panorama econômico, o agricultor familiar terá que assumir o papel de empresário rural, independentemente do tamanho de sua propriedade ou do sistema de produção utilizado nela. Para que o pequeno produtor possa manter-se vivo no mercado global do agronegócio, precisa ser organizado e saber o momento de tomar decisões importantes. Para tal, deve conhecer profundamente o sistema produtivo do qual faz parte, saber quem são seus principais concorrentes, bem como saber gerir de forma eficiente e eficaz todo processo produtivo envolvido em sua propriedade (FRANÇA et al., 2009).

É fundamental conhecer o ambiente no qual a empresa atua, em todos os aspectos: concorrentes, clientes, cadeias de suprimento, tecnologia, valores e recursos da sociedade. A empresa¹⁵ precisa decidir acerca dos seus objetivos, dos meios que utilizará para sua obtenção, de pontos passíveis de mudanças, harmonizando assim, seu entendimento do ambiente em que está inserida.

No ambiente competitivo da empresa encontram-se as ameaças e oportunidades. Internamente, a empresa tem pontos fortes e pontos fracos. Carvalho

¹⁵ Empresa refere-se à Associação das Colônias.

(2007) explica que a análise chamada *Swot* (*Strength, Weakness, Opportunities and Threats*) tem como objetivo reconhecer as limitações, maximizando os pontos fortes da organização, enquanto monitora oportunidades e ameaças do ambiente competitivo.

Uma boa estratégia depende do correto mapeamento do ambiente e constante monitoramento, para rapidamente capitalizar as oportunidades ou neutralizar as ameaças.

Segundo Carvalho (2007) as organizações necessitam conhecer a si mesmas, tanto no que têm de positivo como de negativo, de forma a poderem explorar adequadamente seu potencial, seus recursos, enquanto evitam que suas limitações possam colocá-las em situação de desvantagem.

Para Porter (2004) a essência da estratégia é a criação de uma posição única e valiosa, envolvendo a escolha de um arranjo interno de atividades, permitindo à empresa que se diferencie de seus concorrentes. Esse mesmo autor fundamenta a necessidade das organizações desenvolverem *trade-offs* em três conceitos: manter a consistência de imagem ou reputação, melhorar a compatibilidade com as características da própria atividade e diminuir as limitações na coordenação interna e no controle das atividades. Nesse espectro de escolhas, há dois fatores que influenciam as decisões: o ambiente externo, no qual a empresa atua, e o ambiente interno, onde suas características são fundamentais para o seu sucesso.

O autor Porter (2004) explica que existem duas formas básicas de alcançar vantagem competitiva dentro das organizações: a busca incansável pela redução de custos e despesas gerais, por meio de instalações mais eficientes e a minimização dos custos relacionados a assistências e publicidade (redução de custos). A segunda seria a de diferenciar o produto ou serviço oferecido pela empresa, criando algo que seja único (diferenciação).

Para os autores Chiavenato; Cerqueira Neto (2003) a vantagem competitiva ocorre quando uma empresa supera suas demais concorrentes, dependendo sempre da comparação de desempenho em relação às outras, que operam em ramo similar. Para atingi-la, afirmam que a organização precisa atender três condições básicas: a primeira seria a perceptibilidade, que consiste na capacidade dos consumidores em notarem diferença significativa do produto fornecido pela sua empresa em relação aos concorrentes; a favorabilidade, diferença de um *gap* ou lacuna de características que favorece seu produto perante a concorrência e por fim, a sustentabilidade no mercado,

diferença competitiva da empresa deve perdurar pelo máximo de tempo possível. Pode-se considerar que a Associação das Colônia já dispõe dessa vantagem competitiva, visto que seus produtos são totalmente orgânicos, com elevada credibilidade à comunidade.

Desta maneira, como afirma Porter (2004) quando diagnosticadas as forças que afetam a concorrência, a empresa estará em posição de identificar seus pontos fortes e fracos para garantir vantagem competitiva ao seu produto.

6.2.1 Diagnóstico estratégico

O diagnóstico estratégico consiste na determinação da situação em que se encontra a organização. “Ele deve considerar o ambiente da organização e as variáveis pertinentes, identificando as ameaças e as oportunidades, conhecendo seus pontos fortes e fracos, para que se busquem ações integradas” (OLIVEIRA, 1988, p. 86).

Segundo Oliveira (1988), o diagnóstico estratégico é chamado por muitos autores de auditoria de posição, onde são analisados os aspectos inerentes aos pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças da organização. É fundamental que seja realista, completo e imparcial, evitando possíveis problemas futuros no desenvolvimento e na implantação do planejamento estratégico e das estratégias empresariais. Para identificar ameaças ou oportunidades em torno de uma organização, primeiramente deve-se realizar um estudo do seu ambiente externo, de modo a descrever e identificar todos os atores envolvidos no setor em que a empresa opera.

Segundo Bethlem (2009), o ambiente externo sofre constantes mudanças que influenciam diretamente a organização e seus planos e estratégias. Somente as organizações com capacidade de adaptação perante o meio no qual estão inseridas serão capazes de sobreviver. A empresa precisa conhecer com profundidade o ambiente, para prever com razoabilidade acontecimentos futuros. A análise macro ambiental corresponde ao estudo dos diversos fatores e forças do ambiente, suas relações ao longo do tempo e seus efeitos ou potenciais efeitos sobre a empresa. Esses fatores podem estar relacionados à economia, à legislação, ao meio ambiente, ao desenvolvimento de novas tecnologias e ao meio social no qual a empresa se encontra.

O autor Oliveira (2010) explica que a análise macro ambiental ou análise do ambiente externo possui dois enfoques, um voltado para resolver problemas imediatos, e outro para identificar futuras oportunidades ou ameaças que ainda não foram percebidas claramente pela organização. O nível de detalhamento e de profundidade de cada pesquisa ambiental varia de acordo com as necessidades da empresa. A análise interna, segundo o mesmo autor, tem por finalidade colocar em evidência as deficiências e qualidades da empresa analisada, determinadas diante da atual posição de seus produtos ou serviços em relação ao segmento de mercado. Existem também os pontos neutros que, em determinado momento ou situação, por falta de um critério ou parâmetro de avaliação, não estão sendo considerados nem como deficiências, nem como qualidades da organização. Para o autor, o dinamismo do processo de planejamento estratégico, faz surgir pontos neutros, classificados como forças ou fraquezas ao longo do tempo.

Para o estabelecimento dos pontos fortes, fracos e neutros da empresa, devem ser analisados alguns aspectos, dentre os quais as funções de cada departamento administrativo (marketing, finanças, produção, recursos humanos), os níveis de controle do processo produtivo, bem como a gestão da informação dentro da organização.

6.2.2 A análise *SWOT*

As empresas devem revisar constantemente suas estratégias de negócios, principalmente para avaliar a posição e os prospectos de seus produtos, ou a relação do mercado e de seus concorrentes.

Para Oliveira (2010), a ferramenta *Swot* serve para uma análise do ambiente, sendo utilizada como base para gestão estratégica das organizações, mas devido à sua simplicidade, pode ser usada para qualquer tipo de análise de cenário. Para o autor, a aplicação dessa análise permite sistematizar todas as informações disponíveis e obter um diagnóstico da situação em que se encontra a organização.

O autor Carvalho (2007) explica que a análise de *Swot* pode ser aplicada nas empresas para verificar a viabilidade comercial de um novo produto, para entender a interação com os clientes ou ainda, identificar oportunidades de novos investimentos.

No intuito de apresentar a utilização de ferramentas estratégicas como forma de garantir competitividade para a agricultura familiar, esta pesquisa contribui com um

diagnóstico estratégico dos produtos *in natura* e processados-panificação, da Associação das Colônias, apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Principais pontos da análise SWOT obtidos pelo diagnóstico estratégico aplicado a agricultura familiar na Associação das Colônias.

<p style="text-align: center;">PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Maquinário relativamente novo dos produtos processados-panificação ✓ Adoção do programa de boas práticas de fabricação ✓ Sistema de informações gerenciais eficiente ✓ Produtos orgânicos ✓ Democratização nas reuniões mensais da Associação das Colônias ✓ Venda <i>delivery</i> dos produtos pelas mulheres associadas ✓ Cultivo de flores 	<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Novos produtos (doces, geleias, frutas cristalizadas e compotas) ✓ Aquisição de novos equipamentos (despolpadeira). ✓ Potencial para atuar no mercado local (venda dos produtos <i>in natura delivery</i>) ✓ Fechar parcerias com supermercados, hospitais, lanchonetes e feira livre. ✓ Vendas das flores às Prefeituras de outras cidades
<p style="text-align: center;">PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Forte dependência dos programas de políticas públicas do Governo Federal (PAA, PNAE) ✓ Gestão da produção externa ✓ Precificação independente da Associação (os preços são definidos pela Prefeitura no início do ano) ✓ Fragilidade de um único fornecedor 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dependência dos programas de políticas públicas do Governo Federal (PAA, PNAE) ✓ Sazonalidade de alguns insumos, frutas e verduras, devido ao clima ✓ Dificuldades relativas à falta de estocagem de matéria-prima

A utilização de ferramentas estratégicas, como o diagnóstico estratégico, garante os primeiros passos para que a agricultura familiar da Associação das Colônias comece a agir competitivamente. O diagnóstico estratégico é primordial para a identificação dos fatores internos e externos que influenciam o funcionamento e desenvolvimento da agricultura familiar, bem como para delinear as oportunidades e ameaças ao desenvolvimento do negócio. Feita a identificação desses agentes é

possível começar o processo de implementação de um plano estratégico propriamente dito.

Ao se fazer uma análise SWOT, identificam-se pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças presentes em um ambiente de negócio. Esse diagnóstico prévio do ambiente interno e externo permite à agricultura familiar desenvolver ações para explorar oportunidades ou minimizar os riscos das ameaças a que estão sujeitos em suas atividades produtivas. Para a Associação das Colônias isto esclarece onde e como se pretende negociar a produção, inclusive identificando as dificuldades ou oportunidades que o ambiente oferece.

O alto grau de dependência da Associação das Colônias em relação aos programas de políticas públicas do Governo Federal foi o ponto fraco considerado mais crítico, pois um possível término desses programas como o PAA e o PNAE poderia ser responsável pelo fechamento da Associação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pontos principais dos programas de políticas públicas do Governo Federal – PAA e PNAE – para Associação das Colônias na cidade de Castro – PR foi a integração entre a comunidade, a agricultura familiar e os vários segmentos governamentais e sociais. Quando há um trabalho conjunto, em que os interesses são negociados e a Prefeitura tem visão e vontade política, acreditando que tais ações visam à desconcentração de renda e ao fortalecimento da economia local, é possível realizar projetos com resultados positivos, e um destes projetos foi a Cozinha Comunitária. Isto não significa inexistência de conflitos, ou soluções rápidas e fáceis para os problemas estruturais e operacionais, mas sim uma disposição para o enfrentamento, em que se reconhece a necessidade do associativismo para o atendimento às demandas que se almejam, desenvolvendo a noção da Economia Solidária e do desenvolvimento local e rural entre os agricultores familiares.

A contribuição que esses programas do Governo Federal ofereceram para a Associação das Colônias refere-se ao fortalecimento da economia local através dos recursos que são repassados do PNAE e PAA a Prefeitura, a qual, por sua vez, investe na própria região com aumento e diversificação da produção. Com esse investimento, há o fortalecimento institucional, a redução do êxodo rural pelo ânimo renovado dos pequenos produtores, principalmente no caso do PAA; abertura de novos mercados após o início das vendas para a Prefeitura; investimento na atividade produtiva; garantia de renda tanto para os homens quanto para as mulheres daquela associação; a ampliação da qualidade de vida; e aumento da formalização dos agricultores familiares por meio do cadastramento e entrada em programas de políticas públicas para Cooperativas e/ou Associações. Tais resultados derivaram de uma série de ações e programas implementados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Castro, em parceria com o Governo Federal e também com outras entidades locais ou regionais – a partir da demanda da merenda escolar e do atendimento à sua legislação.

O PAA avançou e contribuiu no sentido da transversalidade de ações e interação entre os ministérios, níveis de governo e instituições. Promoveu também o aumento dos recursos aportados para a merenda escolar e a melhoria da qualidade da alimentação com o uso de mais gêneros hortifrutigranjeiros, produtos processados, frutas e orgânicos/agroecológicos. Do ponto de vista dos produtores familiares,

permitiu a elevação da renda destas famílias ganhos na organização técnica e gerencial da produção familiar; aumento da diversidade dos produtos, com a conseqüente abertura de mercado e autonomia e aumento da consciência da busca por um desenvolvimento sustentável do ponto de vista social e ambiental por meio do crescimento da produção agroecológica e orgânica. Pode-se, com isso, observar que a autonomia feminina é um marco positivo na história da Associação das Colônias.

Quanto ao objetivo geral desta pesquisa – Investigar o papel da Associação das Colônias na contribuição da economia solidária para autonomia feminina; foi atingido, pois esta investigação se deu através do questionário aplicado, bem como nas visitas realizadas a associação; e pode-se observar o quanto esta contribuição das mulheres na associação é positiva. Uma das contribuições encontra-se estabelecido em ata, desde 2012 que as reuniões aconteceriam sempre na última quinta-feira de cada mês, elas participam efetivamente, emitem suas opiniões, tem poder de voto, sugestões, indicam quais cursos precisam fazer, entre outros aspectos.

Atendendo aos objetivos específicos que foram:

✓ Realizar uma análise documental apreciando as planilhas de produção que a Associação das Colônias dispõe, tanto dos produtos *in natura* quanto dos processados-panificação no período de abril de 2012 a dezembro de 2013. Essa apreciação se deu de forma muito peculiar nos encontros (reuniões da associação) que se pode participar. Essa apreciação foi realizada, com acesso às planilhas de controle da produção tanto dos produtos *in natura* quanto dos produtos processados – panificação - que a Presidente da Associação as cedeu para que pudessem ser avaliadas quantitativamente para esta pesquisa; nestas planilhas havia apenas o quantitativo fornecidos pela associação as escolas da zona urbana e rural; não foi possível saber de quanto era a solicitação da Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação à Associação das Colônias.

✓ Compreender a comercialização dos produtos *in natura* e processados – panificação da Associação das Colônias para os programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE. Nesses encontros, foi-se tomando conhecimento, entendimento, compreensão, percepção de como se dava a comercialização dos produtos *in natura* e processados – panificação, atendendo aos requisitos exigidos pelos programas do Governos Federal PAA e PNAE, conforme demonstrado nas Figuras 12, 13, 14 e 15;

✓ Identificar as estratégias de inserção e manutenção das mulheres na Associação das Colônias na cidade de Castro – PR e seus reflexos na produção produtos processados – panificação. Essa identificação foi encontrada nos relatos das próprias pesquisadas quando foi mencionado que elas participavam da Associação das Colônias pela conquista da independência financeira, por fazer o que gostavam por terem adquiridos alguns bem materiais que se não fosse pela sua permanência na associação isso não teria sido possível; que o convite para fazer parte da Associação das Colônias foi muito salutar por saberem que seriam capaz de terem o seu trabalho reconhecido, e por isso e outros aspectos sua permanência na Associação era muito importante; e os relatos que mais comoveram foi quando a uma associada afirmou que conseguiu formar uma filha professora e um filho técnico em eletrônica, comprar um carro para trabalhar, pagar contas antigas, e projeta-se para construir uma casa nova tudo com esta renda; ou seja, tudo com a inserção e permanência na Associação. Uma das estratégias é a potencialidade e fortalecimento de atividades já desenvolvida em casa; essa potencialidade é acreditar na sua capacidade de produzir além do que já produz no dia a dia em casa, ou seja, comercializar aquilo que já produz em casa.

✓ Avaliar o impacto e as limitações das ações da economia solidária para autonomia financeira das mulheres associadas. Esses impactos foram observados na aplicação do questionário quando as mulheres informaram que com a implantação do Projeto Cozinha Comunitária elas passaram a ser visíveis, ou seja, elas agora se tornaram produtoras de pães, bolos, doces, geleias, entre outros produtos. Pode-se relatar também que essas ações trouxeram a autonomia financeira feminina; uma vez que as associadas relataram que com a vendas dos produtos processados-panificação passaram a contribuir no orçamento familiar, adquiriram móveis e eletrodomésticos, tiraram carteira de motorista e que já não dependiam 100% do marido quanto à questão financeira.

Portanto, a autonomia feminina não pode ser tratada como algo concedido, resultante de resoluções, como uma posição que se alcança através de alguma convenção. A autonomia emerge e se desenvolve em meio às relações de poder, vinculando-se a contradições diversas, em um processo que não insurge de um centro único, senão de práticas e relações em permanente construção. A essas palavras outras poderiam ser acrescentadas, relatos do excesso de trabalho e responsabilidades a pesar sobre mulheres, da vontade de se capacitarem para

aprimorarem seu pequeno empreendimento, ou mesmo vislumbrarem outras fontes de renda.

Por fim, o processo de mudança que cada mulher vai construindo à medida que participa do convite para participar da Associação das Colônias desvela o fetiche de sua condição feminina imposta histórico-culturalmente, enfrenta os conflitos e contradições, vai fazendo emergir o seu “ser mais” como ser humano e como mulher. Este resultado não se mede e muitas vezes não se visualiza em um passe de mágica, mas precisa ser observado como processo de luta por valorização, participação, cidadania, libertação e autonomia, como afirmam as mulheres associadas. São resultados quase invisíveis, mas que dão o sentido estratégico da importância do próprio reconhecimento como mulher independente.

7.1 Recomendações para estudos futuros

Recomenda-se que este estudo sobre autonomia financeira feminina na Associação das Colônias não cesse nesta pesquisa, pois esta poderá ainda ser explorada quanto:

- ✓ Estudo com maior ênfase da capacidade produtiva nas máquinas de pães, analisando o tempo ocioso;
- ✓ A implantação de um estudo de indicadores gerenciais, como: receitas, custos e despesas, relativos às atividades da associação.
- ✓ Precificação, ferramentas do marketing e margem de lucro.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. e SILVA, R. da. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG)**. In ROCHA, M. I. B da. (Org.) Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. CEDEPLAR/UFMG. Ed. 34; São Paulo, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. EDUSP, 2012.

AGUIAR, G. F. S. **Nutrição e adaptação humana em áreas de pesca na Amazônia: sugestões para políticas em saúde**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, nº 2. São Paulo, 2012.

ALBUQUERQUE, P. P. **Autogestão**. In A. D. Cattani (Org.). A outra economia (pp. 20-26). Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALVAREZ, S. A. **Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia**. In A. Stefan (Org.), Democratizando o Brasil (pp. 315-380). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

ALVAREZ, S. A., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)**. Belo Horizonte: UFMG. 2001.

AMMANN, Safira B. Mulher. **Trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder**. Serviço Social e Sociedade, v.18, n. 55, p. 84-104, São Paulo, 1997.

ANGELIN, Rosângela; MADERS, Angelita Maria. **A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios**. In: Cadernos de Direito. Piracicaba, v. 10, n. 19, jul-dez. 2010.

ANTUNIASSI, Maria Helena R. et al. **De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 7, n.3, p. 125-132, 1993.

ARAÚJO, Carlos Augusto Moraes. **Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2005.

ARRUDA, M. **Tornar Real o Possível – A Formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Rio de Janeiro. Vozes, 2006.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005/2007 – **Organização Associação dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão Participação Acionária – ANTEAG** – São Paulo: Todos os Bichos, 2009. 64 p.

BAGNOLI, L.; MEGALI, C. Measuring Performance in Social Enterprises. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 149-165, 2011. DOI: 10.1177/0899764009351111.

BANDEIRA, P. S. **Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no rio Grande do Sul**. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.12, n. 1, p. 93-124, 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/98/55> - Acesso em novembro de 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKER, D.; EDMUNDO, K.; NUNES, Nilza Rogério; BONATTO, Daniella; SOUZA, Roseane de. **Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde**. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v.9, n.3, p.655-667, 2004.

BELLUCCI, M.; BAGNOLI, L.; BIGGERI, M.; RINALDI, V. **Performance measurement in solidarity economy organizations: the case of fair trade shops in Italy**. *Annals of Public and Cooperative Economics*, v. 83, n. 1, p. 25-59, 2012.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec. 1995.

BETHLEM, A.S. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. 6.ed. São Paulo. Atlas, 2009.

BIANCHINI, Valter. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA– Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, 2005.

BITTENCOURT, Gilson A.; SABBATO, Alberto Di. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

BONASSI, Fábio A.; LISBOA, Teresinha Covas. **O associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na Aremac-AM**. REA-Revista Eletrônica de Administração, v. 2, n. 2, 2011.

BONET, Maria Antônia Ribas. **“Mujer y trabajo en la economía social”**. Editorial CES: Madrid, 2005.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 4ª. Ed. (1ª. Ed. 1983), São Paulo.1986.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 133-184. Porto Alegre: FE – UFRGS, 1995.

BRASIL. 2009. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos/distribuicao-de->

alimentos-a-grupos-especificos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especifico>.
Acesso em abril de 2015.

_____. **Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União.** Brasília, 2009. Acesso em abril de 2015.

_____. **Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm>. Acesso em abril de 2015.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em abril de 2015.

_____. **Medida Provisória nº 2.178, de 24 de agosto de 2001.** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2178-36.htm#art32. Acesso em julho 2016.

_____. Portal Brasil. **Merenda escolar utiliza cada vez mais produtos da agricultura familiar.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/07/merenda-escolar-utiliza-cada-vez-mais-produtos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em abril de 2015.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, R. Ademar; GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura familiar e o novo mundo rural.** Sociologias. Porto Alegre, ano 5, p.312-347, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMURÇA, Silva; GOUVEIA, Tarciana. **O que é gênero?** 4 ed. Recife: SOS Corpo, 2004.

CANDEIAS, C. e MACDONALD, J. **Economia Solidária e Autogestão: Ponderações teóricas e achados empíricos.** UFAL, Maceió, 2005.

CANTERLE, N. M. G. O. **O associativismo e o desenvolvimento local.** In: Simpósio Estadual de Economia Doméstica. Anais. Francisco Beltrão: UNIOSTE, 2004; p.1-8.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares.** Revista Estudos Feministas, segundo semestre, ano/vol. 9, número 001. Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, Daniela Gomes de. **Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade.** Planejamento e políticas públicas, v. 1, n. 32, 2009.

CARVALHO, M.M.; LAURINDO, F.J.B. **Estratégia Competitiva: Dos conceitos à implementação.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007 p.227.

CASTELLI, A. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica - GECON.** São Paulo: Atlas, 2001.

CHIAVENATO, I.; CERQUEIRA NETO, Edgard Pedreira. *Administração Estratégica em busca do desempenho superior. Uma abordagem além do Balanced Scorecard*. São Paulo: Saraiva, 2003.

CHRISTOFFOLI, P. I.; NUNES, P. A.; RAMBO, A. G.; DA COSTA, T. **Experiências associativistas na agricultura familiar da região Sul do Brasil como forma de promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Revista da ABET, v. 12, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2013.

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento** - <http://www.conab.gov.br/> - Acesso em agosto de 2015.

CONSEA - **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** - <http://www4.planalto.gov.br/consea> - Acesso em abril de 2015.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **A mercantilização da agricultura familiar do alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de três palmeiras**. 2004, 209f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS, Porto Alegre, 2004.

COOK, Michael L.; CHADDAD, Fabio R. **Redesigning cooperative boundaries: The emergence of new models**. American Journal of Agricultural Economics, v. 86, n. 5, p. 1249-1253, 2004.

COSTA, Anita Aline Albuquerque; RIBEIRO, Tereza Cristina Almeida. **O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 2001.

CRUZ, L. A. **Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2013.

CULTI, M. N. **Mulheres na economia solidária**. São Paulo: UNITRABALHO, 2004.

DA VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo-SP: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 219p., 2007. (Coleção Estudos Rurais).

_____. **Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira**. In: E. TEOFILO, Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico. (pp. 173-200). Brasília: MDA - CNDRS - NEAD. 2000.

DALFOVO, W. T. et al. **A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do SESC Pantanal em Poconé-MT**. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Anais. Campo Grande: SOBER, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. 99p.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

DESER/FETRAF–SUL/CUT. **Agricultura Familiar e o novo sindicalismo**. 2008. Disponível em: <www.deser.org.br> Acesso em março de 2015.

DIÁZ-FONCEA, M.; MARCUELLO, C. **Social enterprises and social markets: models and new trends**. Service Business, v. 6, n. 1, p. 61-83, 2012. DOI 10.1007/s11628-011-0132-8.

EID, F. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo**. Anais do XI Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre a América Latina e Caribe – FIEALC, Osaka, Japão, setembro de 2003.

EID, F.; EID, R. M. C. O. **Marketing e agricultura familiar**: estudo em uma cooperativa de reforma agrária. In: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, Ouro Preto, 2003. Anais.

ERDMANN, R. H. **Organização de sistemas de produção**. Florianópolis: Insular, 1998.

FBES - **Fórum Brasileiro de Economia Solidária** - http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57 - Acesso em julho 2016.

FBES - **Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Farejador da Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3748&Itemid=215>. Acesso em abril 2016 (a).

FERNANDES, Lúcio André de O.; WOODHOUSE, Philip J. **Family farm sustainability in southern Brazil**: An application of agri-environmental indicators. Ecological Economics. v.66, n.2, p. 243-247, 2008.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando G.; GARCIA, Ronaldo C. **A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas**. Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, p. 479-539, 2001.

FNDE - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** - <http://www.fnde.gov.br/> - Acesso em março de 2015.

FNDE - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - RESOLUÇÃO/FNDE/CD/Nº 32 DE 10 DE AGOSTO DE 2006** <http://www.fnde.gov.br/> - Acesso em março de 2015 a.

FRANÇA FILHO, Geneauto Carvalho; LAVILLE, Jean. (Org). **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. UFRGS, 2004.

_____. (Org). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**-Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, Geneauto Carvalho; SANTA JÚNIOR Gildásio. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma Contribuição para Redefinição da Noção de**

Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia. Ladislau Dowbor. 2007.

FRANÇA, C.G.; GROSSI, M.E.D.; MARQUES, V. P. M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, nº39, p.182-211, jul./dez. 2003.

_____. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, p.211-228, jun./2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200013>.

GAITHER, Norman. **Administração da produção e operações.** 8. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

GALLO, A. R. **Empreendimentos Econômicos Solidários: alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica.** Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2003.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLTZ, Rita de Cássia. **Entrevista concedida a Alcione Lino de Araújo.** Castro, 24 de março de 2015.

GRATEROL, A.; ALIZO, M. A.; MOLERO, N. **Las cooperativas como estrategia de gestión para el fomento de la economía social en el municipio Maracaibo del estado Zulia. Período: 1999-2006.** Revista de Ciencias Sociales (RCS), v. 16, n. 3, p. 442-455, jul/set. 2010.

GRISA, Cátia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012, 280 p.

GUANZIOLE, C. R.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** FAO/INCRA. Brasília, Fev, 2000. 73p.

GUÈRIN, Isabele. **Sociologia Econômica e Relações de Gênero,** in: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2005, pág. 55-63.

GUERRA, A.C.; TOLEDO, D.A.C.; CASTANHEIRA, L. F. M.; OLIVEIRA, B. A. M. **Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de inserção.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2007, Fortaleza. *Anais.* Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/139.pdf>. Acesso em julho 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A divisão sexual do trabalho revisitada**. In M. Maruani & H. Hirata (Orgs). As novas fronteiras da desigualdade homens e mulheres no mercado de trabalho (pp. 111-123). São Paulo: SENAC. 2003.

HIRATA, Helena et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp.2009.

HOFFMANN, Rodolfo e LEONE, Eugênia T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Nova Economia. Belo Horizonte, v.14, n.2, p.35-58, mai./ago., 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 353, 2001.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2006. Censo Agropecuário 2005/2006: Resultados preliminares. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em março de 2015.

_____. **Base Cartográfica Digital** – IBGE – 2016. Carta topográfica Telêmaco Borba, SG.22-X-A, escala 1:250.000 (digital). ADAP. E ORG.: Strack, I.R.L., 2016.

INCRA/FAO. Food and agriculture organization of the United Nations. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: 1998. 68 p. Acesso em março de 2015.

_____. **Novo Retrato da Agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, 2012. Disponível em: www.deser.org.br. Acesso em março de 2015.

_____. **Novo Retrato da Agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em: www.deser.org.br. Acesso em março de 2015.

INEP - **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> - Acesso em agosto de 2015.

INSTITUTO DA CIDADANIA - <http://institutocidadania.org.br/> - Acesso em julho de 2015.

IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1999.

KERGOAT, Daniele, **Divisão social do trabalho e relações sociais de sexo**, in: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, pág. 71-88.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia Solidária: conceitos e contexto**. Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador. 2002.

LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre de. **A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da Serra Geral**. 2005, 170f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS, Porto Alegre, 2005.

LAGO, A.; LENGLER, L.; CORONEL, D. A.; SILVA, T. N. **Agricultura familiar de produtos orgânicos**: um olhar sob a ótica do marketing. Revista Extensão Rural. Santa Maria, ano XIII, p.94-116, 2006.

LIMA, Dalmò M. de Albuquerque e WILKINSON, John (org). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LISBOA, Jose Bispo de. **Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política** (um estudo da Coopertreze e das Associações Comunitárias em Lagarto e Salgado). In: MENEZES, A.V.C. & PINTO, J.E.S. de S. Linhas Geográficas. Aracaju: Programa Editorial: NGPEO/UFS, 2001.

LISBOA, T.K. **Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de empoderamento**. Gênero, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói, v.2, n.2, p.131-149, 2002.

LOURENZANI, Wagner Luiz. **Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural**. Organizações Rurais e Agroindustriais – Revista eletrônica da UFLA, Lavras. v.8, n.3, p. 313-322, 2008. Disponível em <www.dae.ufla.br/revista> Acesso em abril de 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2007. 108 p. (Série Trilhas).

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MAERKER, S. **Mulheres de Sucesso**. SP: Infinito, 2000.

MALUF, Renato Sergio. **Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE. Porto Alegre, v.25, p.299-322, 1º sem. 2004.

MANCE, Euclides André. **Economia Solidária: um novo paradigma?** Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, 2000. Disponível em: www.milenio.com.br/mance/economia2.htm. Acesso em maio de 2016.

_____. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista a globalização atual**. 2. ed.. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF: **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília-DF, 47p., 1996.

MARASCHIN, Ângela de Faria. **As relações entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa, RS**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009. 207 p.
- MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005. 136 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em março de 2015.
- MAYER, R. R. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 1988.
- MELO, Aurélio Alves; VIEIRA, Fernanda Rodrigues. **Agricultura familiar competitiva: um diagnóstico estratégico da agroindústria de processamento de frutas e vegetais pertencente à cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga - Goiás**. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, CENTRO CIENTÍFICO CONHECER. v.8, n. 15, p. 2392. Goiânia – GO, 2012.
- MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. **Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista**. In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.
- MENEZES, M. T. C. G. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.
- MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO)**. Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão – UFG, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)** - <http://www.mec.gov.br/> - Acesso em março de 2015.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)** – 2014 - <http://www.mda.gov.br/> - Acesso em março de 2015.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS)** - <http://mds.gov.br/> - Acesso em março de 2015.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)** - <http://trabalho.gov.br/portal-mte> - Acesso em março de 2015.
- MONKS, J. G. **Administração da produção**. São Paulo: MCGraw-Hill, 1987.
- MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**. RJ: Record, Rosa dos Tempos, 1995.
- NARDINI, T. **A utilização de métodos de planejamento participativo durante o processo de incubação de cooperativas populares**. Dissertação de Mestrado. São Carlos: 2007.
- NAZZARI, R. K.; BRANDALISE, Loreni T.; BERTOLINI, Geysler R. Flor (Orgs). **Gestão das Unidades Artesanais na agricultura familiar: uma experiência no oeste do Paraná**. 1.ed. Cascavel: Edunioeste, 2007.

- NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Mandamentos, 2006.
- NEVES, Magda A. e COSTA, Bianca A. L. **Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2, Recife. Anais...Recife, 9 de maio a 1 de junho de 2007.
- NOBRE, M. **Introdução a Economia Feminista**. In M. Nobre & N. Faria (Orgs). Economia Feminista. Cadernos Sempreviva. SOF, São Paulo. 2003.
- NOBRE, Miriam; SILIPRANDI Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.), **Gênero e agricultura familiar**, São Paulo: Sempre-viva Organização Feminista, 1998, pág. 35.
- OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.
- OLIVEIRA, D.P.R. **Estratégia empresarial: uma abordagem empreendedora**. São Paulo. Atlas. 1988
- OLIVEIRA, D.P.R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT)** - <http://www.ilo.org/brasil/lang-pt/index.htm> - Acesso em setembro de 2015.
- PAULILO, María Ignez S. **O peso do trabalho leve**. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
- _____. **Mulher e cidadania**. Serviço Social em Revista. Vol.2 nº. 2, jan/jun. Londrina. Editora da UEL, 2000.
- _____. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. In. Paulilo e Schmidt (org) Agricultura e espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis. Editora da UFSC, 2003.
- PASTORE, J. **Situação Sócio-Econômica da Mulher**. 2002. Disponível: http://www/mj.gov.br/sedh/cndm/artigos/art_pastore.htm. Acesso em junho de 2014.
- PINHEIRO, D. C. **A educação na Economia Solidária: Possibilidades para um novo paradigma social**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 2, p. 301-324, mai./ago. 2013.
- PINHEIRO, Diógenes. **Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores**. In.: TEDESCO, João Carlos. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 406p.
- PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PNDRSS)** – 2013 – www.mda.gov.br/pndrss - Acesso em maio de 2015.

- PORTER, Michael E. **Vantagens Competitivas: Criando e sustentando um desempenho superior**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 1989.
- PORTER, M.E. **Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elseiver, 2004.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Vozes Femininas na Correspondência de Plínio Salgado**. In: GOMES, Ângela Castro. Escrita de Si, Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RAZETO, Luís. **Economia de solidariedade e organização popular. Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, p. 34-58, 1997.
- RIBEIRO, Sérgio Dias; DE MÜYLLER, Cristiana Fernandes. **Economia Solidária: Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade**. Organizações & Sociedade, v. 21, n. 71, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302014217100004>.
- RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **O papel da mulher nas transformações da agricultura Familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução Social**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, p. 1-6, 2010.
- ROSSINI, R.E. **Womem, Migration, Enviroment and Rural Development Policy in Brazil**.2002. Disponível: <http://www.fao.org/DOCREP/x0210e/x0210e00.htm>. Acesso em março de 2015.
- SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete P; LOMBARDI, Maria R; FARIA, Nalu. **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.
- SABOURIN, Eric; OLIVEIRA, Marcelo N.; XAVIER, José H. V. **Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG**. Estudos Sociedade de Agricultura, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.5-44, 2013.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALOMÃO, Margarida. **Com Lula e Dilma, a agricultura familiar tem vez**. 2014. <<http://margaridasalomao.com.br/com-lula-e-dilma-agricultura-familiar-tem-vez/>>. Acesso em julho de 2016.
- SANTOS, Fábio Pereira dos. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-SP). São Paulo (SP), 2011.
- SANTOS, Graciete. **Economia Solidária e Feminista: um encontro possível**. Cadernos Feministas de Economia & Política, Recife, n.5, 2009.

SANTOS, Roseli A. dos; GHEDINI, Cecília Maria; RIBEIRO, Catiane R.; FEDATO Elis Marina B.; ABRÃO; Joice A. A. **A história da organização política das mulheres agricultoras no Sudoeste do Paraná**. Revista Varia Scientia v.09, n.15, p. 117-129. 2010.

SARAIVA, Elisa Braga; DA SILVA, Ana Paula Ferreira; DE SOUSA Anete Araújo; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Ciência e Saúde Coletiva [online], vol.18, n.4, pp.927-935. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400004>. 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 254p., 2003. (Coleção Estudos Rurais).

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (Orgs.). **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 252p., p. 21-49, 2004. (Série: Estudos Rurais).

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul/dez, pp. 71-99. Porto Alegre: FE – UFRGS, 1995.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1989.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. [orgs]. **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SEAB - **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento** - http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/olericultura_2013_14.pdf - Acesso em janeiro 2016.

SEBRAE - **Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas** – Cartilha Associação – Série Empreendimentos Coletivos – 2014 – www.sebrae.com.br – Acesso em janeiro 2016.

SEGER, Adelaine Catarina et. al. **Mulheres Gerando Trabalho e Renda na Agricultura Familiar**. Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE). Santa Rosa - RS: Coli Gráfica e Editora, 2007.

SENEAS - **Secretaria Nacional de Economia Solidária** – http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm - Acesso em novembro de 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: CORTEZ, 2007.

SILVA, C. M. V. **Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica (Paracatu–MG)**. Brasília: Dissertação de Mestrado.2007, 106 p.

SILVA, Carolina Braz de Castilho. **A pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estrela Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, M. G. da; CÂNDIDO, G. A. e MARTINS, M. de F. **Método de construção do índice de desenvolvimento local sustentável: uma proposta metodológica e aplicada**. In: Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais, Campina Grande, v. 11, n.1, p. 55-72, 2009.

SILVA, N. F. **A análise sobre a participação das mulheres e suas organizações na economia solidária no Brasil**. Relatório de Pesquisa. REDES/IICA -MDA –NEAD – Brasília. 2009.

SINGER, Paul. **Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**. Mercado de Trabalho – IPEA, v.39, p. 43-48, 2009.

_____. **Aprender economia**. 24 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **“Economia Solidária: possibilidades e desafios”**, in: Revista Proposta, Rio de Janeiro: FASE, 2004.

_____. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2003.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Ed. Contexto. 2000.

SLACK, N. et al. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação do financiamento da agricultura familiar na produção e ocupação de renda**. Nº 18, Série BNB Teses e Dissertações-Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

SOUZA, André; CUNHA, Gabriela; DAKUZAKU, Regina (Org.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Editora contexto, 2003.

STRASSMANN, D. **A Economia Feminista**. In N. Farias & M. Nobre (Org.), Economia Feminista. SOF, São Paulo. 2002.

TAKAGI, M. **A implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

TARSITANO, M. A. A et al. **Caracterização das ações de assistência técnica e extensão rural no assentamento Timboré (SP)**. Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, p. 167-186.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia Solidária e Autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda**. IPEA – Mercado de Trabalho, [S.l.], nº 24, p.35-43, 2º sem. 2004.

TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Universidade de Passo Fundo. Faculdade de Economia e Administração – Centro Regional de Economia e Administração, 2001.

TERLUIN, I.J. **Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories**. Journal of Rural Studies v.19, p.327-344, 2003.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã, MS: o pivô da questão**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlia de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2009.

TOLEDO, D. **Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Minduri: um exercício de autogestão?** 2007. 72 p. Monografia (Conclusão do Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei. 2007.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

TURPIN, Maria Elena. **A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares**. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VAN DER PLOEG, J.D. et al. **Rural development: from practices and policies towards theory**. *Sociologia Ruralis*, Oxford, UK, v.40 n.4, p. 391-408, outubro de 2000.

VILLA REAL, Luciana Correia; SCHNEIDER, Sergio. **O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar**. Estudo & Debate, v. 18, n. 2, 2011.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, M. A. C. de. **Governanças na agricultura familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo**. In: VILPOUX, O. F. (Org.). Sustentabilidade na agricultura familiar. Curitiba: CRV, p. 191-226. 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1999. Caxambu. Anais Eletrônicos. Brasília: MDA, 1999. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/o/899445> - Acesso em novembro de 2015.

WARREN, Ilse Scherer. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

WINCK, C. A.; ZONIN, V. J.; SCARTON, L. M.; SILVA, T. N. da. **Agricultura familiar e rendas alternativas na região da Quarta Colônia/RS**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. São Paulo, v.10, p.28-51. 2014.

WITTMAN, Hannah; BLESCH, Jennifer. **Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil**. Journal of Agrarian Change, 2015. DOI: 10.1111/joac.12131.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZACARELLI, S. B. **Programação e Controle da Produção**. São Paulo: Pioneira, 1986.

ZANON, Raquel Silvestrin. **Organização familiar agrícola: o caso da produção de soja no sul do Brasil**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Administração, São Paulo. 2014.

APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus de Ponta Grossa
 Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO



PESQUISA – COLETA DE DADOS JUNTO A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DAS COLÔNIAS IAPÓ e SANTA CLARA na Cidade de Castro - PR

Prezado Entrevistado (a):

Este questionário tem a finalidade de coletar dados para a tese de Doutorado da acadêmica **Alcione Lino de Araújo**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UTFPR.

Estas informações serão utilizadas exclusivamente para **fins acadêmicos** e todos os dados fornecidos serão mantidos de forma absolutamente **confidencial**.

Desde já agradecemos a sua disponibilidade e colaboração.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a emancipação das mulheres na Associação de Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança na cidade de Castro - PR.

BLOCO I – PERFIL DA AGRICULTORA

Nome da Associada: _____

Idade: _____

Informação ético-racial

() Branca () Negra () Parda () Indígena () Amarela () Não informou

Até que série a senhora estudou?

() Não sabe ler ou escrever / () Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo / () Curso Pós Médio / () Ensino médio incompleto

() Ensino superior incompleto / () Ensino médio completo / () Ensino superior completo

() Ensino Médio Técnico / () Pós Graduação

() Outro. Qual? _____

() Não respondeu

Estado Civil: () Solteira () Casada () Separada () Divorciada () Viúva () Não Informou

A senhora tem filho? () Sim () Não

Quantos filho a senhora tem? FILHOS _____ FILHAS _____ () Não Informou

A senhora sempre morou na Zona Rural? () Sim () Não

Se NÃO morou onde? _____

BLOCO II – PRODUÇÃO X RENDA

Quantos produtos a senhora produz? _____

Quais são esses os produtos? _____

Quantos quilos a Senhora produz por mês? _____

Quantas horas de trabalho a senhora se dedica no projeto “Cozinha Comunitária”? ____

Quantas horas a senhora trabalha em Casa? _____

Quantos dias da semana a senhora se dedica a produção do projeto “Cozinha Comunitária”?

_____ Quais? _____

Toda a sua produção é comercializada? () Sim () Não

Se SIM onde? _____

Existe alguma dificuldade para a senhora produzir? () Sim () Não

Se SIM qual? _____

A senhora tem conhecimento de como é realizada a solicitação da produção?

() Sim () Não

Se SIM como é realizada então? _____

Antes da senhora participar desse projeto “Cozinha comunitária”, qual era sua atividade principal?

Com essa participação no projeto “Cozinha comunitária” qual sua renda hoje?

A renda do projeto “Cozinha Comunitária” é satisfatória hoje para senhora?

() Sim () Não Porque? _____

Com essa renda a senhora ajuda nas despesas de casa? () Sim () Não

Se SIM de que forma?

Essa renda é só sua? () Sim () Não Porque? _____

Antes de participar do projeto “Cozinha Comunitária” a senhora tinha alguma renda?

() Sim () Não Quanto? _____

A senhora tem outra renda fora essa da Associação (projeto “Cozinha Comunitária”)?

() Sim () Não Se SIM qual? _____ Quanto? _____

Com a renda do projeto “Cozinha Comunitária” como a senhora se considera hoje?

() Muito Satisfeita () Satisfeita () Insatisfeita () Não muito Satisfeita () Não respondeu

Com essa renda a senhora já adquiriu alguma coisa para sua casa ou para si própria?

() Sim () Não E o que adquiriu? _____

Como seu esposo ou companheiro enxergam (comentam) sobre sua renda hoje?

Para o que a senhora produz pode existe alguma melhoria? () Sim () Não

Por qual motivo?

Quais as propostas de melhoria que a senhora indicaria para aumentar sua produção?

BLOCO III – ECONOMIA SOLIDÁRIA

A senhora já ouviu falar em Economia Solidária? () Sim () Não
Se SIM onde?

O que a senhora entende por Economia Solidária?

Quem convidou a senhora para participar da Associação?

A quanto tempo a senhora participa da Associação? _____

A senhora pretende continuar na Associação Produzindo os produtos processados - panificação? () Sim () Não

Por qual motivo?

O que mais motiva a senhora permanecer na Associação?

Quais os motivos que levaram a Senhora a participar do projeto “Cozinha Comunitária”?

Esse projeto “Cozinha Comunitária” trouxe algum benefício para senhora ou para sua família?
() Sim () Não
Qual?

**ANEXO A - PLANILHAS DA ASSOCIAÇÃO DAS COLÔNIAS DISPONIBILIZADAS À
PESQUISA**

ENSINO INTEGRAL / EMEF URBANA E RURAL/ CMEI / BERÇÁRIO								
PEDIDO DE ENTREGA DE GÊNEROS PERECÍVEIS								
DE: 07/03/2012 À 09/03/2012								
DATA DE ENTREGA: 05/03/2012								
ESCOLA	INTEGRAL	EMEF'S URB CHA I	EMEF'S URB MI	EMEF'S RURAL	CMEI	BERÇÁRIO	TOTAL	
QUANTIDADE DE ALUNOS	474	2145	2122	1390	1755	96	7982	
PREVISÃO DE COMPRAS	485	2215	2175	1510	1885	115	8385	
PRODUTO	P C	QUANTIDADE DE COMPRA						
Cebola	0,008	3,9	17,7	17,4	12,1	15,1	66,8	
Alho	0,003	1,5	6,6	6,5	4,5	5,7	25,1	
Cheiro verde	0,006	2,9	13,3	13,1	9,1	9,4	48,3	
Repolho	0,025	12,1					14,4	
Maçã	1	485,0	2215,0	2175,0	1510,0	1885,0	8385,0	
Pepino	0,03	14,6				56,6	74,6	
Couve	0,025	12,1	55,4	54,4	37,8	84,8	247,3	
Abobrinha	0,03		66,5	65,3	45,3	56,6	235,9	
Laranja	1		2215,0	2175,0	1510,0	1885,0	7900,0	
Banana	0,1					188,5	205,8	
Tomate	0,015					28,3	31,8	
Mamão	0,1					188,5	194,3	
Pêra / pêssego	1					1885,0	2000,0	
Beterraba	0,02					37,7	40,0	
Brócolis	0,035					66,0	70,0	
Batata salsa	0,05					94,3	100,0	
Cenoura	0,03						3,5	
Batata	0,02						2,3	
Chuchu	0,035						4,0	
Aipim	0,06						6,9	
Vagem	0,01						1,2	
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

CMEI - BERÇÁRIOS						
PEDIDO DE ENTREGA DE GÊNEROS PERECÍVEIS: FLV						
DE: 07/03/2012 À 09/03/2012						
DATA DE ENTREGA: 05/03/2012						
BERÇÁRIO	CAV	J P II	CIRANDA	RIVA	TOTAL	
QUANTIDADE DE CRIANÇA	20	20	35	21	96	
PREVISÃO DE COMPRAS	25	25	40	25	115	
PRODUTO	P C	QUANTIDADE DE COMPRA				
Cebola	0,008	0,2	0,2	0,3	0,2	0,9
Alho	0,003	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3
Cheiro verde	0,005	0,1	0,1	0,2	0,1	0,6
Banana	0,15	3,8	3,8	6,0	3,8	17,3
Cenoura	0,03	0,8	0,8	1,2	0,8	3,5
Abobrinha	0,02	0,5	0,5	0,8	0,5	2,3
Batata	0,02	0,5	0,5	0,8	0,5	2,3
Mamão	0,05	1,3	1,3	2,0	1,3	5,8
Chuchu	0,035	0,9	0,9	1,4	0,9	4,0
Tomate	0,03	0,8	0,8	1,2	0,8	3,5
Mandioca	0,06	1,5	1,5	2,4	1,5	6,9
Vagem	0,01	0,3	0,3	0,4	0,3	1,2
Pêra / pêssego	1	25,0	25,0	40,0	25,0	115,0
Beterraba	0,02	0,5	0,5	0,8	0,5	2,3
Repolho	0,02	0,5	0,5	0,8	0,5	2,3
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

**ANEXO B - PLANILHAS DE PRODUÇÃO E SEGREGAÇÃO DOS PRODUTOS *IN*
NATURA E PROCESSADOS -PANIFICAÇÃO**

PRODUTOS ENTREGUES NA MERENDA ESCOLAR PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO ANO 2012 - 7.524 alunos											
FRUTAS											
PRODUTO	MAIO	JUNHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL KG	
CAQUI	3.426,3	2.246,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,60	14.749,28	5.673	
KIWI	719,4	715,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,00	4.305,60	1.435	
PONKAN	1.241,0	1.424,5	943,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,90	3.247,92	3.609	
LARANJA PERA	0,00	0,00	1.968,47	0,0	0,0	0,0	2.415	1,00	4.383,47	4.383	
TOTAL.....	5.386,70	4.386,80	2.911,77	0,00	0,00	0,00	2.415,00			15.100	
TOTAL									26.686,27		

PRODUTOS ENTREGUES NA MERENDA ESCOLAR PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO ANO 2012											
VERDURAS / KG											
PRODUTO	MAIO	JUNHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL KG	
ABOBORA	475,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,09	517,75	475,00	
ABOBRINHA VERDE	607,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51,0	0,0	1,40	922,46	
ACELGA	144,0	122,3	216,0	0,0	121,0	0,0	0,0	1,20	723,96	603,30	
AIPIM/MANDIOCA	642,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,95	609,90	642,00	
ALFACE	297,1	81,0	102,0	103,0	112,0	91,0	15,0	2,00	1602,20	801,10	
BATATA DOCE	0,0	0,0	419,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,15	481,85	419,00	
BATATA INGLESA	2044,4	946,0	1327,0	333,0	12,0	0,0	202,0	1,10	5350,84	4.864,40	
BETERRABA	825,9	146,0	67,0	274,3	329,0	446,0	172,0	1,00	2260,20	2.260,20	
BRÓCOLIS	332,0	88,0	66,0	223,0	178,5	68,9	0,0	3,30	3156,12	956,40	
CEBOLA	279,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	57,0	110,0	1,20	535,20	
CENOURA	1325,1	156,5	573,0	25,0	206,9	222,3	0,0	1,20	3010,56	2.508,80	
CHEIRO VERDE	78,4	17,4	40,5	26,4	37,8	26,8	15,0	6,00	1453,80	242,30	
CHUCHU	435,5	739,0	0,0	3,2	131,0	0,0	73,0	1,00	1381,66	1.381,66	
COUVE FLOR	231,9	0,0	0,0	46,0	107,0	0,0	0,0	2,05	789,05	384,90	
COUVE MANTEIGA	229,0	0,0	29,0	50,0	11,5	13,0	10,0	2,00	685,00	342,50	
ERVILHA	336,0	0,0	44,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,27	3142,60	380,00	
ESCAROLA	36,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,00	80,00	40,00	
MILHO VERDE EM GRAO "IN NATURA"	30,0	0,0	81,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,50	388,50	111,00	
MILHO VERDE ESPIGA	1339,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,70	2276,30	1.339,00	
PEPINO	76,5	186,5	0,0	0,0	0,0	0,0	32,0	1,20	354,00	295,00	
PINHÃO	91,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,80	165,42	91,90	
REPOLHO ROXO	0,0	0,0	0,0	0,0	41,0	69,5	0,0	0,85	93,93	110,50	
REPOLHO VERDE	278,7	196,0	96,0	32,0	295,5	122,5	112,5	0,60	679,92	1.133,20	
VAGEM	42,1	132,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,20	384,69	174,86	
TOTAL.....	10.177,4	2.811,5	3.064,5	1.115,9	1.583,2	1.168,0	741,5	48,8		20.661,92	
TOTAL.....									31.045,90		

PRODUTOS ENTREGUES NA MERENDA ESCOLAR PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO ANO 2012											
PANIFICAÇÃO / KG											
PRODUTO	MAIO	JUNHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL KG	
BISCOITO CASEIRO	434,9	60,2	67,0	66,500	0,0	60,9	79,0	8,20	6.301,70	768,50	
BOLO COMUM	602,6	0,0	0,0	427,000	150,0	0,0	0,0	6,90	8.139,24	1.179,60	
BOLO DE FUBA	0	236	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,90	1.628,40	236,00	
BROA INTEGRAL	0	0	0	3	0	0,0	0,0	6,80	20,40	3,00	
CHINEQUE	420,3	356,0	2,0	56,205	492,7	162,6	0,0	7,50	11.173,54	1.489,81	
CUCA CASEIRA	1.083,0	317,9	667,1	119,000	209,625	534,5	491,0	6,90	23.612,39	3.422,09	
PÃO CASEIRO	1.820,0	53,8	727,075	499,500	172,2	308,7	384,0	6,35	25.179,18	3.965,23	
PÃO CASEIRO INTEGRAL	0	0	0	439,550	1.123,00	716,4	507,6	6,80	18.948,54	2.786,55	
PÃO DE LEITE	732,4	302,4	47,2	86,500	0,0	0,0	0,0	6,80	7.945,80	1.168,50	
PÃO DE MEL	0	198,3	212	756,000	351,01	0,0	0,0	7,50	11.379,83	1.517,31	
PÃO ENRIQUECIDO	964,9	77,0	174,56	86,520	1,0	20,0	0,0	6,50	8.605,87	1.323,98	
PÃO INTEGRAL	1.911,1	0,0	363,5	22,010	0,0	0,0	0,0	6,80	15.617,08	2.296,63	
TOTAL.....	7.969,2	1.601,6	2.260,4	2.561,8	2.499,5	1.803,1	1.461,6			20.157,19	
TOTAL.....									138.551,96		

PRODUTOS ENTREGUES NA MERENDA ESCOLAR PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO ANO 2013 - 7.370 ALUNOS														
FRUTAS														
PRODUTO	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMB	OUTUB	NOVEMB	DEZEMB	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL KG
CAQUI	0,00	1.213,30	3.136,09	5.059,95	1.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,60	28.772,48	11.066
KIWI	0,00	0,00	0,00	792,26	226,40	226,40	0,00	226,40	226,40	0,00	0,00	3,00	5.093,58	1.245
LARANJA	0,00	0,00	5736,00	0,00	8555,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	21.436,50	14.291
PONKAN	0,00	0,00	0,00	144,00	216,88	216,88	0,00	216,88	216,88	0,00	0,00	0,90	910,37	578
LARANJA PERA	0,00	0,00	69,00	367,50	777,42	777,42	0,00	777,42	777,42	2.456,50	0,00	1,11	6.662,97	1.991
MORANGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,375	0,00	0,00	9,48	1.235,96	130
MELANCIA	193,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,72	139,25	193
TOTAL.....	193,40	1213,30	8941,09	6363,71	11432,70	1220,70	0,00	1220,70	1351,08	2456,50	0,00			29.495
TOTAL.....													62.875,91	

PRODUTOS ENTREGUES NA MERENDA ESCOLAR PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO ANO 2013 - 7.370 ALUNOS														
VERDURAS / KG														
PRODUTO	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOS.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	PREÇO	TOTAL	TOTAL KG
ABOBORA	0,0	0,0	6,0	267,0	65,0	65,0	0,0	65,0	65,0	0,0	0,0	1,16	618,28	533,00
ABOBRINHA VERDE	10,0	130,0	23,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	75,0	77,5	1,69	533,20	315,50
ACELGA	36,0	67,0	40,0	0,0	25,5	25,5	0,0	25,5	25,5	0,0	0,0	1,00	245,00	245,00
AIPIM DESCASCADO CONGELADO	0,0	0,0	795,0	273,0	249,0	249,0	0,0	249,0	249,0	0,0	0,0	2,47	5.098,08	2.064,00
AIPIM/MANDIOCA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,95	0,00	0,00
ALFACE	0,0	115,0	46,0		41,5	41,5	0,0	41,5	189,0	46,0	40,5	2,20	1.234,20	561,00
BATATA DOCE	0,0	0,0	0,0	344,0	337,0	337,0	0,0	337,0	337,0	0,0	0,0	1,56	2.639,52	1.692,00
BATATA INGLESA	0,0	0,0	400,0	0,0	367,8	196,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,10	1.060,15	963,77
BETERRABA	0,0	0,0	64,7	64,0	71,0	0,0	0,0	0,0	35,0	49,5	67,0	1,30	456,51	351,16
BRÓCOLIS	0,0	0,0	136,0	94,0	23,0	0,0	0,0	0,0	67,5	97,5	0,0	4,29	1.793,22	418,00
CEBOLA	0,0	0,0	302,6	224,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,21	637,49	526,85
CENOURA	153,7	134,4	213,8	158,8	0,0	0,0	0,0	0,0	62,5	17,0	59,7	1,62	1.295,89	799,93
CHEIRO VERDE	3,1	8,2	32,3	20,0	29,6	29,6	0,0	29,6	44,4	42,2	8,2	7,15	1.767,27	247,17
CHUCHU	20,0	130,5	266,0	151,5	119,0	119,0	0,0	119,0	119,0	0,0	0,0	1,30	1.357,20	1.044,00
COUVE FLOR	0,0	0,0	74,5	204,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,25	907,08	279,10
COUVE MANTEIGA	0,0	49,0	0,0	33,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,25	266,50	82,00
MILHO VERDE S/ PALHA ORGÂNICO	693,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,64	2.525,07	693,70
MILHO VERDE S/ PALHA	343,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,80	961,80	343,50
PEPINO	219,5	40,0	122,5	325,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,56	1.104,17	707,80
REPOLHO ROXO	0,0	0,0	0,0	47,5	96,0	96,0	0,0	96,0	96,0	0,0	0,0	1,12	483,28	431,50
REPOLHO VERDE	174,0	74,0	181,0	106,3	216,5	216,5	0,0	216,5	361,0	258,0	191,7	0,60	1.197,28	1.995,46
VAGEM	128,0	0,0	0,0	0,0	369,0	176,9	0,0	0,0	18,0	0,0	0,0	1,82	1.259,22	691,88
TOTAL.....	1652,5	748,1	2703,3	2313,7	2009,9	1552,0	0,0	1179,1	1668,9	585,2	444,6	47,04		14.986,32
TOTAL.....													24.066,02	

PRODUTOS ENTREGUES NA MERENDA ESCOLAR PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO ANO 2013 - 7.370 alunos														
PANIFICAÇÃO / KG														
PRODUTO	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUT.	NOVEMB	DEZEMB	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL KG
BISCOITO CASEIRO	174,50	129,00	613,98	76,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,70	7.654,80	994,13
BROA DE CENTEIO	0,00	189,00	468,00	0,00	83,00	83,00	92,00	83,00	83,00	86,00	297,00	8,10	11.858,40	1.464,00
CHINEQUE	0,00	0,00	0,00	123,10	0,00	0,00	101,58	0,00	0,00	0,00	111,27	9,10	3.057,15	335,95
CUCA CASEIRA	672,50	486,09	270,75	727,99	463,25	567,75	983,50	463,25	463,25	16,00	0,00	7,00	35.800,31	5.114,33
PÃO CASEIRO	534,00	361,50	812,00	714,80	538,50	538,50	169,00	453,50	453,50		83,50	6,80	31.679,84	4.658,80
PÃO DE LEITE	0,00	0,00	0,00	0,00	447,49	447,49	0,00	447,49	447,49	0,00	0,00	6,80	12.171,73	1.789,96
PÃO DE MEL	0,00	0,00	0,00	0,00	220,445	220,445	183,18	229,445	229,445	74,00	68,43	9,10	11.151,05	1.225,39
PÃO ENRIQUECIDO	0,00	370,50	0,00	88,50	174,00	174,00	91,50	174,00	174,00	0,00	104,00	7,20	9.723,60	1.350,50
PÃO DE SEMENTE	97,70	0,00	102,00	90,00	0,00	85,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,50	7,30	3.388,66	464,20
MACARRÃO CASEIRO	0,00	0,00	106,00	310,33	67,00	67,00	0,00	67,00	67,00	0,00	35,00	6,00	4.315,98	719,33
PÃO INTEGRAL		191,50	365,99	0,00	87,50	448,50	361,50	87,50	87,50	386,00	76,50	8,10	16.949,17	2.092,49
TOTAL.....	1.478,70	1.727,59	2.738,72	2.131,37	2.081,19	2.631,69	1.982,26	2.005,19	2.005,19	562,00	865,20	83,20		20.209,08
TOTAL.....													147.750,68	

**ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) –
PLATAFORMA BRASIL**



**Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus de Ponta Grossa**

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: Economia Solidária e Emancipação Feminina: um estudo sobre a produção de panificação na Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara.

Pesquisador (es), com endereços e telefones:

MSc. Alcione Lino de Araújo, Mestre em Engenharia de Produção, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UTFPR - Campus Ponta Grossa. Av. Monteiro Lobato, s/n, Km 04, Ponta Grossa-PR.

Endereço residencial: Rua: Francisco Celso Baptista Rosas, nº 606, Bloco 01 – Apto 34 – Residencial Raul Pinheiro Machado - Ponta Grossa -PR.

Engenheiro ou médico ou orientador ou outro profissional responsável:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Vitória Messias Bittencourt¹

Coorientadora: Prof.^a Dr^a. Maria Helene Giovanetti Canteri²

¹Doutora em Genética Molecular e Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (M/D) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa. Email: julianavitoria@utfpr.br. Av. Monteiro Lobato, s/n, Km 04, Ponta Grossa-PR.

²Doutora em Tecnologia de Alimentos, Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (M/D) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa. Email: canteri@utfpr.edu.br. Av. Monteiro Lobato, s/n, Km 04, Ponta Grossa-PR.

Local da Pesquisa: Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara na cidade de Castro - PR.

Endereço, telefone do local: Centro Comunitário da Ponte do Zinco, S/N, Colônia IAPÓ, Castro, PR, CEP 84165-970, Brasil.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1. Apresentação da pesquisa

Senhoras Associadas,

Através desta, gostaríamos de explicar-lhes que realizaremos um trabalho de pesquisa com as mulheres que frequentam a Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara na cidade de Castro – PR. A pesquisa relaciona-se à tese de Doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) do referido pesquisador.

Esta pesquisa envolve o estudo do gênero mulher, o qual é sempre um desafio para os pesquisadores.

Trata-se de um conteúdo altamente complexo e abstrato na engenharia de produção um mundo altamente masculinizado, cujas ideias e conceitos costumam ser sempre relacionado com a questão da violência contra a mulher no cotidiano.

O entendimento deste conteúdo é essencial para a compreensão de temas ainda mais complexos tanto desta área quanto de conquistas através do trabalho desenvolvido pela mulher, bem como para um posicionamento crítico diante questionamentos éticos, morais, políticos, religiosos e econômicos, negligenciados pelos pesquisadores e desconhecidos pela sociedade em geral.

Dada à complexidade do conteúdo de emancipação da mulher através da produção de gêneros de panificação, pesquisadores vêm empregando estratégias bastante variadas, com o objetivo de tornar o conteúdo de Gênero Feminino mais interessante e simples de ser compreendido. Pesquisas apontam que, para a compreensão de conteúdos complexos, são necessárias estratégias pedagógicas alternativas que contribuam para um aprendizado mais duradouro, significativo e não mecânico ou automático. Diante disso, acredita-se que uma pesquisa contendo estratégias pedagógicas fundamentadas no conhecimento da engenharia da produção, pode ser uma ferramenta importante para complementar a prática e facilitar a aprendizagem significativa de conceitos da emancipação feminina na engenharia de produção.

2. Objetivos da pesquisa.

O principal objetivo da presente pesquisa é investigar a contribuição da economia solidária para a emancipação feminina na produção de panificados na Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara. Deste objetivo geral, decorrem os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a produção de panificados na Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara na cidade de Castro – PR no ano de 2014.
- Delinear a participação da mulher na produção de panificados confeccionados nas cozinhas comunitárias no ano de 2014 na Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara na cidade de Castro - PR.
- Identificar as estratégias de inserção e permanência das mulheres na Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara na cidade de Castro – PR e seus reflexos na produção de panificados.
- Propor recomendações para melhoria do sistema produtivo de panificados na Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara na cidade de Castro – PR possibilitando incorporação de novas mulheres.

3. Participação na pesquisa.

A pesquisa envolverá as mulheres que são associadas na Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara na cidade de Castro – PR.

O trabalho será desenvolvido durante as reuniões da associação que acontecem sempre na última quinta-feira de cada mês. Assim a pesquisa será entre setembro e outubro de 2015.

Para satisfazer os objetivos deste estudo, o processo de pesquisa será dividido em três momentos: (1) visita a associação, (2) coleta de dados e (3) avaliação dos resultados. Na coleta de dados, o pesquisador deverá obter dados pessoais gerais (comuns a todas as pesquisas, por exemplo, nome, idade, entre outros), dados socioeconômicos e demográficos. Após, na segunda etapa, será pesquisado a questão da produção e renda para as mulheres. Por fim, na terceira etapa, será realizada a avaliação sobre economia solidária e os seus benefícios para emancipação da mulher.

A intervenção ocorrerá logo após a reunião mensal da associação com a respectiva autorização institucional, não devendo acarretar em danos ao andamento normal das atividades mensais da associação.

4. Confidencialidade.

As informações obtidas através dos instrumentos (entrevistas e questionários) serão de caráter confidencial; a elas só terão acesso o pesquisador e os orientadores, que analisarão os dados do ponto de vista estatístico. Com isso, pretendemos manter o caráter científico, ético e profissional da referida pesquisa.

5. Desconfortos, Riscos e Benefícios.

5a) Desconfortos e ou Riscos:

Em princípio, o maior incômodo a que as mulheres serão submetidas é o de compartilhar algumas informações pessoais básicas como idade, renda, se o marido ou companheiro é contra ela trabalhar fora de casa, conhecimento sobre economia solidária. Os riscos de danos físicos não terão.

5b) Benefícios:

Esta pesquisa poderá colaborar para que as mulheres entendam que o trabalho que desempenham na Associação é significativo, representativo e importante, graças à postura adotada por elas em relação aos negócios, considerando que elas: arriscam mais nos negócios; conseguem trocar facilmente de papéis, de funções, de ramos e de produtos; obtêm maior harmonia no trabalho realizado em equipe; organizam e mantêm as redes de contatos; possuem vocação inata para administrar recursos escassos; planejam melhor pelo fato de terem que se envolver com várias tarefas ao mesmo tempo; além de estarem mais atentas às necessidades dos outros. Outro benefício que deve ser levado em consideração é que a propriedade rural, em muitos casos, corresponde a uma empresa-familiar, e é a que mais abriga mulheres no comando, considerando que a mulher raramente precisa abdicar de quem ela é para seguir a vida profissional. Esta pesquisa contribuirá também para a aprendizagem significativa de conceitos básicos sobre produção, renda, economia solidária, bem como para um posicionamento crítico diante da emancipação da mulher na agricultura familiar. O entendimento deste

conteúdo é essencial para a compreensão de temas ainda mais complexos tanto desta área quanto de conquistas através do trabalho desenvolvido pela mulher, bem como para um posicionamento crítico diante questionamentos éticos, morais, políticos, religiosos e econômicos, negligenciados pelos pesquisadores e desconhecidos pela sociedade em geral. Além disso, as mulheres terão a oportunidade de participar de um trabalho científico, pois esta pesquisa relaciona-se a tese de Doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) do referido pesquisador.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: mulheres que são associadas na Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara na cidade de Castro – PR.

6b) Exclusão: por ser um número relativamente baixo de associadas, apenas 47 mulheres, acredita-se que não haverá exclusão; uma vez que todas já participam desse projeto de produção de gênero de panificação há pelo menos 5 anos. Mas, caso haja, será para aquelas que não entregarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

O participante tem a **liberdade de recusar na participação de qualquer atividade ou abandonar a pesquisa em qualquer momento, sem qualquer forma de penalização.** Durante **todo o processo de pesquisa, o participante ou seus familiares poderão tirar qualquer dúvida**, sendo necessário apenas que entre em contato por telefone ou e-mail com o pesquisador responsável pelo trabalho.

8. Ressarcimento ou indenização.

Caso haja a necessidade de ressarcimento e/ou indenização decorrente da pesquisa, estes serão de responsabilidade da equipe/instituição que fará o acompanhamento e se encarregará de seus custos.

B) CONSENTIMENTO

Declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo, desta pesquisa. Este termo de consentimento será redigido em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com o sujeito da pesquisa.

Nome completo: _____
 RG: _____ Data de Nascimento: ___/___/____ Telefone: _____
 Endereço: _____
 CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ___/___/_____

Eu, Alcione Lino de Araújo, declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome completo: **Alcione Lino de Araújo**

 Assinatura do pesquisador

Data: _____

Para todas as questões relativas a esta pesquisa, poderão se comunicar com Alcione Lino de Araújo, via e-mail: alcionelino@gmail.com ou telefone: (42) 3087-1908 / (42) 9849-8632.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado.
 Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR).
 REITORIA: Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR.

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.